

Josiane Borges Soares

A Ética Lacaniana e o Ato Suicida



A **Ética Lacaniana**
^{e o} *Ato Suicida*

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Jaqueline Stefani
Karen Mello de Mattos Margutti
Márcio Miranda Alves
Simone Côte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Vieceli
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



Josiane Borges Soares

A **Ética Lacaniana** ^{e o} *Ato Suicida*



© da autora

1ª edição: 2024

Preparação de texto: Vinícius Ecker Pozzebon e Giovana Letícia Reolon

Leitura de prova: Maria Teresa Echevengúá Maldonado

Editoração: Ana Carolina Marques Ramos

Capa: Ana Carolina Marques Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

S676e Soares, Josiane Borges
A ética lacaniana e o ato suicida [recurso eletrônico] / Josiane Borges
Soares. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2024.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web

Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Caxias do Sul, 2023.

ISBN 978-65-5807-360-4

1. Ética. 2. Lacan, Jacques, 1901-1981. 3. Psicanálise – Ética. 4.
Suicídio. 5. Angústia. I. Título.

CDU 2. ed.: 17

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|------------------------------|-------------------------|
| 1. Ética | 17 |
| 2. Lacan, Jacques, 1901-1981 | 614.25:616.89 |
| 3. Psicanálise – Ética | 17: 159.964.26LACANIANA |
| 4. Suicídio | 616.89-008.441.44 |
| 5. Angústia | 159.942.52 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Ao meu pai, Adelino Soares, *in memoriam*, à minha mãe, Elir Teresinha Borges da Cunha, à minha filha, Lara Soares Merlo, ao meu esposo, Roberto Merlo; aos amados mestres, amigos, pacientes e alunos que me acolhem e direcionam na busca constante em ser cada dia um ser humano melhor; para, assim, assumir posturas mais reflexivas, dialógicas, amorosas, humanas e éticas diante da vida.

Agradecimentos

Ao meu pai, Adelino Soares, *in memoriam*, por todos os momentos de acolhida e palavras sábias, nos momentos em que a vida se tornou desafiadora, sendo incentivo, carinho, colo e porto seguro.

À minha mãe, Elir Terezinha Borges da Cunha, pelo incentivo e por toda ajuda, por me auxiliar em minha maternagem e ficar com a Lara em todos os momentos em que precisei ficar ausente; ainda, agradeço por todo carinho, cuidado e amor.

Ao meu esposo, Roberto Merlo, por cada palavra de incentivo, por ser paciente em minhas ausências e por acreditar e sonhar junto comigo, mas, essencialmente, por seu amor e por todo cuidado com nossa família.

Às minhas “dindas”, por se mostrarem sempre disponíveis, acessíveis e acolhedoras, tornando possível a construção deste trabalho.

Ao querido professor Paulo César Nodari, por transmitir conhecimento, segurança e por me instigar com um olhar acolhedor e desafiador a buscar uma construção amorosa e responsável com o conhecimento, sempre com incentivos e com a construção de um laço de amizade.

Ao querido professor Mário Fleig, por, acima de tudo, oportunizar diversas trocas e construções no que tange ao universo psicanalítico e a todas as suas nuances com o mundo filosófico, além de paciência e excelência em cada uma de suas colocações.

Ao querido professor Evaldo Kuiava, por me resgatar para a conclusão deste trabalho e por sua leitura

pontual e analítica, que percebeu nuances e construções que pareciam estar adormecidas, trazendo contribuições que resgataram meu desejo pelo conhecimento e sinalizaram que este processo poderia ser concluído.

À estimada professora Cleide Calgaro, pelo incentivo à continuação de meus estudos bem como a esta e a novas produções.

A meu amigo Mauro Sérgio da Silva, por toda sua acolhida, troca de ideias e capacidade sensível e criativa.

A você, Daniela Dal Pozzo, que esteve presente em todo o processo de revisão deste trabalho.

Ao Instituto Luspe, na presença de cada membro e na representatividade da Dra. Ana Paula Reis, que é exemplo de cuidado, amorosidade e conhecimento.

A todos os meus amigos, pacientes, familiares e colegas de trabalho que dividiram e construíram comigo grandes histórias com partilha, encontro, troca e palavras de acalanto, cuidado, amorosidade e incentivo.

Aos meus colegas paliativistas que, mesmo entrando em minha vida de forma relativamente recente, tornaram possível repensar esta produção, à semelhança de minha própria vida e da vida de cada pessoa que recebe meus cuidados.

Sem esquecer, é claro, de agradecer aos meus amados alunos, depositário de toda minha esperança e fé na transformação do mundo e das pessoas por meio da educação; os olhos de cada um de vocês que brilhou, em cada aula e em cada sorriso, suscitou-me a buscar ser mais e melhor. Enfim, a todos a minha mais profunda gratidão.

Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo. Essa proposição, aceitável ou não em tal ética, expressa suficientemente bem o que constatamos em nossa experiência. Em última instância, aquilo de que o sujeito se sente efetivamente culpado quando apresenta culpa, de maneira aceitável ou não pelo diretor de consciência, é sempre, na raiz, na medida em que ele cedeu de seu desejo.

Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 373-374).

Sumário

Prefácio	10
Apresentação	13
Introdução	18
1. Ética do desejo e da lei em Lacan	25
2. Ética lacaniana e angústia	44
3. Suicídio e ética lacaniana	97
4. Considerações finais	119
Referências	136

Prefácio

O estudo de Josiane Borges Soares, intitulado *A ética lacaniana e o ato suicida*, adentra o delicado e complexo território onde a filosofia, a psicanálise e a ética se entrelaçam para explorar um dos temas mais sensíveis da existência humana: o suicídio. A autora nos guia por uma jornada acadêmica que busca não apenas compreender, mas também questionar os fundamentos que sustentam o ato de atentar contra a própria vida, à luz das teorias psicanalíticas de Jacques Lacan.

Jacques Lacan, psicanalista francês cujo pensamento revolucionou a psicanálise, oferece uma perspectiva única sobre o desejo, a angústia e a ética. Para ele, o sujeito é inevitavelmente marcado pela falta e pelo desejo, conceitos centrais em sua teoria. Soares se propõe a examinar como essas ideias se aplicam ao ato suicida, uma ação que, na visão lacaniana, pode ser vista como uma resposta extrema à angústia.

A autora inicia sua análise com uma discussão detalhada sobre a ética do desejo em Lacan, explorando como a psicanálise lacaniana se diferencia das abordagens tradicionais de ética. Enquanto essas últimas frequentemente se concentram em normas e julgamentos morais, Lacan propõe uma ética que se baseia na fidelidade ao próprio desejo, sem ceder a ele de forma destrutiva. Essa distinção é crucial para compreender como a psicanálise pode oferecer uma abordagem singular ao tema do suicídio, que não se limita ao julgamento ou à condenação, mas busca entender as profundas raízes psíquicas desse ato.

A ética, em Lacan, não é uma simples observância de normas externas, mas um compromisso interno com o desejo e a verdade subjetiva do indivíduo. Nesse sentido, Soares aborda o conceito de desejo como uma força que impulsiona o sujeito e que, quando reprimido ou negado, pode levar a estados de angústia intensa. Essa angústia, segundo Lacan, está intrinsecamente ligada ao ato suicida, que pode ser visto como uma tentativa desesperada de escapar de uma situação insustentável de sofrimento.

O texto mergulha nas intrincadas relações entre o desejo, a lei simbólica e a angústia, destacando como esses elementos moldam a experiência subjetiva do sujeito. Soares utiliza uma variedade de fontes teóricas, incluindo as obras de Aristóteles, Immanuel Kant e Hans Jonas, para tecer um quadro multifacetado da ética e da psicanálise. Por meio dessa abordagem interdisciplinar, a autora nos oferece uma visão rica e profunda sobre como a teoria lacaniana pode ser aplicada para compreender o suicídio, não apenas como um fenômeno individual, mas também como uma questão ética e social.

A pesquisa de Josiane Borges Soares se destaca por sua abordagem cuidadosa e reflexiva ao tema do suicídio. Em vez de fornecer respostas fáceis ou soluções simplistas, a autora nos convida a explorar as complexidades da psique humana e as profundas interações entre o desejo, a angústia e a ética. Ao fazer isso, ela contribui significativamente para o campo da filosofia e da psicanálise, oferecendo novas perspectivas sobre como podemos entender e abordar o suicídio de maneira mais compassiva e informada.

O trabalho de Soares não apenas ilumina os aspectos teóricos da ética lacaniana, mas também desafia

os leitores a reconsiderarem suas próprias percepções sobre o desejo e o sofrimento humano. Em um mundo onde o suicídio muitas vezes é estigmatizado ou mal compreendido, a pesquisa oferece uma abordagem valiosa e necessária para a compreensão desse fenômeno complexo.

A Ética lacaniana e o ato suicida é uma contribuição essencial para os estudos filosóficos e psicanalíticos contemporâneos. Ela nos lembra da importância de olhar além das superfícies e de buscar compreender os profundos movimentos internos que moldam a experiência humana. Através da lente da teoria lacaniana, Soares nos oferece uma visão poderosa e esclarecedora do suicídio, desafiando-nos a considerar novas formas de apoio e compreensão para aqueles que enfrentam a angústia de viver.

Evaldo Kuiava

Apresentação

Josiane Borges Soares brinda ao leitor com um desafio provocador: como seria possível uma ética que nada queira prescrever? Como se posicionar frente ao ato suicida de uma forma que não seja condenatória? Seu texto enfrenta de modo decidido dois paradoxos que perduram ao longo da tradição filosófica ocidental. Se a conceitualização de princípios que possam permitir um julgamento moral acerca das ações dos humanos caracteriza os diversos modelos éticos calcados no pressuposto da existência de um bem absoluto (a ideia do bem em Platão, a ética das virtudes em Aristóteles, a ética da autonomia da razão prática em Kant, as éticas teológicas calcadas no pressuposto de um legislador divino onipotente etc.), a ética da psicanálise proposta por Lacan defronta-se com a corrosão do bem absoluto. É justamente na carência do pressuposto de uma forma de ideal regulador que se impõe a busca de uma referência no desejo inconsciente, ou seja, a ética da psicanálise ancorada no desejo. Mas no que consiste o desejo inconsciente? Questão muito complexa que a autora enfrenta se apoiando nas incursões de Jacques Lacan. Para Freud, ele é indestrutível. Entretanto, podemos indicar que a questão de fundo toca no clássico problema da noção, tão bem formulada na metafísica aristotélica, de causalidade. A noção de uma causa final fornece o fundamento das éticas clássicas, ou seja, o pressuposto de um bem absoluto. Se este se encontra corroído, qual seria, então, o fundamento da ética da psicanálise? Lacan justamente postula que o desejo não

se regula pela aspiração de alcançar algo que faltaria ao sujeito, o que corresponderia a uma vontade de algo, mas sim que há algo que causa o desejo. Assim, é um objeto obscuro, como causa material, que causa o desejo. Que objeto seria? Freud nos responde: uma pequena coisa que se destaca do corpo, como o jogo do carretel que ele observa em seu neto, o jogo do “*fort-da*”. O psicanalista francês nomeará esse obscuro e enigmático objeto de *objeto a*, algo não apreensível tanto pelo imaginário quanto pela linguagem. Muitas consequências decorrem disso: a cena do mundo segue organizada nos clássicos e irrefutáveis princípios postulados pelo Estagirita, a verdade da ciência calcada na adequação entre a palavra e a coisa, na busca da univocidade e refutação da equivocidade; em contrapartida, o fundador da psicanálise afirma a existência de uma *outra cena*, a cena inconsciente, que se processa no horizonte do desejo causado por algo alucinado. É a cena da noite, a cena do sonho. Topamos aqui com um retorno da antiga teoria da dupla verdade, a verdade da ciência que não anularia a verdade da fé. Desse modo, o diálogo entre a racionalidade aristotélica e a racionalidade psicanalítica se desencontra. Aquela se fundamenta no princípio de todos os princípios: uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Decorre então que um nome tem um significado e apenas um, sendo, assim, excluída qualquer equivocidade. Se alguém afirmar de algo um significado e ao mesmo tempo seu contrário cairia na condição de ser uma planta, como seria o caso de um sofista. Ora, é justamente o que se passa nos sonhos, pois eles não obedecem ao princípio de não contradição, ou seja, do terceiro excluído. Os sonhos se impõem ao sonhador com sua enorme carga de equivocidade

e nisso veiculam o desejo. E os sonhos buscam ser narrados. É ao narrar seu sonho que o sujeito põe em cena o desejo já articulado, que não advém do campo de decisões da cena do mundo, mas da outra cena, na forma do enunciado de um comando: “Não cedas de teu desejo”. Em contrapartida, nas éticas clássicas o sujeito busca se submeter ao comando de um enunciado.

Como, então, situar a posição, a partir da ética da psicanálise, face ao ato suicida? Como seria possível alguém desistir de seu desejo e igualmente não se submeter ao comando de um enunciado? Se voltarmos ao clássico dilema de Anna Karenina, na obra magnífica de Tolstói, que escolhe a saída pelo ato suicida, percebe-se que o autor impõe uma dupla condenação à heroína: ela a condena ao suicídio como afirmação da condenação a seu pecado sexual. Ela não se submeteu ao comando do enunciado prescritivo. No trabalho psicanalítico cotidiano ouvimos frequentemente a expressão de pensamentos suicidas. Em que momento, em geral, eles surgem. Na minha experiência, posso dizer que diante da queda de ideais, ou seja, quando se apresenta para o analisante a ruína da ideia de bem absoluto: o limite tênue entre se apropriar do desejo que interroga e angustia o analisante e o insuportável da queda do ideal há uma vacilação. A angústia pode se apresentar como insuperável e insuportável e determinar a escolha de sair de cena, deixar a vida. Lembro-me, há muitos anos, de um senhor que me procurou escoltado pela família. “Doutor, por favor, diga para eles irem para casa e logo mais me deixar ir para a ponte. Não suporto mais viver”. E nada o demovia da ideação suicida. Como eu não consenti com sua proposta, ele me disse: “Já que o senhor não vai me deixar ir para a ponte, então, por favor, chame a

Brigada e me ponham na cadeia”. E então eu lhe sugeri a internação psiquiátrica, com a qual ele consentiu. Pelo relato da família, ele ficou internado e medicado por alguns meses e havia apresentado, aparentemente, uma queda de sua ideiação suicida. Um dia recebeu a autorização de sair, para passear, acompanhado. E para onde foi, despistando o acompanhante? Para a ponte. E ali encontrou o fim de sua insuportável e insuperável angústia. Triste fim!

Uma observação a respeito do aumento da incidência de suicídio atualmente. Dr. Moacir Scliar havia publicado um livro sobre melancolia e fui convidado para uma conversa em torno de sua obra em um café, com sua presença. A discussão foi muito rica e animada, sendo que ele, além de um luminar nas letras, era médico epidemiologista. Conhecia, portanto, as estatísticas no tocante ao suicídio. Entretanto, ao se referir ao problema da incidência da depressão na atualidade, afirmou enfaticamente que isso era um transtorno psíquico já resolvido, ou seja, os psicofármacos eram a solução. Eu então lhe perguntei, sendo ele médico epidemiologista, se a incidência de suicídio na população havia diminuído com os novos fármacos. Ele quase deu um pulo para trás e confessou que havia ocorrido um aumento de suicídios na população. Como se explicaria isso? Ele não nos respondeu. Entretanto, sabemos que a censura interna é uma forte barreira entre uma ideiação suicida e a passagem ao ato. Em certas condições, um antidepressivo pode produzir um efeito de diminuição da censura, como já sabíamos no caso do uso de álcool, e assim facilitar a passagem da ideiação para o ato.

Estimado leitor, com seu texto a respeito d'*A ética lacaniana e o ato suicida*, a autora nos abre uma via de

reflexão em torno dos paradoxos do drama pessoal e coletivo em nosso mundo atual.

Porto Alegre, 3 de agosto de 2024
Mario Fleig

Introdução

A sociedade atual aparenta presar pela vida humana a qualquer custo. Discutem-se questões éticas relacionadas às formas de viver e, por vezes, acaba-se por negligenciar as formas de morrer, principalmente quando estão relacionadas ao suicídio. Dessa maneira, parece haver divergências acerca dos valores fundamentais que abordam o tema do autocídio, mais especificamente, com relação às questões que envolvem a deliberação e a subjetividade do indivíduo, bem como a visão ético-filosófica e psicanalítica sobre isso.

O ato suicida é um tema complexo e implica um impacto doloroso e mobilizador para a família e a sociedade, sendo que tal fenômeno acaba por sensibilizar e comunicar algo para o meio social, como, por exemplo, acerca da estigmatização dessa atitude e das implicações que tal ato acaba por revelar de forma brutal. Logo, o comportamento suicida irrompe em profundas circunstâncias e fomenta abundantes inquietações.

Em se tratando do tema *suicídio*, ele requer que se pense não apenas sobre o individual, mas também sobre o coletivo, visto que se trata de uma declaração singular que revela uma crise coletiva. Desse modo, isso mostra que há um conjunto complexo de ações que subjaz a ação suicida. Mas seria esse fenômeno algo que contempla uma resposta universal ou seria um fato relacionado à singularidade de cada indivíduo?

O ser humano, ao abordar um discurso subjetivo, fá-lo baseado em suas vivências, as quais, aos poucos, transformam-se em experiências. Logo, é crível que

esse sujeito reflita sobre os princípios considerados universais, que os questione e os analise, para, assim, fundamentar suas ideias e pensamentos e ponderar quanto à sua responsabilidade para com sua fala e seu agir. No entanto, viver implica deparar-se com um mundo que engendra a dualidade entre a subjetividade e a racionalidade, algo que suscita sentimentos ambivalentes de angústia e realização, deslocamento e despertencimento, entre outros.

Vive-se em uma época imediatista, significa viver numa sociedade na qual o sofrimento não é autorizado e é visto como uma forma de indeferir a condição humana faltante. Entretanto, as inquietudes humanas acabam por estruturar o ser humano, que, por vezes, sucumbe ao buscar o sentido da vida, pois se depara com um vazio; o vazio de uma existência na qual ele não encontra um sentido para viver e, com isso, o suicídio pode ser apresentado como a única forma capaz de cessar essa sensação desconcertante e aniquiladora de falta de sentido para o viver. O ato suicida revela um sofrimento angustiante que não encontra paragem.

Na contemporaneidade, o suicídio é visto por muitos povos como um tabu. Porém, antigamente, nem todas as sociedades tratavam-no dessa maneira, tanto é que chegavam a considerar a morte voluntária como um crime. A morte autoinfligida é um problema social complexo, que abrange múltiplos fatores que precisam ser pensados. Sendo assim, torna-se relevante a realização de questionamentos e reflexões filosóficas e psicanalíticas sobre isso, as quais são capazes de permitir um maior esclarecimento quanto às questões relacionadas ao suicídio enquanto questão ética, sendo esta a reflexão sobre os fundamentos das ações humanas.

Na atualidade, considerando o pressuposto de que tudo é possível ou de que não há nada impossível, ou seja, de que não existe um interdito consistente, há a realização do oposto, pois ele se revela como a mais extrema e rígida entrega a um obscuro destino. O que funda a responsabilidade é a instância da lei, não simplesmente positiva, mas simbólica (Fleig, 2018, p. 18). Nesse sentido, uma questão importante, no que tange às questões éticas relacionadas ao desejo e à lei simbólica, está na possibilidade de que o sujeito, ao se haver com seu desejo, esteja excluindo as questões éticas no que concerne à psicanálise. Seria a ética-psicanalítica a ética que possibilita um gozo pleno? Qual seria a lei ética para a psicanálise?

Considerando todas essas reflexões, este estudo aborda o tema suicídio sob uma perspectiva ético-filosófica e lacaniana, e isso requer que se perpasses por alguns conceitos fundamentais – relacionados ao *inconsciente*, ao *desejo*, à *vontade*, à *ética*, à *lei simbólica* e à *angústia* –, os quais são estruturantes para firmar e assegurar a postura lacaniana frente ao ato de atentar contra a própria vida.

Lacan, psicanalista francês, apresenta o conceito de sujeito de desejo. Ele se depara com uma falta estruturante, que se trata da lei fundante, também chamada de *lei simbólica*, que inaugura todas as outras possíveis leis para o sujeito. Essa lei constitui a falta e destitui o sujeito de seu local de plenitude, até então propiciado pelo *Outro* materno¹, inaugurando o *das ding*, que é o objeto faltante, logo, o objeto do desejo, algo que im-

¹ Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 558): “Termo utilizado por Jacques Lacan para designar um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intrassubjetiva em sua relação com o desejo. Pode ser simplesmente escrito com maiúscula, opondo-se então a um outro com letra minúscula, definido como imaginário ou lugar da alteridade especular”.

plica uma condição faltante, sendo que o Outro não é totalizador do seu desejo.

Lacan (1971), em sua obra *Estou falando com as paredes*, aborda o termo *passagem ao ato* e pontua que o único ato, se houvesse um que fosse consumado, seria se o sujeito cometesse o suicídio. O ato é uma forma de agir inconsciente, algo que não foi simbolizado e no qual o sujeito projeta-se para uma descontinuação, sendo esta uma forma de descontinuação integral do ser. Logo, o suicídio como ato poderia ser visto como exitoso, sendo algo que denuncia uma falha ou que revela um *gozo* pleno – termo que será desenvolvido ao longo dos próximos capítulos – ao sujeito que renuncia à sua condição desejante (Lacan, 2011, p. 30-31).

O sujeito apresentado por Lacan é estruturado pela linguagem e produto do desejo que lhe concerne à falta da plenitude de ser um indivíduo pleno, realizado e totalitário. Com isso, é a falta que possibilita o descolamento contínuo de desconstrução, reconstrução e ressignificação de cada indivíduo, de forma subjetiva, a partir de uma estrutura inconsciente que se depara com o real, sendo este um resto impossível de transmitir que evade a ordenação e a sistematização, portanto é de uma ordem de realidade inacessível a um pensamento subjetivo. Desse modo, segundo Rodrigues (2017, p. 9), o trabalho psicanalítico está distante de ser uma evasão salvacionista, todavia, encontra uma especificidade de tergiversar o real e se defrontar com o gozo. É uma fonte não só para se sobreviver, mas também um artifício para se gozar a vida.

Os diversos questionamentos suscitados anteriormente – e a serem apresentados ao longo desta pesquisa – surgiram da inquietude, no que diz respeito ao sujeito, de uma possível autorização para atentar

contra a própria vida, uma vez que tal inquietude acaba por surgir da leitura de alguns dados estatísticos e técnicos, mas também da indagação acerca da relação no que concerne à racionalidade e à subjetividade, que envolve os encontros e desencontros sociais da humanidade, bem como os campos da filosofia, da ética e da psicanálise no que se refere ao suicídio.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral: *analisar o suicídio na sociedade contemporânea sob o ponto de vista ético-filosófico, relacionando a teoria lacaniana e suas interfaces com a visão filosófica normativa.*

A fim de realizá-lo, seguir-se-ão os seguintes passos:

- a) compreender o suicídio na visão ético-lacaniana;
- b) entender os princípios que norteiam a postura ética, no que se refere ao suicídio, com base nos conceitos relacionados ao *desejo*, à *lei simbólica* e à *angústia* sob a visão lacaniana;
- c) identificar e caracterizar os princípios éticos fundamentais acerca da posição psicanalítica e filosófica normativa, no que se refere ao suicídio.

Considerando isso, este estudo, inicialmente, apresenta uma revisão de cunho bibliográfico de conceitos psicanalíticos relacionados ao *suicídio* sob o ponto de vista ético-filosófico. Traz, ainda, o conceito de *ética* lacaniana e suas interfaces relacionando-o à visão filosófica, com o objetivo de compreender o suicídio na visão ético-lacaniana.

Desse modo, para a realização deste estudo, optou-se pela abordagem teórica de caráter exploratório e com enfoque vertical, a fim de não restringir a pesquisa a determinados campos e, assim, acessar materiais disponíveis, por meio de revisão bibliográfica, utilizando autores como Lacan (2005, 2008a, 2008b, 2016), a partir, principalmente, dos três seminários dele, a

saber: Seminário, livro sete: *a ética da psicanálise*; Seminário, livro dez: a angústia; Seminário, livro seis: o desejo e sua interpretação. Além disso, trazem-se como aporte teórico autores como Brunhara (2017), Rodrigues (2017), Cabrera (2011), Bertolote (2012), Melman (2009), Kant ([1724-1804] 2003), Nodari (2016), Lebrun (2010), Fleig (2018), Balbo (2017), Harari (1997), Baas (2001), Quinet (2015), Santuário (2004).

Nessa perspectiva, o procedimento metodológico inicial que orientou esta pesquisa fundamentou-se em uma investigação de caráter qualitativo e de natureza descritiva, dado que a finalidade desta investigação é trazer uma visão geral de determinado fato, a fim de tornar o problema o mais familiar e explícito possível (Gil, 2010).

Assim sendo, nesta pesquisa primeiro foi feita a busca por material bibliográfico; em seguida, foi realizada a leitura exploratória dos textos e, posteriormente, feita a leitura seletiva e a seleção do material bibliográfico empregado na produção textual e pospositivo fichamento de leitura para elaboração desta pesquisa (Gil, 2010, 2012).

Dito isso, esclarece-se a organização desta obra, que possui três capítulos. No primeiro é realizada a apresentação de um conceito fundamental para a psicanálise – tendo como base os seminários seis e sete, de Jacques Lacan –, o de *desejo* e sua forma estruturante para o sujeito, que lhe oportuniza se haver com o que lhe falta e que surge na sua fala de maneira enigmática e inapreensível. O *desejo*, em Lacan, é a forma que possibilita o questionamento do sujeito e a escuta, sendo um heterônimo e uma unidade absoluta do pensamento do sujeito que se constitui na linguagem. Algo que o

próprio indivíduo desconhece, portanto, é obscuro e se revela de modo contraditório e ambíguo.

No segundo capítulo é apresentada a visão ética da psicanálise, abordando os conceitos de *angústia* e de *lei simbólica* a partir de interlocuções entre a filosofia e a psicanálise. Busca-se mostrar, em primeiro lugar, a ética psicanalítica, que se funda na *lei simbólica* e perpassa a condição dos traços de angústia do sujeito diante da impossibilidade de completude, e em seguida apresenta-se a interlocução entre a ética filosófica e a ética lacaniana.

Já no terceiro capítulo é abordado o suicídio e sua interface entre a ética lacaniana e a ética filosófica kantiana, isto é, disserta-se sobre o ato de atentar contra a própria vida, abordando questões relativas à deliberação e à subjetividade, bem como a importância do sujeito em se implicar e ser responsável por seu falar e agir mesmo que não os conheça.

Feita esta introdução, passa-se, agora, para o primeiro capítulo, o qual aborda a ética do *desejo* em Lacan.

1 Ética do desejo e da lei em Lacan

Neste capítulo será feita uma revisão de conceitos da psicanálise sob o viés lacaniano. Primeiramente, a fim de contextualizar, discorre-se sobre Lacan, para em seguida abordar alguns conceitos do referido autor, como o de desejo e o de *lei simbólica*.

Jacques-Marie Émile Lacan, mais conhecido como Lacan, foi um psicanalista francês que nasceu em 1901 e morreu em 1981. Ele iniciou seus estudos em Medicina e voltou-se para a Psiquiatria, fazendo seu doutorado nessa área em 1932. Após ter sido analisado por Rudolph Loewenstein – psicanalista polonês –, Lacan passou a integrar a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) em 1934 e foi eleito membro titular dela em 1938. Ele obteve contato com a psicanálise por meio do surrealismo² (Cerqueira, 2020).

Mas ele rompe com a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) devido ao seu aspecto inovador ao abordar os temas psicanalíticos, uma vez que teve como base teórica os preceitos saussurianos relacionados à linguística e, posteriormente, encaminhou-se para a lógica e a topologia. Ele foi um dos grandes interpretes de Sigmund Freud, que foi médico neurologista e psiquiatra criador da psicanálise. Ao longo de sua

² De acordo com o Dicionário Michaelis, *surrealismo* trata-se de um movimento “que se tornou evidente nas artes e na literatura, iniciado na França na década de 1920, pelo escritor francês André Breton (1896-1966), caracterizado pela expressão automática do inconsciente, pela valorização do que é irracional e incoerente e pela despreocupação com ética e moral, em que os artistas e autores buscavam na intuição, nas imagens delirantes ou nos sonhos, sua fonte de inspiração; super-realismo, suprarrealismo”.

vida intelectual, Lacan dialogou com o pensamento filosófico de autores como Immanuel Kant, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, entre outros. Dos seus estudos e seminários nasceu o lacanismo, no qual está aplicada a visão filosófica da psicanálise, do estudo do sujeito e da sua realidade subjetiva. Quanto à sua forma de ensino, fora essencialmente oral, a partir de seminários que Lacan desenvolvia com base em notas, esquemas do autor e notas de alguns ouvintes (Cerqueira, 2020).

A dimensão ética a ser abordada ao longo deste capítulo faz alusão ao conceito de desejo, explorado por Lacan, sob o viés psicanalítico. O psicanalista francês, em seu Seminário, livro sete, intitulado *A ética da psicanálise* ([1959-1960] 2008b³), reitera sua postura arraigada em manter-se fiel à supremacia crítica da psicanálise e à condição desejante do sujeito.

Dessa maneira, Lacan ([1959-1960] 2008b) estabelece uma análise pontual e reflexiva sobre o ato psicanalítico, ou seja, sobre a forma de exercer a psicanálise, não sendo um questionamento quanto à direção do tratamento, conquanto de uma abordagem relacionada a uma ética que se tornaria semelhante a uma diretriz do fazer analítico, mas de acordo com uma perspectiva que pontuasse e reconhecesse a dimensão do desejo e sua importância constitutiva alicerçada na falta. Ainda, para o referido autor, o *desejo* é algo que se relaciona de forma a inaugurar uma ética psicanalítica, a qual possibilita que o sujeito se questione sobre o que quer da vida, de forma comprometida com seu falar e com seu agir; uma vez que, ao ceder de seu desejo, nas palavras, acaba por propiciar a renúncia da condição desejante e

³ Optou-se, neste estudo, por citar o ano da primeira publicação da obra (entre colchetes) e a edição utilizada para desenvolver este estudo.

faltante. Bem, mas o que é o *desejo* sob o ponto de vista lacaniano?

1.1. O desejo em Lacan

O sujeito, segundo Lacan, é marcado pela perda inaugural que o bebê sofre. Essa perda está relacionada com a perda da plenitude que o *Outro materno* lhe havia conferido e, com isso, é inaugurado o sujeito desejante, que se relaciona com a lei simbólica primordial⁴ (proibição do incesto), pois, a partir da falta, há o nascimento do desejo. Dessa maneira, o *das ding* vem a ser o objeto faltante e causa do desejo, que seria, primeiramente, a mãe ou a pessoa que exerce a função materna e, posteriormente, os relacionamentos, o mundo, entre outros.

Assim sendo, o ser humano não é apenas uma estrutura orgânica de necessidade, mas um sujeito que revela a particularidade do humano, logo, um ser de desejo, que precisa, primeiramente, conceder e renunciar ao objeto de seu gozo⁵ para, em seguida, deparar-se com a falta do objeto inteiramente satisfatório, o *das ding*, a Coisa, sendo este o lugar referencial, ao qual, o sujeito, para existir, deve renunciar.

Quanto a isso, segundo Lebrun (2010, p. 31):

O objeto inteiramente satisfatório, *das ding*, a *Coisa*, como Freud a denomina, é representado pela Mãe,

⁴ De acordo com Roudinesco e Plon (1998, p. 715): “O conceito de simbólico é inseparável de uma série composta por outros três conceitos: o significante, a forclusão e o Nome-do-Pai. O significante é de fato a própria essência da função simbólica (sua ‘letra’), a forclusão é o processo psicótico pelo qual o simbólico desaparece, e o Nome-do-Pai é o conceito mediante o qual a função simbólica integra-se numa lei que significa a proibição do incesto”.

⁵ Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 299): “inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a ideia de uma transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio. O gozo, portanto participa da perversão, teorizada por Lacan como um dos componentes estruturais do funcionamento psíquico, distinto das perversões sexuais”.

que ocupa o lugar daquilo a que o sujeito, para existir como tal, deverá renunciar. Está fora de questão para um homem ou para uma mulher encontrar uma vida relativamente satisfatória se eles não deixaram a cama da mãe. Paradoxalmente, a ordem da espécie humana injeta um vício de estrutura: para que isso funcione, será preciso inicialmente ter consentido em que isso não funcione mais completamente. De saída somos marcados pela insatisfação, constrangidos a um incontornável trabalho de luto, que fará da depressão o pano de fundo de nosso quinhão comum. Com efeito, ficamos sempre determinados por aquilo a que foi preciso renunciar, e é apenas a partir daí que podemos sustentar o que se chama desejo.

Sustentar o desejo significa situar-se quanto a ele, no entanto o sujeito só o reconhece na relação com o Outro e, assim, se uma enunciação é produzida, significa que alguém fala sobre esse sujeito. Desse modo, ele aprende a responder os significantes nomeados pelo Outro que o interroga, e, com isso, operadores simbólicos são constituídos para possibilitar ao sujeito situar-se frente ao seu desejo por meio da fala.

Mas o que acontece se, em algum momento, esse sujeito sucumbe à falta e renuncia à vida, ou melhor, se suicida? O que acontece quando a força de vontade é insuficiente e algo toma o sujeito, destituindo-o de sua condição desejante? Para responder a esses questionamentos, cabe, primeiramente, abordar as implicações relacionadas ao conceito de *desejo* tanto no que se refere às formulações lacanianas quanto no que tangencia a ética do desejo para a psicanálise.

A psicanálise tende a ser algo que desconstrói o sujeito, ou seja, ela convida-o a se desprender da ideia de que ela é um campo de conclusões, sendo que o desejo é sempre *inconsciente*⁶ e, assim, algo que está em

⁶ Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 378): “Em psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido pela consciência: uma ‘outra cena’. Na primeira tópica* elaborada por Sigmund Freud, trata-se da instância ou sistema (Ics)

uma dimensão de futuro. Em outras palavras, o sujeito não sabe o que deseja, mas pode vir a saber.

Mas o que seria o *desejo* na abordagem lacaniana? O desejo do sujeito falante é o desejo do Outro e se constitui por intermédio do Outro, portanto, é uma falta articulada na palavra, consistindo-se em uma linguagem que o sujeito não pode ignorar sem dispêndio. O desejo se articula à linguagem não apenas deslizando em um significante que o representa, mas também deslocando-se ao longo da cadeia significativa que o sujeito enuncia. Esse deslocamento – de um significante para outro, que se fixa a uma palavra, momentaneamente admitida, representando o objeto desejável – é o que se designa como *metonímia*⁷. Esta é o novo algo condensado no mesmo que fora produzido no início, ou seja, uma falta articulada na palavra (Lacan, [1958-1959] 2016, p. 43).

Por essa razão, Lacan afirma que o desejo é a metonímia da falta a ser, sendo que o lugar onde se prende o desejo de um indivíduo é uma margem imposta pelos

constituído por conteúdos recalcados que escapam às outras instâncias, o pré-consciente e o consciente (Pcs – Cs). Na segunda tópica, deixa de ser uma instância, passando a servir para qualificar o isso e, em grande parte, o eu* e o supereu. Lacan enfatizou que o inconsciente tinha ‘a estrutura radical da linguagem’. Essa ideia seria retomada em 1972-1973, no seminário *Mais, ainda*, no ensejo de um enunciado famoso. ‘O inconsciente é estruturado como uma linguagem’, seguido de outra formulação: ‘A linguagem é a condição do inconsciente.’ A ideia lacaniana de uma primazia da linguagem – e, portanto, do significante – repousa no dado primordial de que o indivíduo não aprende a falar, mas é instituído (ou construído) como sujeito pela linguagem. A criança, portanto, é sujeita logo de saída a uma ordem terceira, a ordem simbólica, cujo esteio original é a metáfora do Nome-do-Pai. Por ser captada em um universo significativo, a criança começa a falar muito antes de saber conscientemente o que sua fala diz: A linguagem, portanto, escreve Jöel Dor, ‘aparece como atividade subjetiva pela qual *dizemos algo totalmente diferente do que acreditamos dizer naquilo que dizemos*’. Esse ‘algo totalmente diferente’ institui-se fundamentalmente, como o inconsciente que escapa ao sujeito falante, por estar constitutivamente separado dele’. [...] Posteriormente, Lacan introduziria um certo número de transformações em sua concepção, chegando, já no fim da vida, a uma representação topológica do inconsciente, expressa por meio de nós borromeanos”.

⁷ Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 513), *metonímia* é entendida como “Condensação; deslocamento; significante, sonho”.

próprios significantes, logo, são as palavras que nomeiam o que o sujeito tem a desejar. Essa nomeação acaba por abrir uma margem entre o sujeito e o objeto, posto que ele a supõe impenetrável ou perdida. Desse modo, o termo que nomeia o objeto faltante deixa aparecer a falta, sendo esta a própria localização do desejo e, justamente, uma resultância da linguagem, visto que, ao nomear um objeto, o sujeito fatalmente o perde e, com isso, o desejo é algo que pode ser conhecido a nível proximal, mas não de forma exata por ser algo ininteligível.

Ao abordar o *desejo*, o autor pontua que esse conceito tem por modelo a primeira experiência de satisfação e, para além dessa experiência inaugural, faculta a orientação dinâmica do sujeito na busca de um objeto passível de promover essa satisfação. Assim sendo, não há uma plena satisfação do desejo na realidade, apesar de todas as formas discursivas levarem à rememoração de satisfação ou insatisfação do desejo, dado que sua extensão não possui outra realidade que não venha a ser a psíquica⁸. O desejo psicanalítico lacaniano não tem produto concreto na realidade e vem a ser algo nunca plenamente alcançado (Lacan, [1958–1959] 2016, p. 46).

A dimensão do desejo está ligada inerentemente a uma falta para o sujeito, a qual não pode ser preenchida por nenhum agente real. Ao dissertar sobre o *desejo*, o

⁸ Roudinesco e Plon (1998, p. 646), sobre a *realidade psíquica*, afirmam que é “um termo empregado em psicanálise para designar uma forma de existência do sujeito que se distingue da realidade material, na medida em que é dominado pelo império da fantasia e do desejo. Laplanche, Pontalis e Laplanche (2016, p. 426, 427), afirmam que quando Freud fala da realidade psíquica, não o faz simplesmente para designar o campo da psicologia concebida como possuidora da sua ordem de realidade própria e suscetível de uma investigação científica, mas aquilo que para o sujeito assume valor de realidade em seu psiquismo. [...] Quando nos encontramos diante dos desejos inconscientes reconduzidos à sua expressão última e mais verdadeira, somos efetivamente obrigados a dizer que a *realidade psíquica* é uma forma de existência especial que não deve ser confundida com a realidade *material*”.

psicanalista afirma que não se trata de algo que implica o idealismo e o pragmatismo, posto que é difícil situar e analisar o desejo em função de referências puramente objetais, na qual o hábito impede o sujeito de ver o quanto a interpretação do desejo já é por si só subjetiva. Isto é, a psicanálise mostra, essencialmente, a captura do ser humano no constituinte da cadeia significante.

Cabe dizer que a psicanálise se ocupa do inconsciente, o qual não é algo que se opõe à consciência, mas, sim, um lugar que se destina a se fazer reconhecer o sujeito desejante. É no inconsciente que ele se depara com a ambivalência de recalcar seu desejo, que vem a ser algo que só se realiza com a condição de aceitação de possíveis representações e conversões passíveis de sustentá-lo para o indivíduo. Com isso, ele busca a realização do seu desejo e, ao mesmo tempo, ignora-o e reprime-o.

Segundo esse viés, o *inconsciente* é um conjunto de formações e fenômenos, sendo uma agregação de efeito e de hipóteses que se replicam a esse efeito. Isto é, não é um lugar metafísico, mas uma forma de estar na linguagem; quer dizer, o lugar do inconsciente é a linguagem, estabelecendo, assim, um mesmo nível de existência entre a linguagem e o inconsciente. É daí a afirmação lacaniana de que o inconsciente é estruturado como linguagem: ambos estão vivos e acontecendo.

O *inconsciente* é um conjunto de processos de simbolização baseados na condensação e no deslocamento da energia psíquica, ou seja, ao deslocar-se, uma energia psíquica transpassa energia psíquica para outra, que é a regra da associação. Os desejos que não são admitidos na consciência sofrem um repúdio da moral do *eu*⁹, sendo negados pela consciência, no entanto,

⁹ Roudinesco e Plon (1998, p. 212), sobre o *eu*, afirmam que, “Para Lacan, o eu se distingue, como núcleo da instância imaginária, na fase chamada de estágio

revelam-se nos atos falhos da fala, nos sonhos, nos sintomas e quando o sujeito estabelece certos modos de relação que se repetem com os outros.

Sobre isso, Melman (2009, p. 346, grifo do autor) afirma:

Nós lidamos com o inconsciente freudiano. O inconsciente freudiano, eu me permito lembrar-lhes, não é a soma do que escaparia à consciência, mas esse lugar onde procura se fazer reconhecer o sujeito de um desejo ignorado pelo próprio locutor. É, pois, um inconsciente eminentemente especificado por um estatuto clínico. O que pode nos interessar no campo da ética é a verificação de que esse sujeito de um desejo ignorado pelo locutor, procurando assim se fazer ouvir, tem uma relação estreita com sua verdade, mas também – é mesmo assim absolutamente incrível – simplesmente com a VERDADE pura e simplesmente! [...] a verdade como valor superior aos outros. Lacan faz referência a ela como sendo essa tendência à exigência de uma autenticidade da alma, singular exigência que ele registra como um fenômeno, um traço contemporâneo, essa exigência do sujeito de poder falar de um lugar que seria efetivamente o seu!

Com essa afirmação, o autor enfatiza que a autenticidade da alma vem a ser a capacidade do sujeito de nomear o que lhe é importante e estruturante, ou seja, que ele não ceda nas palavras, pois assim cederá também nas coisas. Não se trata de um gozo pleno ou de uma ordem imperativa, mas de uma autenticidade do sujeito desejante em se haver com suas questões. Porém, não de modo a procurar a cura psicanalítica, e

do espelho. A criança se reconhece em sua própria imagem, caucionada nesse movimento pela presença e pelo olhar do outro (a mãe ou um substituto) que a identifica, que a reconhece simultaneamente nessa imagem. Nesse instante, porém, o eu [*je*] é como que captado por esse eu [*moi*] imaginário: de fato o sujeito que não sabe o que é, acredita ser aquele eu [*moi*] a quem vê no espelho. Trata-se de um engodo, é claro, já que o discurso desse eu [*moi*] é um discurso consciente, que faz semblante de ser o único discurso possível do indivíduo, enquanto existe, como que nas entrelinhas, o discurso não controlável do sujeito do inconsciente”.

sim de se haver com seus enunciados, com suas faltas e incompletudes, sendo que são elas que lhe conferem a possibilidade de movimento; isso tudo é uma forma de estruturar o indivíduo enquanto sujeito de desejo, ou melhor, como sujeito desejante.

Em outras palavras, a questão do desejo rejeitado que habita o sujeito, mesmo sendo algo que permanece oculto para ele mesmo, questiona-o, forçosamente, sobre o fato de saber se aquilo que funda o seu desejo não é, simplesmente, o que é rejeitado pela sua própria moral¹⁰. Desse modo, “o *eu* é bom em razão da pressão social, logo é constrangido a renunciar a sentimentos que a pressão social interdita e, assim, o desejo inconsciente não é nada mais do que o negativo das manifestações da vontade e da consciência” (Melman, 2009, p. 347).

Lacan salienta que o sujeito busca, constantemente, uma verdade que não está ausente de sua experiência concreta, pois há, na análise, uma procura por uma verdade libertadora. No entanto, há de se ter cautela para não se confiar nas palavras e etiquetas sociais e culturais, visto que a verdade procurada por ele não é a de uma lei superior e sim de uma verdade libertadora que está em um dado ponto de sonegação do indivíduo enquanto sujeito: trata-se de uma verdade particular.

Quanto a isso, Lacan afirma ([1959-1960] 2008b, p. 35):

Mas se a forma de sua articulação que encontramos em cada um pode ser a mesma reencontrada – sempre nova – nos outros, é na medida em que ela se apresenta, para cada um, em sua especificidade ín-

¹⁰ Segundo Abbanano (2007, p. 682), *para moral*, constam as seguintes definições: “1. O mesmo que Ética. 2. Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto dos mores. Neste significado, a palavra é usada nas seguintes expressões: ‘M. dos primitivos’, ‘M. contemporânea’, etc.”.

tima, com um caráter de *Wunsch* imperioso. Nada, que permita julgá-la do exterior; poderia opor-se a isso. A melhor qualidade que podemos encontrar para ela é de verdadeiro *Wunsch* que se encontrava no princípio de um comportamento desatinado ou atípico. Esse *Wunsch*, nós o encontramos, em seu caráter particular irredutível, como uma modificação que não supõe outra normatização senão a de uma experiência de prazer ou de pensar, mas uma experiência derradeira de onde ele jorra, e a partir da qual ele se conserva na profundidade do sujeito sob uma forma irredutível. O *Wunsch* não tem o caráter de uma lei universal, mas, pelo contrário, da lei mais particular – mesmo que seja universal que essa particularidade se encontre em cada um dos seres humanos. Nós o encontramos sob uma forma que qualificamos de fase regressiva, infantil, irrealista, com o caráter de um pensamento entregue ao desejo, de um desejo tomado pela realidade.

A análise é a experiência que voltou a favorecer, no mais alto grau, a função fecunda do desejo como tal, melhor dizendo, é possível afirmar que essencialmente, em uma articulação teórica, desde Freud, a dimensão moral não se arraiga em outro lugar senão no próprio desejo. Desse modo, é da energia do desejo que se desencadeia a instância que se anunciará no fechamento de sua elaboração como censura, de acordo com Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 12).

Com tal afirmação, pode-se perceber que o desejo vem a ser algo que se encontra desprendido e enredado do indivíduo, bem como se movimenta com base em algo que foi estabelecido para o sujeito, isto é, algo que foi firmado, inferido do que vem a ser a peculiaridade de sua experiência. E isso não quer dizer que se trata de relativizar o caráter imperativo e conflituoso da experiência moral, algo que poderia colaborar para uma maior incidência de experiências patológicas e alienantes.

Pelo contrário, não se trata de estar diante de um homem menos carregado de leis e de deveres que denotam e comportam desafios, como uma espécie de ordália, termo articulado ao divino em que, sendo Deus o autor da natureza, o sujeito é intimado a dar-lhe conta das mais extremas anomalias. Essa ordália conduz o sujeito, no final de suas premissas, assim dizendo, ao encontro com o Outro, com o juiz, que seria Deus (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 12).

A dimensão relacionada à ordália fora pouco explorada, no entanto, as origens paradoxais do desejo acabaram por conduzir psicanalistas a procurarem certas convergências em direção a um fim harmonioso para o indivíduo ao longo da vida ou ao final de um processo analítico. Esse movimento caracteriza o progresso da reflexão analítica, que poderia ser questionável, já que acarretaria uma espécie de moralismo mais compreensível e, dessa forma, a psicanálise poderia ter como objetivo apaziguar a culpa do sujeito faltante, não sendo esse seu trabalho e seu movimento. A psicanálise, então, seria a domaçaõ do gozo? E esta poderia ser a demonstração de sua universalidade e/ou função?

Ao realizar tais indagações, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 14) reflete sobre o que a análise permitiria formular em relação à origem da moral e declara:

Desse ponto de vista é a transformação da energia do desejo que permite conceber a gênese de sua apresentação, de tal maneira que a falta, nesse caso, não é apenas algo que se propõe a nós em seu caráter formal – devemos louvar-nos com ela, *felix culpa*, já que se encontra no princípio de uma complexidade superior à qual a dimensão da civilização deve sua elaboração.

É quimérico limitar o sujeito à gênese do *supereu*¹¹, ou seja, abalizar uma necessidade coletiva, pois há algo que se impõe a isso, revelando algo que se difere da pura e simples necessidade social; algo que é da ordem de uma dimensão individual, sob o registro da relação com o significante e com a lei do discurso, isto é, algo que deve ser conservado em sua autonomia para ser situado rigorosamente e corretamente à experiência do sujeito (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 15).

Logo, o desejo poderia ser algo interdito pelo real? Segundo Lacan ([1958-1959] 2016, p. 36), “o desejo constitui o texto da experiência do sujeito, todavia é revelado de forma enigmática, como se uma dada cadeia significante atribuísse novos significados metafóricos e metonímicos”, os quais seriam inapreensíveis na literalidade, dado que a possível descoberta do pensamento de desejo, de sua revelação, poderia conferir um lugar nítido ao pensamento considerado diferente, mas, ao mesmo tempo, verdadeiramente velado, como afirma o psicanalista.

De acordo com o psicanalista francês, o desejo é algo que vem do Outro, ou seja, é a interrogação que vem desse Outro e, assim, só pode existir por meio dele. O sujeito desejante esquia-se de seu desejo, sendo este algo que o convoca para além de suas vontades e quereres. Assim sendo, a inscrição de uma falta por parte do Outro é algo indispensável para constituir um

¹¹ Roudinesco e Plon (1998, p. 745-746) afirmam que o *Supereu* é um “Conceito criado por Sigmund Freud para designar uma das três instâncias da segunda tópica, justamente como o eu e o isso. O *supereu* mergulha duas raízes no isso e, de uma maneira implacável, exerce as funções de juiz e censor em relação ao eu. No Brasil também se usa ‘superego’ [...]. Na obra de Jacques Lacan, o conceito de *supereu* é objeto de múltiplas elaborações, relacionadas com a teorização do par *supereu/ideal do eu*. Nessa perspectiva, o *supereu* continua dominante, mas, diferentemente de Freud, Lacan o concebe como a inscrição arcaica de uma imagem materna onipotente, que marca o fracasso ou o limite do processo de simbolização. Nessas condições, o *supereu* encarna a falha da função paterna e esta, por conseguinte, é situada do lado do ideal do eu”.

sujeito desejante, porque só pode haver desejo de algo que lhe falta.

O que causa o desejo é o objeto faltante, o qual é a causa do desejo. Desse modo, ao longo de sua trajetória, o sujeito desejante acaba por formular o desejo de forma antagônica, pois é o próprio desejo o que o move e que, ao mesmo tempo, ele teme, por ser algo permanentemente obscuro. É, assim, a grande interrogação que vem do Outro, algo que o evoca para além da sua vontade e das suas aspirações individuais.

Dessa forma, o que configura valor ao desejo é a falta, o consentimento de que lhe falta algo; e é esse algo que humaniza o sujeito. A experiência inaugural do bebê faz com que o humano faltante e desejante surja. A inscrição de uma falta é algo indispensável para constituir o sujeito desejante, porque só pode haver desejo de algo faltante. O humano constrói barreiras para acobertar o desejo, as quais são o bem e todas as éticas de realizar o bem, uma vez que ele é algo assustador: se fosse vivido na plenitude, seria um gozo pleno de ordem mortífera para o sujeito. Assim, reconhecer o desejo é se defrontar com o que o habita, e isso implica o desejo de destruição, que, ao não ser reconhecido, opera de maneira silenciosa e descontrolada, tornando-se aniquilador por interditar o sujeito.

Em razão dessas considerações, há de se ponderar que o *desejo* e a *ética* são dois conceitos que coexistem e se complementam, pois um delírio de que tudo é possível desejar coloca o sujeito como um fim em si mesmo, visto que ele sucumbe ao gozo aniquilador que é de ordem destrutiva, entrando, aqui, a questão ética. Em contrapartida, o interdito imperativo que se coloca de forma ditatorial e não reflexiva também corrobora para a renúncia da condição desejante e do aniquila-

mento do sujeito. Logo, o que funda a instância da lei é o sujeito se haver com sua falta e sua condição desejante, sendo a lei não apenas positiva, mas de cunho simbólico.

A psicanálise não é prescritiva. Em decorrência disso, o desejo psicanalítico surge do confronto do sujeito com o desejo que lhe habita, o qual não é acessado em um modelo prescritivo, pois o sujeito do desejo é responsável pelo que ele faz com o que foi herdado, uma vez que é na demanda que se revela a interrogação do desejo, que é um desejo de destruição, algo mortífero. O *desejo*, em psicanálise, pode ser definido como uma incógnita, a qual não é totalmente desconhecida, estando no campo do Outro. Com isso, não está representada pela razão, pois é inconsciente. O sujeito foge de seu desejo, visto que este o convoca para além de sua vontade, a qual é consciente.

Sobre isso, Balbo (2017, p. 11) declara:

É verdade que o desejo é subjetivo e, ao mesmo tempo, é o que aí se opõe como uma resistência. A distância entre o que é desejado e o que é desejável funda a experiência analítica, pela qual se articula e se instaura o desejo, fonte de verdade e de dialetização da transferência no seio de uma economia estritamente significativa. Vejam que, em consequência, quanto mais você fala, mais você é castrado. Em consequência, dado que você é castrado, você nada mais pode do que falar. Para não ser mais e por não ser mais, você é um sujeito muito mais castrado do que antes. Eis como não se sai da língua que nos causa.

Sendo assim, a consciência de que atos têm consequências e efeitos, por vezes desconhecidos e/ou não possíveis de serem analisados anteriormente, estruturam e inauguram a dimensão moral. Consoante isso, para Fleig (2018, p. 18),

O que funda a responsabilidade é a instância da lei, não simplesmente positiva, mas simbólica. Ou seja, a noção de que os atos são atos, isto é, que têm efeitos, no mais das vezes, irreversíveis – e isso constitui a dimensão do juízo moral. Por outro lado, o que pode gerar autonomia é, precisamente, a vigência da lei simbólica. A declaração da borda, ou seja, de onde se encontra o impossível, abre a liberdade do possível e do contingente, campo do que pode ser de modo não necessário.

De onde, então, poderia brotar a dimensão da responsabilidade para um sujeito, que não seja apenas uma tentativa precária de suprir a carência de autoridade?

Com base nisso, o referido autor alega que o objeto do desejo é apresentado de forma contraditória, pois, na medida em que o sujeito o nomeia, reconhece-o e também o perde. O sujeito passa a nomear um interdito e viola, então, uma interdição, algo que procurava recalcar e que revelava a impossibilidade da plenitude do sujeito. Em tempo algum, conhecer seu desejo e vir a tê-lo como palavra última, tampouco como questão universal para cada indivíduo, já que o desejo revela ao sujeito sua castração, seus interditos e a sua impossibilidade de vir a ser o que quiser. Desse modo, o desejo, para se fazer valer, sustenta-se no vir a ser e na falta, ou seja, na incompletude do ser desejante que se articula com a fala e que reconhece a sua impossibilidade de completude.

O *desejo* lacaniano é inscrito por meio de uma falta que inaugura a lei simbólica que não autoriza ao sujeito a sua totalidade, e isso é indispensável para constituir um sujeito desejante. O ser humano, ao criar formas de tangenciar e, até mesmo, interceptar o desejo que o habita, está encobrendo o desejo de morte que é parte constituinte dele. Dessa maneira, o bem e todas as éticas de realizar o bem acabam por encobrir

o desejo de morte e passam a paliar algo que está no profundo da contradição humana, que é a aspiração de destruição.

Nesse sentido, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 373-374) afirma:

Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo. Essa proposição, aceitável ou não em tal ética, expressa suficientemente bem o que constatamos em nossa experiência. Em última instância, aquilo de que o sujeito se sente efetivamente culpado quando apresenta culpa, de maneira aceitável ou não pelo diretor de consciência, é sempre, na raiz, na medida em que ele cedeu de seu desejo. Vamos mais além. Ele frequentemente cedeu de seu desejo por um bom motivo, e frequentemente o melhor. Isso também não nos deve espantar. [...] Pois, se é preciso fazer as coisas pelo bem, na prática deve-se deveras sempre se perguntar pelo bem de quem. A partir de lá as coisas não caminham sozinhas. Fazer as coisas em nome do bem, e mais ainda em nome do bem do outro, eis o que está bem longe de nos abrigar não apenas da culpa, mas de todo tipo de catástrofes interiores. Em particular, isso não nos abriga da neurose e suas consequências. Se a análise tem um sentido, o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular, o qual exige com insistência que a dívida seja paga, e ele torna a voltar, retorna e nos traz sempre de volta para uma certa trilha, para a trilha do que é predominantemente nosso afazer.

O desejo é obscuro para o sujeito, entretanto pode ser circunscrito. O que há de científico na psicanálise é que ela se implica na *causa*; e o que constitui o desejo é que ele tem uma causa, que é o objeto causa de desejo, o qual coloca o sujeito na condição faltante. Assim sendo, para compreender o desejo lacaniano, é preciso olhar para o que se contrapõe que é o sujeito e sua vida pela demanda do Outro, sendo o desejo sempre enigmático.

Há algo que causa o desejo para o indivíduo, porém não há domínio do que causa, pois ele só tem acesso aos efeitos: o que causa o desejo está fora das representações e do que ele pode dizer, mas que tem sua instância como constituidor do modo humano de ser.

Retomando a fala de Lacan anteriormente citada, a saber: *“Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é ter cedido de seu desejo”*, o autor diz que, de certa forma imperativa, se há alguma espécie de culpa para o sujeito é a de ter cedido “de” seu desejo. Portanto, o sujeito do desejo se move, no entanto, se dividirmos o enunciado que poderia parecer imperativo, teremos uma questão bipartida: “não cedas” de um lado; de outro, “de teu desejo”. Entre ambas haverá um espaço não mais um enunciado imperativo, mas um vão, que, para a psicanálise, pode receber o socorro do ato de colocar em palavras e não da passagem ao ato daquele sujeito que se projeta para fora da cena do viver.

Consoante a esse viés, segundo Stein (2018, p. 52),

O “não cedas” de uma margem e o “de teu desejo” da outra margem nos faz cair naquilo que, para a cena da superfície, representa um abismo, mas que para a cena da profundidade recebe o socorro do falar. Isso significa que, quando caímos, caímos falando, e isso abre um amparo para quem cai. Dele só sabe quem foi além do imperativo pelo próprio falar e percebeu, na modulação temporal do falar, o movimento do desejo.

Agora, estamos em condição de interpretar as duas margens, porque o sentido daquilo que as produziu veio da queda do abismo onde o falar amparou. O desejo, portanto cai, mas não cai para se perder. Ele é amparado e salvo na fala. Há, desse modo, um caminho, ainda que incerto, porque sempre dependendo do “quando falas” que atravessa o abismo e une as margens. Poderíamos olhar esse caminho como um retorno a superfície da cena do imperativo, mas isso

que sempre tendemos a fazer desconhece a distância que separa as margens do “não cedas” da margem “de teu desejo”. As duas margens são vizinhas, mas separadas pelo abismo do “quando falas”. Já vimos que este abismo é atravessado pela modulação adverbial do tempo do falar e, portanto, nele não somos apenas representantes de quem caiu e se perdeu. Ao contrário, é porque caímos que nos achamos, porque fomos socorridos pela fala. Vizinhas são, portanto, as margens do enunciado, mas separadas como duas montanhas. Quando nos movimentamos de uma para a outra, temos que atravessar todo o território da fala.

O momento em que o desejo se humaniza é, também, aquele em que a criança nasce para a linguagem, havendo “uma espécie de necessidade do humano em adentrar numa certa condição de segunda natureza, com base em um conto transcendental instituído entre o homem e o símbolo” (Santuário, 2004, p. 89).

O que está implicado no conceito de *desejo* lacaniano é o de que o sujeito possa ser fiel a esta interrogação: *Que queres tu?* E isso não o retira das obrigações éticas e morais, mas implica uma interrogação relativa ao desejo, na qual o sujeito se implica no que diz e com o que diz, e o que escapa no dizer é o que está no inconsciente, o qual se estrutura como uma linguagem, porque o acesso a ele só é possível por ela. É no ato da fala que o movimento acontece e, assim, o desejo revela que não circunscreve garantias; é por isso que se deseja.

Cabe a cada ser humano se implicar no que diz, e essa é a ética psicanalítica, o sujeito se haver com o que diz e, com isso, assumir sua condição de ser de desejo, para a qual não há um modelo prescritivo, uma vez que o desejo é causado por algo que não se revela. Para realizar tal apresentação, Lacan utilizou uma variável, a qual chamou de objeto a , sendo esse o objeto causa de desejo, o qual incide para o sujeito de forma singular,

uma vez que se trata de uma representação, e não da coisa em si, pois está perdida e dela só é possível conhecer uma representação.

Lacan nos diz, entretanto, que, se há uma ética da psicanálise, a análise se coloca como forma de medida da ação humana. Ainda afirma que “a psicanálise procede por um retorno ao sentido da nossa ação, eis o que justifica por si só, que estejamos na dimensão moral” (Lacan, 2008b, p. 374). Sendo assim, a psicanálise, com o auxílio de uma abordagem ética, pontua a relação entre a ação humana e o desejo que habita o sujeito. Desse modo, uma ética psicanalítica, por meio da fala, introduz o sujeito na ordem do desejo, no quando falas, para que assim se revele o sintoma do desejo. Esse sujeito é tomado por diversas manifestações, as quais ele pode ir cerceando através da fala.

2

Ética lacaniana e angústia

Este capítulo faz alusão a um delineamento elaborado por Lacan acerca da ética da psicanálise. Diante disso, são abordados os conceitos de ética, sob o viés lacaniano, e de *angústia*, sob a perspectiva psicanalítica. O psicanalista francês, em seu Seminário, livro sete, intitulado *A ética da psicanálise* ([1959-1960] 2008b), reitera sua postura arraigada em manter-se fiel à supremacia crítica da psicanálise, a qual se difere da ética normativa, uma vez que esta se refere ao juízo da ação do indivíduo, enquanto aquela propõe um retorno ao sentido da ação desse indivíduo, sendo, então, uma proposição à medida da ação de cada ser.

Sob esse viés, para Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 364) diz:

A ética consiste essencialmente – é sempre preciso tornar a partir das definições – num juízo sobre nossa ação, exceto que ela só tem importância na medida em que a ação nela implicada comporta também, ou é reputada comportar, um juízo, mesmo que implícito. A presença do juízo dos dois lados é essencial à estrutura. Se há uma ética da psicanálise – a questão se coloca –, é na medida em que, de alguma maneira, por menos que seja a análise fornece algo que se coloca como medida de nossa ação – ou simplesmente pretende isso. A ideia pode vir na primeira inspeção que ela propõe de um retorno a nossos instintos como medida de nossa ação.

Existe uma ética específica da psicanálise? Se ela vir a existir, o que poderia servir de medida de julgamento do ato psicanalítico? Se pensarmos na singularidade e

na subjetividade do sujeito, para a psicanálise, como se justificaria a pretensão de um julgamento ético, formulada na especificidade do desejo de um único sujeito? Como tal unicidade poderia ter um valor de máxima moral e/ou de imperativo ético, sendo que a fonte de tal ação poderia vir a ser incognoscível para o sujeito da psicanálise?

A lei, para a psicanálise, é fundada na *lei simbólica*, que regula as trocas nas sociedades, funcionando pelo pacto simbólico e não pelo contrato, daí a importância de o sujeito se deparar com suas próprias questões instintivas, isto é, de se haver com o que enuncia, com o que fala. Essa ética não propõe algo normativo, não são formas que analisam o que seria o modo correto ou errado do agir do sujeito diante de determinada situação, mas, sim, proporciona que o sujeito se confronte com o seu falar e agir para dar outro contorno ao *desejo*, para estabelecer outro delineamento. É no ato de falar que o desejo se manifesta, dado que sua realização se dá nas palavras, oportunizando, assim, um deslizamento para que não se transcorra *a passagem ao ato*¹² de forma impulsiva e inominada, na qual o sujeito possa vir a renunciar sua condição desejante e, por conseguinte, sua condição de sujeito, pois é a fala que introduz o sujeito na ordem de seu desejo; ela convoca o indivíduo a se haver, quando este fala, com o sintoma de seu desejo.

Aqui, cabe abordar dois conceitos importantes: de ética e de *angústia*. Inicia-se com o primeiro.

¹² Conforme Roudinesco e Plon (1998, p. 575): “Quanto à passagem ao ato, trata-se para Lacan, de um ‘agir inconsciente’ de um ato não simbolizável pelo qual o sujeito descamba para uma situação de ruptura integral, de alienação radical. Ele se identifica então com o objeto (pequeno) a, isto é, com o objeto excluído ou rejeitado de qualquer quadro simbólico. O suicídio, para Lacan, situa-se na vertente da passagem ao ato, como atesta a própria maneira de morrer, saindo de cena por uma morte violenta: salto no vazio, defenestração etc.”.

2.1.

Ética lacaniana

A ética psicanalítica *lacaniana* não é normativa, porém nela há uma lei, a mais fundamental que é imposta ao sujeito ainda bebê: a linguagem. É a lei que determina que o sujeito esteja dentro da linguagem. Essa entrada denota para o indivíduo sua incompletude. Para que possa seguir as leis da linguagem, o sujeito precisa submeter-se às regras gramaticais, isto é, há uma implicação de normatividade que, dentro do *eu*, ocupa o lugar de tomar a palavra, e isso torna possível receber ordenamentos morais, éticos e jurídicos. Todos eles são um pressuposto da lei anterior, que está dentro da linguagem, chamada de *lei simbólica*, que denota para o sujeito sua impossibilidade de totalidade e o coloca na condição desejante.

Nos primeiros meses de vida, o ser humano é um ser de necessidade, ou seja, ele necessita ser alimentado pela mãe. Com isso, a mãe, em um primeiro momento, não é vista pelo bebê como outro sujeito, mas como uma extensão dele mesmo. Com o investimento materno, o bebê passa de ser de necessidade para ser de demanda: em um primeiro momento, o bebê é um sujeito primitivo, e a mãe, ou quem exerce a função de *Outro*, produz *significantes*¹⁵ para ele. É essa interação entre a mãe e o bebê que determina o processo de subjetivação desse indivíduo, pois é o encontro do orgânico com o significante, tendo efeito de corte, de divisão entre a mãe e o bebê.

O *desejo* requer a dimensão da voz do Outro, que é o objeto que redimensiona o sujeito desde o início

¹⁵ O *significante*, segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 708), é “Retornado por Jacques Lacan como um conceito central em seu sistema de pensamento, o significante transformou-se, em psicanálise, no elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, à sua revelai e à maneira de uma nomeação simbólica”.

da vida. Com isso, é possível afirmar que a condição humana se dá pela condição de fala. A entrada na linguagem oportuniza a retirada do lugar de onipotência para o *Outro*, o terceiro, que pode ser a figura paterna, o qual entra e instaura a *castração*. É ela que inaugura a falta de plenitude para o bebê, havendo, assim, a constituição de campo de incompletude, bem como colocando o humano, até então bebê, na condição de ser faltante e desejante.

Retomando o psicanalista diz que a única culpa que o sujeito pode carregar aqui é a de ter cedido ao seu desejo. Conforme Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 373) levanta: “Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de teu desejo”. Poderia ser tal proposição considerada uma máxima universalizante que justificaria a ética psicanalítica? Dessa forma, poderia a ética estar a serviço de assegurar que o sujeito de desejo não transpusesse seu desejo, declinando-o?

A ética é uma parte tradicional pertencente ao âmbito da filosofia prática e envolve especificações relativas às correções e improbidades no que tange ao agir humano, nas relações com seus semelhantes e seu meio. Para justificar pensamentos, ideias e comportamentos, a postura ética busca fornecer razões que sustentem as ações do ser humano de forma racional no que se refere às questões normativas que estabelecem o que deve ser. O fator primordial que Lacan apresenta para as questões éticas, pelo viés da psicanálise, difere da visão aristotélica das virtudes, bem como da visão do indivíduo autônomo de Kant, visto que Lacan pontua uma ética do desejo, na qual o sujeito deve se comprometer com seu falar e seu agir. No entanto, isso não implica, do ponto de vista intelectual, uma forma rija e

precisa, mas algo que considere os elementos afetivos para a construção de um raciocínio que se adéque às normas e/ou às regras.

Sobre isso, Cabrera (2014, p. 91) afirma:

A ética se ocupa com os critérios de correção ou incorreção das ações humanas no que se refere especialmente a suas relações com outros humanos, entendendo-se correção não apenas em um sentido técnico ou instrumental, mas como consideração pelos interesses de outros e disposição de agir em consequência, mesmo acarretando dificuldades. [...] Ora, saber se podemos matar uma pessoa porque ela, por sua vez, matou alguém é claramente uma questão ética: se a vida de uma pessoa continua ou não a ser inviolável, mesmo que ela tenha cometido um crime horrendo. Para tentar resolver esse tipo de questão é preciso lançar mão de argumentos; não podemos simplesmente afirmar que estamos em favor ou contra da pena de morte sem dizer mais nada; temos que justificar nossas afirmações.

O fato de buscar uma justificativa para uma determinada atitude, do ponto de vista filosófico, produz e provê razões capazes de sustentar certa conduta ou postura, sendo isso o que a torna racional, melhor dizendo, uma delimitação de determinação ideal que inclui emoções. No entanto, os filósofos não possuem um único entendimento sobre as emoções, tanto que alguns discordam da importância das emoções para a filosofia. O filósofo Aristóteles, por exemplo, afirmou que, embora as paixões sejam prejudiciais para a realização da ação correta e virtuosa, há de se considerar certa moderação das emoções, e não sua completa extinção.

Sob esse viés, as virtudes são disposições deliberadas, portanto, são questões estatuídas. Elas não são parte do humano por natureza, então dependem de uma determinação racional. Tem-se como ser humano

virtuoso aquele que considera as emoções, mas sabe agir de forma correta, e com a emoção correta é algo que tem caráter normativo, uma vez que a virtude implica a moderação da emoção para que se encontre o virtuoso. Segundo Aristóteles (1980, p. 267), “É praticando ações justas que nos tornamos justos, ações moderadas que nos tornamos moderados e ações corajosas que nos tornamos corajosos”. Em outras palavras, há um caráter de educação das emoções, de forma a gerar um dado enquadramento para a filosofia.

Cabe, aqui, fazer um diálogo com viés filosófico. Ao mencionar o termo *moral*, o filósofo moderno Immanuel Kant, em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, ([1724-1804] 2009, p. 79), alega que

A Metafísica dos Costumes deve investigar a ideia e os princípios de uma vontade pura e não as ações e condições do querer humano em geral, as quais são extraídas da Psicologia. Que também se fale na Filosofia prática universal em leis morais e do dever (muito embora ela não tenha competência para isso) não constitui nenhuma objeção à minha assertiva. Pois os autores dessa ciência também nisso permanecem fiéis à ideia que fazem da mesma: eles não distinguem os motivos que, enquanto tais, são representados pela mera razão de maneira plenamente *a priori* e que são propriamente morais dos «motivos» empíricos que o entendimento eleva a conceitos universais pela mera comparação das experiências; mas consideram-nos, sim, sem atentar para a diversidade de suas fontes, tão-somente segundo a maior ou menor soma dos mesmos (na medida em que são considerados como sendo todos eles da mesma espécie), e desse modo formam seus conceitos de *obrigação*, «conceito este» que é, na verdade, tudo menos moral, mas que é, no entanto, tal qual se pode de todo exigir numa filosofia que nenhum juízo faz sobre a *origem* de todos os possíveis conceitos práticos, «a saber», se têm lugar *a priori* ou apenas *a posteriori*.

Kant buscava o princípio supremo da moralidade, de modo que esse conceito se embasasse em um viés analiticamente universal até a determinação do princípio supremo desse conceito, que retorna, por sua vez, do exame de tal princípio e das fontes dele até o conhecimento comum, no qual se localiza seu uso de uma transição do conhecimento racional moral comum para o conhecimento filosófico; transição da filosofia moral popular para a *Metafísica dos Costumes* e da *Metafísica dos Costumes* para a *Crítica da Razão Prática Pura*. Logo, o preceito norteador de sua fundamentação foi construído na razão e com base em preceitos da racionalidade humana. Sendo assim, as proposições kantianas vêm a expressar uma possível ação livre, por meio da qual se concretiza um determinado fim com ação em si mesma sem outra finalidade e que declara a universalidade da lei.

Portanto, a boa vontade para Kant precisa estar vinculada ao dever porque não é a boa vontade produzida por natureza; com isso, o conceito de *dever* contém em si o de boa vontade, mas não concebe intenções subjetivas e de intenção egoísta. Para o autor em questão, o valor moral de uma ação não consiste no efeito que é esperado desta, mas naquilo que o ser racional realiza segundo a lei e pelo dever, ou seja, pelo mandamento da razão. No entanto, não espera o efeito da ação, sendo tão somente por dever, na qual uma máxima possa se tornar uma lei universal, uma forma de legislação universal, logo, de uma legislação que é dada pela razão, e não na experiência ou por natureza.

Nas palavras de Kant ([1724-1804] 2009, p. 179-181), em *Fundamentação da metafísica dos costumes*:

Do referido fica claro; que todos os conceitos morais têm sua sede e origem na razão, e isso, aliás,

tanto na razão humana a mais comum quanto na especulativa em sua mais alta medida; que eles não podem ser abstraídos de qualquer conhecimento empírico e, por isso, meramente contingente; que é exatamente nessa pureza de sua origem que está a dignidade para nos servirem como princípios práticos supremos; que sempre subtraímos à sua genuína influência e ao valor irrestrito das ações tanto quanto acrescentamos de empírico a eles; que não só é uma exigência da maior necessidade para fins teóricos, quando se trata apenas da especulação, mas também é da maior importância prática haurir na razão pura seus conceitos e leis, apresentá-los puros e sem mistura, mais ainda, determinar a extensão de todo esse conhecimento racional prático ou puro, isto é, faculdade inteira da razão prática pura, sem, porém, tornar aqui os princípios – como certamente a Filosofia especulativa o permite e, às vezes, até acha necessário – dependentes da natureza particular da razão humana, mas porque as leis morais devem valer para todo o ser racional em geral, e, dessa maneira, expor primeiro de maneira completa toda a Moral, que precisa da Antropologia para sua *aplicação* aos homens independente desta como Filosofia pura, isto é, com Metafísica (o que é fácil de fazer nesse gênero de conhecimentos inteiramente separados), com perfeita consciência de que, se não estivermos de posse dela, seria em vão, não vou dizer, determinar de maneira exata para o ajuizamento especulativo o elemento moral do dever em tudo o que é conforme ao dever, mas até mesmo impossível, no «que concerne ao» mero uso comum e prático, em particular na instrução moral, fundar os costumes em seus princípios genuínos, produzindo assim atitudes morais puras e implantando-as nos ânimos para o bem supremo do mundo.

Para Kant, a natureza não tem princípio para agir, ela age naturalmente. Todavia, para o humano, as ações não são automáticas, pois elas derivam da lei, e a lei é dada pela razão; e o dever reside na ideia da razão. Mas que lei seria essa? A lei é, para Kant, o princípio da racionalidade. A lei universal não é externa ao sujeito, assim, a boa vontade precisa estar vinculada ao dever

porque ela não é produzida por meio da natureza. O autor afirma que “o conceito do *dever*, que contém o de uma boa vontade, muito embora sob certas restrições e obstáculos subjetivos, os quais, porém, longe de ocultá-los e torná-los irreconhecíveis, antes, pelo contrário, fazem com que se destaque por contraste e se mostre numa luz tanto mais clara” (Kant, [1724-1804] 2009, p. 115).

No que se refere a tais afirmações, Jonas (2006, p. 161-162) diz:

Como em muitos outros aspectos, a posição de Kant é também única no que se refere a essa disputa entre princípios “materiais” e “formais”, “objetivos” e “subjetivos” da ação moral. Embora ele não negue que os objetos possam nos influenciar por causa de seu valor, ele rejeita (em nome da “autonomia” da razão moral) que tal influência “patológica” do sentimento possa constituir o verdadeiro motivo da ação moral; insiste na objetividade de uma lei moral universal fundada na razão e concede ao sentimento um papel necessário na conformação da vontade individual à lei. O que é excepcional é que esse sentimento não se refira a nenhum objeto, mas à própria lei. De fato, uma das notáveis intuições de Kant – e mais surpreendente ainda quando ela vem do campeão da autonomia incondicional da razão na questão moral – é a de que, ao lado da razão, também o sentimento tem de entrar em cena, de modo que a lei moral se imponha sobre a nossa vontade. Para ele, tratava-se de um sentimento suscitado em nós não pelo objeto (e, com isso, a moral se torna “heterônoma”), mas por uma ideia de dever ou de lei moral: o sentimento de respeito. Kant pensava no respeito à lei, à grandeza incondicional do “tu deves” que emana da razão. Em outras palavras, a própria razão se torna fonte de uma emoção e seu objeto último! Obviamente, não a razão como faculdade cognitiva, mas como princípio da universalidade, à qual a vontade deve se conformar. E isso não graças à escolha dos seus objetivos, mas graças à forma da sua escolha, ou seja, graças ao modo da autodeterminação, em vista da possível universalização da máxima.

Do ponto de vista psicanalítico, a lei, desde Freud, é posta como algo que sempre existiu. Com isso, a sexualidade humana deve se realizar por meio e através dela, pois essa lei é fundamental (a lei do incesto), uma lei de simbolização. A lei simbólica está presente no funcionamento da linguagem, e a posição ética, sob o viés da psicanálise, consiste em o sujeito se submeter às próprias leis da linguagem para dialogar com o Outro. Melhor dizendo, para que o sujeito possa falar, ele necessita poder se endereçar a um Outro, e ele só o faz adequadamente ao reconhecer que esse Outro é um sujeito.

Assim sendo, a lei simbólica é aquela que revela ao sujeito a possibilidade de questionamento, dado que ele se depara com a condição de não saber tudo. Algo lhe falta, e é isso que move o seu desejo. Isto é, o desejo é algo que o indivíduo reconhece que lhe falta: o Outro tem algo que ele não tem, logo, tem valor, e, com isso, a lei simbólica está nas leis da linguagem na forma como me dirijo ao Outro e como o escuto.

Segundo Fleig (2018, p. 7-8):

A ética da psicanálise reconhece que a distância entre o gozo e o desejo somente se sustenta pela referência à Lei. Dessa forma, o apagamento da Lei e do lugar de onde ela é operada resultaria em uma confusão entre o gozo e o desejo que seria determinante da ilusão de que não haveria limite para a vontade de tudo usufruir. A recusa de tal perspectiva transparece no posicionamento radical de Freud de não ceder nas palavras, pois se assim o fizermos, estaremos em seguida cedendo nas coisas. Em outras palavras, a ética do desejo não coincide com um imperativo de tudo gozar, mas sim com o confronto do sujeito com o julgamento de seu compromisso com deus dizer e seu agir. [...] Compreendemos então que a fórmula proposta por Lacan, “não ceder de seu desejo”, significa não abrir mão daquilo que se enuncia na fala

que endereçamos ao outro, ou seja, sustentarmos o que falamos com voz própria.

No Seminário seis, intitulado *O desejo e sua interpretação*, Lacan ([1958–1959] 2016, p. 45) afirma que há um interdito fundamental que proíbe o incesto, e aquele é atribuído a uma lei simbólica conduzida pela linguagem. Tal lei simbólica obriga o sujeito a abandonar o incesto e, assim, despossuí-lo simbolicamente desse objeto imaginário, o qual, segundo o psicanalista, é o *falo*¹⁴, para atribuir seu gozo a *Outro*.

Uma vez que o indivíduo queira ter um lugar diferente daquele da infinita dor de existir, ou da morte real, seu desejo por uma necessidade de linguagem inevitavelmente necessita transpor a *castração*¹⁵. Segundo Lebrun (2010, p. 32):

Com efeito, entre os animais, nós somos os únicos seres faltantes, quer dizer, submetidos à lei do significante, e os benefícios que tiramos disso nós devemos pagá-los com um preço, a saber, perder essa relação de imediatismo, de ligação direta com as coisas. Assim, nós podemos afirmar que a linguagem não é nada mais do que a colocação em ato do interdito do incesto. Ou melhor, linguagem e interdito são quase sinônimos.

¹⁴ Roudinesco e Plon (1998, p. 221) afirmam que “o falo é um atributo divino, inacessível ao homem, e não o órgão do prazer ou da soberania viril, Lacan fez dele, a partir de julho de 1956, o próprio significante do desejo, aplicando-lhe uma maiúscula e o evocando, antes de mais nada, como o ‘falo imaginário’, e depois como o ‘falo da mãe’, antes de passar finalmente à ideia de ‘falo simbólico’. Foi assim que ele revisitou a teoria freudiana dos estádios, da sexualidade feminina”.

¹⁵ Conforme Roudinesco e Plon (1998, p. 105–106), “a castração só pode ser a representação simbólica da ameaça de desaparecimento na medida em que esta não concerne ao pênis, objeto real, mas ao falo, objeto imaginário. Esse deslocamento permite a Lacan estabelecer uma inexistência de diferença entre a menina e o menino do ponto de vista do desenrolar do Édipo, ambos desejando, num primeiro momento, ser o falo da mãe, posição incestuosa da qual têm que ser desalojados pelo ‘Pai simbólico’, marca incontornável do significante, antes de se chocarem com o ‘Pai real’, portador de falo e reconhecido como tal pela mãe. Além disso, tal abordagem se abre para a concepção lacaniana de psicose, na qual a evitação da castração simbólica leva ao retorno no real”.

Sendo assim, o que impede o acesso à *Coisa* é o fato de o indivíduo ser falante. O terceiro (pai), em sua singularidade, oferece uma inscrição por meio da sua fala e, assim, torna possível a renúncia da plenitude, inicialmente oportunizada pela mãe, que é a universalidade do interdito do incesto. Esse é distinto de todos os outros por inaugurar a lei simbólica, a qual originará e tornará possível a criação de todas as outras leis, uma vez que estabelece o limite constitutivo da formação humana e inaugura a impossibilidade da plenitude do ser, não sendo um valor imperioso e absoluto que acaba por colocar o sujeito em posição de julgamento e de não reconhecimento de seu desejo.

Sobre isso, Balbo (2017, p. 24) afirma:

[...] o nome que se dá a uma criança que nasce é um nome outro; eu sou outro, e em razão disso é que, desde que haja uma nomeação, ela é simbólica do real que lhe é cobrado. Em outras palavras, essa afirmação inaugural é simbólica para o sujeito de seu reconhecimento, o qual supõe a castração simbólica e sua assunção pelo pai, que é seu agente. Na falta disso, o sujeito não reconhecido é subtraído do possível, para ser colocado no registro no qual o impossível domina, no qual uma castração real prevalece, em que o interdito do incesto não pode adquirir consistência, visto que, dessa forma, nenhuma lei pode se sustentar a não ser em uma simbólica castração.

O bebê, ao nascer, é puro gozo, todavia, com o seu desenvolvimento e o investimento de quem exerce a função materna, percebe que há limitações e imposições, as quais limitam o gozo pela entrada do sujeito na cultura. Esta limita o gozo pleno, dado que o bebê vai descobrindo o que é perigoso e o que pode realizar; portanto há a entrada no que é prazeroso e doloroso, e isso retém o imperativo do gozo a qualquer preço. É esse o exercício da condição desejante que implica

ao sujeito suportar a impossibilidade do gozo pleno e a construção de delimitações, ou seja, de bordas. Conforme Fleig (2018, p. 19), “Logo o que pode gerar a autonomia é, justamente, a vigência da lei simbólica, sendo essa, a demarcação da borda, ou melhor, do local onde se encontra o impossível, há a abertura do possível e do contingente, campo do que pode ser de modo não necessário”.

A psicanálise intervém em diversos níveis do psiquismo, a começar sobre os fenômenos residuais, como *sonhos*, *lapsos* e *chistes*, os quais foram os primeiros objetos científicos da experiência psicanalítica. Esse campo intercede com as diversas realidades fenomênicas, na medida em que coloca em jogo o desejo abordando também os sintomas em sentido amplo, que se manifestam no indivíduo por inibições e são sustentados pelos próprios sintomas (Lacan, [1958-1959] 2016, p. 11).

Dessa maneira, a psicanálise não comporta uma postura realista ou epistêmica, uma vez que a sua ética não prescreve nada por supor que o sujeito tem acesso a uma prescrição de dizer como deve viver. Não se trata de ter um objetivo, mas de o indivíduo poder se questionar acerca do sentido e da responsabilidade com o que enuncia e a forma como age e, com isso, defrontar-se com o seu desejo. Não poderá haver um modelo prescritivo, ele terá que se interrogar, e assim, se questionando, o sujeito está reconhecendo sua incompletude e sua condição faltante.

A ética psicanalítica é ao mesmo tempo muito geral e muito particular. É muito geral, porque a sua experiência é extraordinariamente significativa, de certo momento do homem, que é aquele em que se vive sem poder discernir sobre a obra coletiva na qual está

mergulhado. Por outro lado, é muito particular, porque os analistas devem conservar o sentido original, em suma, profundamente inconsciente, da demanda do analisante (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 9).

Ética, na visão psicanalítica, não diz respeito ao dever, tampouco à vontade. É uma interrogação que vem de um lugar que é o Outro, que incita o sujeito, com a qual ele tem que se haver com a pergunta: que queres tu? O sujeito do desejo é o responsável por aquilo que ele herdou. Logo, se o sujeito responder a essa pergunta, será ameaçado, pois romperá com o ciclo da demanda e, então, acionará a culpa. Cabe dizer que é no ciclo da demanda que se revela a interrogação pelo desejo.

Não se trata de querer instituir o declínio da responsabilidade do sujeito com seu falar e agir, mas, sim, calcar sua fundamentação em um processo inaugural e simbólico, no qual há interditos simbólicos que fundam a responsabilidade do sujeito no que se refere à premência da lei. A psicanálise não tem a pretensão de educar o desejo. Ela quer que o sujeito o escute, uma vez que ele mesmo desconhece o desejo que o habita.

O sujeito, ao responder o que o Outro lhe demanda, depara-se com o desamparo de forma incessante. Isso quer dizer que ele se defronta com a não resposta do Outro, que é a castração. O núcleo da ética psicanalítica se dá pela fala do sujeito que enuncia a particularidade do desamparo que o atinge e pela forma como ele se vê diante desse desamparo. Todavia, o indivíduo não está sozinho porque está implicado na sua fala. Ao falar de seu desamparo, ele confronta-se com o enigmático de sua existência. Esse enigma de modo algum terá uma resposta final.

O enigma da existência pode ser cerceado, porém, não pode ser visto como algo construído; ele tem a estrutura de um número imaginário, do qual não se pode dizer que é precisamente algo, mas certa representação. A psicanálise busca o contínuo confronto do sujeito com seu falar e com seu agir, melhor dizendo, com sua falta e com sua impossibilidade de completude.

Com isso, relacionando psicanálise e filosofia, esta revela que os seres humanos seguem padrões morais, quer dizer, que o homem sente culpa ou arrependimento diante de algo que é considerado imoral. Isto é, frente a algo que não segue os padrões normativos que guiam e governam as ações humanas no que se refere ao cumprimento das exigências da moralidade.

A título de exemplo, a tese racionalista de Kant apresenta uma definição de *moral*. O autor realiza uma analogia entre as provas empregadas na matemática e as provas relacionadas à moralidade e afirma que não se pode pensar na moral como nas provas de matemática, pois qualquer prova moral só pode ser engendrada a partir de conceitos, o que não ocorre na matemática, que realiza a construção de conceitos representativos que permitem muitas provas para uma mesma proposição (Kant, [1724-1804] 2003, p. 245-246).

Na moralidade, sob o viés da filosófica kantiana, só há um fundamento de obrigação moral, que não é a construção de conceitos: é a representação das leis, do ponto de vista da construção humana e racional. Desse modo, o autor afirma que se constitui um expediente altamente não filosófico recorrer a um grande número de comprovações para uma mesma asserção.

É inexequível desconhecer que os sujeitos estão mergulhados em problemas morais e que sua experiência os conduz a aprofundar o universo da falta,

porquanto o elo da falta atrelado à morbidez não deixou de marcar toda a reflexão moral na época dele. Ao mencionar o termo *falta*, Lacan salienta que se trata justamente de uma falta que se encontra no caminho da necessidade e é procurada para se obter certa punição.

Concernente a isso, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 11) questiona:

Será a falta que a obra freudiana designa em seu início, o assassinato do pai, esse grande mito colocado por Freud na origem do desenvolvimento da cultura? Ou será a falta mais obscura e ainda mais original, cujo termo ele chega a colocar no final de sua obra, o instinto de morte, dado que o homem está ancorado, no que tem de mais profundo em si mesmo, em sua temível dialética? [...] nem tudo na ética está unicamente vinculado ao sentimento de obrigação.

A experiência moral, segundo o psicanalista francês, inicialmente é algo que faz referência a uma sanção, algo que coloca o ser humano numa certa relação com sua própria ação, que não é puramente de uma lei articulada. É, então, de um caminho, uma direção, um bem que o sujeito pleiteia, engendrando um ideal de conduta, e é isso que constitui a dimensão ética e situa-a para além do que é um mandamento. Ou seja, para além da obrigatoriedade imperativa, ainda que esta não possa ser negada e/ou declinada.

A lei articulada, para Lacan, não é universal, capaz de organizar a atividade humana. Em se pensando a partir dessa perspectiva, ele realiza um convite para se desprender da ideia de que a psicanálise é um campo em que as conclusões estão de uma vez por todas estabelecidas, isto é, como se bastaria um percurso bem orientado para que o indivíduo solucionasse suas questões existenciais. Se assim o fosse, não haveria possibilidade mais satisfatória de se chocar com o real

do que comparar as possibilidades, pois o encontro com o objeto fundador do desejo só poderia ter, nas melhores conjunções, um efeito catastrófico (Melman, 2009, p. 352).

A experiência analítica está envolvida com o ser humano e com a demanda humana permanente, e a experiência moral não se limita ao aspecto de resignar-se a perder o que não tem jeito, ao modo pelo qual se apresenta em cada experiência individual. Portanto, a experiência que merece o nome de experiência moral situa-se no próprio princípio da entrada do paciente na psicanálise (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 15-16).

O psicanalista elucida que o eu analítico é aquele que se interroga sobre o que quer, quer dizer, ele não é apenas interrogado, mas, ao avançar em sua experiência analítica, coloca para si mesmo tal questão. Consta, em sua obra *A ética da psicanálise*:

Esse (eu) com efeito, que deve advir lá onde isso estava, e que a análise nos ensina a avaliar, não é outra coisa senão aquilo cuja raiz já temos nesse (eu) que se interroga sobre o que quer. Ele não é apenas interrogado, mas quando progride em sua experiência, coloca para si mesmo essa questão, e a coloca para si precisamente no lugar dos imperativos frequentemente estranhos, paradoxais, cruéis que lhe são propostos por sua experiência mórbida. Vai ele submeter-se ou não a esse dever que sente em si mesmo como estranho, mais além, num segundo grau? Deve ele submeter-se ou não ao imperativo do supereu, paradoxal e mórbido, semi-inconsciente e que, além do mais, revela-se cada vez mais sua instância na medida em que a descoberta analítica progride e que o paciente vê que se enveredou em sua via? Seu verdadeiro dever, se assim o posso expressar-me, não é ir contra esse imperativo? Isto é algo que faz parte dos dados de nossa experiência, e igualmente dos dados pré-analíticos. Basta ver com a experiência do obsessivo estrutura-se no início para saber que o enigma em torno do termo do dever como tal já está

sempre formulado, antes mesmo de ele chegar ao pedido de socorro, que é o que ele vai buscar na análise. Na verdade, o que fornecemos aqui como resposta a um tal problema não deixa de ter seu alcance universal pelo fato de ser ilustrado manifestamente pelo conflito obsessivo e é por isso que existem éticas, que existe reflexão ética. O dever, sobre o qual lançamos as mais diversas luzes – genéticas, originárias –, o dever não simplesmente o pensamento do filósofo que se ocupa em justificá-lo. A justificação daquilo que se apresenta com um sentimento imediato de obrigação, a justificação do dever como tal, não simplesmente em tal ou tal mandamento, mas em sua forma imposta, encontra-se no centro de uma inter-rogação, ela mesma universal (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 16-17).

A psicanálise não procura ser melhor do que outras linhas ou abordagens de estudos. Ela apenas se ocupa de uma dimensão diferente no que se refere ao desejo. O fato de o sujeito se haver com o desejo não o exclui das questões morais, dado que não se trata de um gozo pleno, mas da perda da plenitude da condição humana iniciada com a interdição do incesto. Este inaugura a lei simbólica, portanto a perda é o que coloca o sujeito na posição humana de sujeito desejante. O gozo total, algo da ordem do mortífero, invalida a condição de sujeito, colocando-o em uma condição de não ser visto como alguém que formula uma teoria sobre o seu desejo.

Mas seria possível falar em ética do desejo ou ética psicanalítica? Como poderia ser comensurada e/ou deliberada à prática psicanalítica com base em um juízo concebido na singularidade do desejo e na individualidade de cada sujeito?

Que lei seria essa que impõe um limite ao gozo e possibilita o desejo? Seria essa lei reveladora do paradigma da ética psicanalítica e do desejo? Essa lei seria a simbologia, a qual revelaria as afinidades e homologias entre o desejo e a ética que, para a psicanálise, signi-

ficaria renunciar ao imperativo do gozo e, também, à lei que se impõem com crueldade e esmagam o ego do sujeito? Portanto, ao elucidar isso, com uma apresentação entre Sade e Kant, Lacan revela o lado mortífero de ideias: que em um dado momento parecem divergentes, mas que são verdadeiramente homólogas entre o imperativo do gozo e do imperativo da lei externa implacável e cruel.

O psicanalista francês evidencia a postura analítica para algo reflexivo no que concerne à visão moralista. A análise aponta justamente para algo além do sentimento de obrigação propriamente dito e da onipresença do sentimento de culpa. A psicanálise, para ele, não tem o intuito de amortecer, embotar ou atenuar, posto que se está insistentemente referenciado e referido pela experiência cotidiana. Por isso, é da energia do desejo que se desprende a instância do que se apresentará no término de sua elaboração como censura.

A frase “não cedas” de uma das margens e “de teu desejo” da outra margem fazem cair em algo que, para a cena da superfície, representa um abismo, no entanto, para a cena da profundidade, recebe o socorro do falar. Ao se cair, se cai falando, e isso abre um amparo para quem cai e dele só sabe quem já foi além do imperativo pelo próprio falar e, com isso, percebeu na modulação temporal do falar a mobilidade do desejo. Em outras palavras, o que produziu as duas margens veio da queda do abismo que o falar amparou (Stein, 2018, p. 52).

A psicanálise tende a ser algo que desconstrói o sujeito. O desejo é sempre inconsciente, é algo que está em uma dimensão de futuro. O sujeito não sabe o que deseja, mas pode vir a saber. Se ele fala, precisa entrar na linguagem e no discurso que já existe. Essa é a lei da

subjetividade que a análise destaca: há a dependência para com a linguagem, a qual é tão essencial que toda psicologia literalmente desliza sobre ela (Lacan, [1958-1959] 2016, p. 19).

A lei simbólica opera no campo das trocas de fala com o Outro dentro do funcionamento da linguagem cotidiana. Para a psicanálise, o que importa é a linguagem, e para que possa fazer trocas com seu semelhante o sujeito precisa consentir em perdas. Isso se faz em uma relação de pacto simbólico que é inaugurada no momento em que o terceiro, que exerce a função paterna, entra na relação dual entre a mãe e o bebê e opera de modo a construir uma tríade que inaugura a falta. Então, o bebê percebe que não é a completude materna e que a mãe exerce outros papéis, não apenas o papel de mãe.

Com isso, o materno interditado, que é a matriz da lei simbólica, ocorre com a perda do *das ding*, a coisa perdida. Ou seja, é a representação da coisa perdida, quer dizer, a proibição do incesto: a mãe interditada não incorporará o perdido de seu ventre, então o bebê irá perdê-lo, ocorrendo, assim, a diferenciação e não mais uma relação de extensão.

A lei simbólica está nas próprias leis da linguagem, na forma como uma pessoa se dirige ao Outro e como a escuta. O sujeito que está mal posicionado em seu desejo e na lei simbólica está renunciando à sua condição desejante. A ética psicanalítica busca que o sujeito se comprometa com seu dizer e suspenda o juízo de valor moral. Quanto a isso, o analista pode não concordar com a desistência do analisando diante da vida, mas o analista destitui o julgamento e não condena o ato. Isso torna a análise um processo que visa a

apreender algo da motivação da possível passagem ao ato para ressignificá-la.

Os analistas vêm a ser esse algo que acolhe o analisante. Eles passam a ser esse alguém que deve responder a uma demanda: a não sofrer; pelo menos sem compreender, sendo que, ao compreender, há esperança de liberar o sujeito não apenas de sua ignorância, mas de seu próprio sofrimento. O ideal analítico passa a propor o medir, o discernir, o situar, o organizar, entre outros, os valores em certo registro da reflexão moral ao analisando (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 17).

Desse modo, cabe ao analista reter seu juízo moral sobre o ato colocado em palavras pelo analisante, para, assim, escutar o que está sendo dito sem julgamentos. É isso que ampara e possibilita que o sujeito possa falar para esse Outro que sustenta a posição e a condição de ouvinte. Isso propicia o espaço no qual a verdade do sujeito, que agora pode ser nomeada, possa deixar de ser algo que se conservava sem nomeação; é, então, um lugar de reconhecimento por conta dessa nomeação.

Há uma ética da psicanálise, sendo que é espantoso que, tanto pelos meios analíticos como pelos teóricos, dado que os teóricos são colocados em primeiro plano, a ética da psicanálise comporta o apagamento, o obscurecimento, o recuo e até mesmo a ausência de uma dimensão, na qual basta que o termo seja dito para se perceber o que nos dissocia de toda a dimensão ética anterior à ética psicanalítica (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 19).

Para Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 21), a ética psicanalítica difere-se de tudo que fora apresentado até seu surgimento, pois ela se articula com os traumas e com sua persistência, de maneira a atomizá-los. O autor propõe uma forma de deslizamento, uma mu-

dança de atitude na questão moral como tal, uma vez que a questão ética se articula, ainda em Freud, por meio de uma orientação, um referenciamento do ser humano em relação ao real.

Se a psicanálise está implicada no inconsciente e no sujeito desejante que surge pela fala, o inconsciente vem a ser algo que congrega os efeitos da fala, que diz respeito ao lugar vazio onde se consuma a autonomia da função simbólica. Desse modo, a problemática do inconsciente não pode ser dissociada da problemática da ética, visto que ele depende de um processo de produção no encontro entre sujeitos interlocutores, no contexto da linguagem, que está articulado como efeito da rede desejante que se engendra e se institui.

A linguística, cujo modelo é o de um jogo combinatório, operando de forma espontânea, isolada e de maneira pré-subjetiva, dá em sua estrutura seu estatuto ao inconsciente. Ela que garante haver algo qualificável, no terreno do inconsciente, o qual é acessível, objetivável (Lacan, [1964] 2008a, p. 28).

A psicanálise não quer resolver problemas sociais, não tem prescrição educativa, tampouco quer substituir o filósofo. Ela quer criar e oportunizar um espaço no qual o sujeito possa falar sem restrição alguma, de forma a encontrar-se e, assim, conceder-lhe a possibilidade de fazer algo com o conflito que ele vive, sem julgamentos, por isso a ética. O que está por trás da vida psíquica é uma contradição com proposições inconciliáveis de caráter tautológico.

Embora a ética psicanalítica não esteja intrincada na direção imperativa da experiência analítica, a ação moral coloca problemas para o indivíduo. Desse modo, a análise pode prepará-lo para a ação moral, pois ela o coloca à sua porta, visto que a ação moral se introduziu

no real e, conseqüentemente, colocou no real a novidade, criando uma fenda. Com isso, o ponto de presença do sujeito é sancionado (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 32).

Os limites éticos da análise coincidem com os limites de sua práxis, a qual não é senão prelúdio à ação moral como tal; já a ação é a forma como o sujeito culmina no real. Isto é, ela implantou-se no real e introduziu nele a novidade, criando uma fenda em que o ponto de presença do indivíduo é validado. Dessa maneira, é algo que orienta simbolicamente o sujeito com relação à lei e que socializa o seu desejo; portanto, a análise seria uma espécie de predição à ação moral como tal. Essa ação é aquela pela qual se desemboca no real.

Assim sendo, a psicanálise é uma ética que tem uma relação com a verdade do dizer e do desejo de forma atemporal, uma vez que as estruturas do espaço e do tempo são de sensibilidade. Embora não seja regido por essa sensibilidade, o inconsciente surge para o sujeito quando entra a dimensão da fala.

A título de exemplo, os seres humanos, muitas vezes, comportam-se de forma a se tornarem submissos a determinadas proposições morais, isto é, subordinados no que se refere ao *desejo*, ou agem em posição completamente oposta, renunciando a regras que tangenciam e interditam o *gozo* pleno, sendo ambos funestos. Para isso, a psicanálise propõe um movimento que possibilite que o desejo se revele na fala: ele surge do enunciado de um comando, diferentemente de quaisquer outras éticas, as quais surgem dos comandos de enunciados, demarcando um limite.

Consoante a esse viés, Fleig (2018, p. 54) alega:

Na ética da psicanálise, em que a fala introduz o sujeito na ordem do desejo, ela convoca para a liberdade. Não aquela da qual emanaria o universo das decisões da cena do manifesto. A liberdade, na outra cena, consiste simplesmente em deixar que aconteça, no “quando falas”, o sintoma do desejo. Somente quando vem da outra cena, o falar resulta do enunciado de um comando. É dele que falamos, ao escutá-lo na frase: “Não cedas de teu desejo”. Esse comando é, portanto, uma abertura trazida pelo “quando falas”. A ética da psicanálise não espera submissão. Ela pretende justamente, a espontaneidade, que acontece na ordem do desejo. Se foi utilizada a palavra “ética”, o que a diferencia da ética filosófica, que trata da ética como âmbito do caráter, que os gregos indicam com a palavra *etos* com épsilon? A ética da psicanálise encontra seu lugar no *ethos* com *eta*, onde o desejo encontra sua morada. Não podemos sistematizar o morar do desejo no “quando falas”, pois, no enunciado do comando “Não cedas de teu desejo”, atravessado pelo “quando falas”, acontece um falar que é sempre da ordem do sintoma, portanto, de algo que vem da outra margem, e então atravessa o abismo do “quando falas” para desafiar a quem escuta na primeira margem, a encontrar o retorno do recalçado. Está, portanto, instaurada uma ambiguidade que nos tira da certeza porque subverte a ordem das coisas. O desejo, ao passar pelo “quando falas”, e para isso ele é liberado no enunciado de um comando, se oculta na linguagem da primeira margem. Assim falamos em ética da psicanálise apenas para apontar para a morada do desejo que constitui pelo acontecer, no “quando falas” da outra cena. Temos assim, o elemento que produz a diferença entre as duas éticas, constituído pelo elemento do “quando falas”, da outra cena. Falar na outra margem, na outra cena, se constitui como o movimento em que se desvela a verdade do sujeito na ordem do desejo.

A ética psicanalítica não quer que o sujeito assuma seu desejo e o viva conscientemente, porque o próprio indivíduo o desconhece; tem dele apenas uma representação, pois o desejo é algo enigmático para o ser humano. Essa ética convida o ser humano a manifestar

certa representação do enigma de seu desejo por meio da fala, a qual possibilita a proximidade com a morada do desejo, mas não é algo que possa revelá-lo claramente, tampouco sistematizá-lo. Ou seja, ela é, para a ética psicanalítica, algo que, de certa forma, sustenta o desejo e, com isso, não pode surgir de forma imperativa, pois acabaria por coibir a toada que movimenta o desejo e configura vida ao ser desejante.

Cabe perguntar, então: o que acontece quando o sujeito não tem a possibilidade de nomear e/ou sustentar sua posição desejante e faltante, sucumbindo à *angústia*? É o que veremos a seguir.

2.2.

Angústia

Derivado do latim *angustiare*, o termo *angústia* significa: limite, redução e restrição, vocábulos estes significantes que expressam os sintomas que acometem um sujeito dominado pela angústia, tais como aperto, sufocação e tontura. Na psicanálise, a angústia é o afeto por primazia. *Angústia*, na visão lacaniana, é definida como algo que ocorre em forma de um sinal de angústia para o sujeito, ou seja, há apenas a iminência da angústia, o sinal de que o afeto extremo está próximo. Diante dela, o ser humano não pode usar o recurso de recalçamento, apenas contê-la, porque ela está ligada a um afeto, em outras palavras, a um sentimento.

Quando se está diante de alguém com medo, a título de exemplo, não adianta dizer para essa pessoa não sentir medo, esquecer ou fazer de conta que não existe medo, pois só é possível contê-lo caso ela já tenha um pensamento inaceitável desse medo. Desse modo, ele pode ser recalçado pelo esquecimento, como uma forma de defesa, e, com isso, a angústia é tida como um

afeto porque se refere a um sentimento. Sendo assim, o que é da ordem das representações pode ser recalcado porque constitui o inconsciente. Embora os afetos não possam ser recalcados, eles podem ser contidos.

Nas palavras de Lacan ([1962-1963] 2005, p. 23):

Que é a angústia? Afastamos a ideia de que seja uma emoção. Para introduzi-la, direi que ela é um afeto. Visto que os que acompanham os movimentos de afinidade ou aversão por meu discurso deixam-se levar, muitas vezes, pelas aparências, sem dúvida eles acham que me interessa menos pelos afetos do que por outras coisas. Isso é absurdo. Vez por outra, tentei dizer o que o afeto não é. Ele não é o ser, dado em seu imediatismo, nem tampouco o sujeito sob forma bruta. Não é protopático em nenhum caso. Minhas observações ocasionais sobre o afeto não querem dizer outra coisa. E é justamente por essa razão que ele tem uma estreita relação estrutural com o que é um sujeito, mesmo tradicionalmente [...] Ao contrário, o que eu disse sobre o afeto é que ele não é recalcado. Isso, Freud o diz como eu. Ele se desprende, fica à deriva. Podemos encontrá-lo deslocado, enlouquecido, invertido, metabolizado, mas ele não é recalcado. O que é recalcado são os significantes que o amarram.

A angústia não tem um objeto representacional, mas também não o é sem o objeto. No entanto, esse objeto causa do desejo surge de modo obscuro, e o que é não se sabe; é algo enigmático que move o sujeito e que vem a nomear a angústia como um afeto, ou seja, a substância da angústia é algo que está fora da dúvida, sendo a causa da dúvida.

Quanto a isso, para Lacan ([1962-1963] 2005, p. 88),

Não se deixem levar pelas aparências. Não é por poder parecer-lhes clinicamente perceptível à ligação entre a angústia e a dúvida, a hesitação, o chamado jogo ambivalente do obsessivo, que se trata da mesma coisa. A angústia não é a dúvida, a angústia é a causa da dúvida. Não é a primeira nem será a

última vez que terei que assinalar aqui que, se a função da causalidade se mantém, após dois séculos de apreensão crítica, é justamente por estar num lugar diferente daquele em que a refuto. Se há uma dimensão em que devemos buscar a verdadeira função, o verdadeiro peso, o sentido da manutenção da função de causa, é na direção da abertura da angústia. A dúvida, o que ela depende de esforços, serve apenas para combater a angústia, e justamente através de engodos. Porque o que se trata de evitar é aquilo que, na angústia, assemelha-se à certeza assustadora.

A angústia ocupa um lugar central na vida de cada indivíduo, tendo a função de mediar o desejo e o gozo. Entretanto, ela situa-se como o sinal que surge no apagamento entre as bordas de divisão do desejo e do gozo para o sujeito, no qual há uma iminente ameaça de imprecisão entre ambos. Melhor dizendo, a angústia é o afeto que sinaliza uma possível indefinição de margem entre o desejo e o gozo.

Na busca do desejo, há um imperativo superegóico, que revela para o sujeito desejante a possibilidade do faz ou não faz, ou seja, há uma desvelação que constitui a mediação da relação entre o desejo e o gozo. Nesse trajeto, há a angústia circulando para dar conta do desejo e impedir que o sujeito possa se movimentar. A inauguração da barreira entre desejo e gozo é a erupção da angústia, pois, quando algo do desejo toma o sujeito, imediatamente o sinal de angústia aparece: ele tem a função de proteção, alertando o indivíduo de que ele está diante de algo em que há gozo, sendo algo perigoso, com o qual é preciso ter cautela.

O objeto *a*, sendo o objeto causa do desejo, resiste a qualquer assimilação à função do significante e sempre se apresenta como perdido, dado que é aquele que resiste à “significantização”, ocorrendo, assim, uma queda. É nessa queda do objeto perdido que se revela o cons-

titutivo fundamental do sujeito desejante, não mais o sujeito do gozo, mas aquele que está em sua busca, não em busca de seu gozo. Logo alguém de sua realização, há a hiância do desejo no gozo, e é aí que está situada a angústia (Lacan, [1962-1963] 2005, p. 193).

É possível dizer que, na teoria lacaniana, assim como na freudiana, a angústia é, também, um sinal. Ela é o sinal de que há um inevitável momento em que o sujeito, para advir, tenta encontrar uma resposta simbólica, lançando mão de recursos imaginários. Trata-se de uma operação que deixa um resto sob a forma de uma incessante divisão, isto é, um resto de angústia faz função de causa de divisão (Pollo; Chiabi, 2013, p. 150).

A angústia pode ser entendida como o único afeto que não mente, pois tem uma verdade invertida do desejo do indivíduo. É algo que revela outro sentido, uma vez que onde o sujeito se angustia há o ponto de insuportabilidade do seu desejo, o qual se revela no medo de se desfragmentar, sendo essa a desfragmentação do próprio ser. O sujeito que, de alguma forma, sustenta seu traço de angústia – ela nunca se revela totalmente e no real – possibilita um perder-se para, assim, surgir a oportunidade de um novo do que ele é sendo uma forma de ressignificação. Portanto, a angústia é um termo interposto entre o gozo e o desejo: é a realização deles dois, quer dizer, das duas mortes do sujeito para Lacan: uma se refere à morte biológica e a outra à morte simbólica.

Ao falar sobre a morte na tragédia *Antígona*, Lacan desenvolve o conceito do que seria a *segunda morte do sujeito*, que é a morte enquanto se vive, ou seja, é o sujeito transpor-se e se defrontar com a morte narcísica. Ela tem a função significante de corte e desnaturalização, isto é, a morte invade a vida, e o sujeito suspende

sua condição desejante e rejeita sua condição desejante, renunciando à sua própria história e escolhendo sua pretendida direção à morte. Essa tragédia vem a ser uma abertura do âmbito do entre-duas-mortes, da morte física para a morte simbólica. Esta última é a morte do nome e, por isso, a morte do irmão (Polinices), que é o filho mais novo do rei Édipo – filho de Laio e Jocasta, e rei de Tebas, a cidade que fora assolada por uma peste –, que se suicidou. Isso foi algo muito devastador para Antígona, pois a impossibilidade de um sepultamento para o irmão, devido ao seu ato suicida ter sido repudiado, significa a concretização da morte na memória (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 290).

Lacan salienta ([1959-1960] 2008b, p. 336):

No que nos concerne, tento mostrar-lhes que numa época que precede a elaboração ética de Sócrates, Platão, Aristóteles, Sófocles nos apresenta o homem e o interroga nas vias da solidão, e nos situa o herói numa zona em que a morte invade a vida, em sua relação com o que aqui chamei de segunda morte. Essa relação com o ser suspende tudo o que tem relação com a transformação, com o ciclo das gerações e das corrupções, com a própria história, e nos leva a um nível radical do que tudo, dado que, como tal, ele está suspenso à linguagem.

No processo analítico, o indivíduo se implica com seu dizer e encontra o caminho de maneira singular, por vezes obscura, mas movimenta-se. Para que o sujeito suporte as incompletudes e adversidades da vida é requerido que ele não abra mão do desejo e que ele haja com aquilo que faz e fala, sendo a fala produzida em sua análise. Considerando-se o ato suicida, por exemplo, o sujeito não suporta um sinal de angústia enigmático e passa ao ato. Isto é, diante da iminência da angústia, a pessoa se vê sem recursos que possam socorrê-la; ela não sabe o que o Outro quer dela, tam-

pouco o que ela mesma representa para esse Outro, e isso a coloca à mercê dele.

A angústia é colocada em algo de que o sujeito sabe que não dá conta, em algo insuportável; é disso que surgem os *acting outs* e as *passagens ao ato*. No *acting out*, o sujeito endereça uma mensagem a alguém e espera uma interpretação, ou seja, ele endereça uma cena a alguém esperando algo. Ele aposta que do simbólico virá alguma interpretação. Quanto à *passagem ao ato*, trata-se de uma renúncia do desejo, por parte do sujeito desejante, havendo uma desistência de investimento diante de um traço de angústia. O sujeito, ao renunciar ao desejo, anula-se diante do interdito e, estando nesse lugar, na cena de sua vida, na qual apenas ele pode conservar, lança-se e, com isso, sai de cena. Essa saída é a passagem ao ato, que é, neste estudo, o momento em que o indivíduo atenta contra sua própria vida.

Sobre isso, Lacan ([1962-1963] 2005, p. 129) afirma:

Esse *largar de mão* é o correlato essencial à passagem ao ato. Resta ainda precisar de que lado ele é visto. Ele é visto justamente ao lado do sujeito. Se vocês quiserem referir-se à fórmula da fantasia, a passagem ao ato está do lado do sujeito na medida em que esse aparece apagado ao máximo pela barra. O momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito –, ele se precipita e despenca fora da cena. Essa é a própria estrutura da passagem ao ato.

A angústia, para o psicanalista francês, é o único afeto que não engana o indivíduo. Ela é o sinal da divisão entre as duas mortes, ou seja, o gozo pleno e a realização do desejo. O sujeito com a possibilidade de

vislumbrar um traço de angústia busca, desesperadamente, uma forma de aplacar o vazio de seu desejo, que é sempre o desejo do Outro, ou seja, é o momento de entrada no simbólico, na linguagem, momento de socialização e humanização, no qual o desejo inaugura-se por meio da impossibilidade de completude. Logo, é o momento do sujeito em relação ao seu inconsciente.

Abordar o tema da angústia, em psicanálise, não é falar de um afeto a mais, tampouco servir de base para uma “teoria dos afetos”, dessas chamadas por Lacan de “método catálogo”. Ou seja, aquela da enumeração em que se dá lugar a uma série de sentimentos, de certa forma organizados, embora a série oculte certa arbitrariedade (Harari, 1997, p. 14-15).

Ainda sob essa perspectiva, Harari (1997, p. 15) alega:

Lacan deixa deslizar uma afirmação forte, daquelas que utiliza *pour épater*, para inquietar: somos psicanalistas – aponta – e não psicólogos; portanto, as teorias classificatórias, caóticas e por justaposição não concernem ao campo de nossa prática; interessa-nos pelo contrário, o que foi marcado por Freud como central e decisivo: a angústia. Articula essa consideração com uma referência clínica que pode ser lida de forma cruzada com uma passagem de *Os quatro conceitos*. Nela, afirma que a angústia é importante, nem mais nem menos, para *saber sob que condições e até que ponto o analista pode suportar a angústia de seu analisante*. No seminário seguinte, assinalará que *a angústia do analisante deve ser dosada pelo analista*. A recomendação implica não se constituir em uma espécie de indutor – analista ansiogênico, por definição –, nem tão pouco em um domesticador da angústia, que, nem bem emerge esse fenômeno – pois também é um –, procura colocar barreiras de contenção.

A questão-chave do sujeito de desejo é que há algo insuportável que se chama angústia. Estar na angústia

é impossível para o ser humano, do ponto de vista psicanalítico, já que é insustentável apenas o sinal da angústia em si. Lacan, ao abordar a topologia como plano cartesiano, no qual se introduz uma máxima do sujeito se haver com seu desejo, coloca que na passagem ao ato, momento em que o sujeito renuncia seu desejo, há a postulação de um sem saída, então o sujeito vê como solução o suicídio.

Diante disso, no processo de análise, a fala poderá permitir que haja um movimento nessa saída. Ao nomear, o sujeito encontra uma nova solução para seu conflito psíquico. Isso não quer dizer que esteja garantido o processo de resignificação do ato em palavras, mas há a possibilidade de uma nova forma de solucionar o conflito interno, até então insuportável. O que há é a abertura de uma nova possibilidade, certa flexibilidade capaz de resgatar o desejo diante da condição de impossibilidade de plenitude que revela a condição faltante do ser.

Nas palavras de Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 345),

[...] o que é o desejo? A propósito disto posso apenas lembrar-lhes que nessa época articulei – realizar seu desejo coloca-se sempre numa perspectiva de condição absoluta. É na medida em que a demanda está para além e para alguém de si mesma, que, ao se articular com um significante, ela demanda sempre outra coisa, que, em toda satisfação da necessidade, ela exige outra coisa, que a satisfação formulada se estende e se enquadra nessa hiância, que o desejo se forma como o que suporta essa metonímia, ou seja, o que quer dizer a demanda para além do que ela formula. E é por isso que a questão da realização do desejo se formula necessariamente numa perspectiva de juízo final.

De um lado, há o inconsciente, do outro, a consciência, visto que o ser humano é levado a articular o aparelho da percepção com a realidade que tende a

exercer. Ou seja, não importa se essa percepção é real ou alucinatória, pois ela tende sempre a estabelecer-se e, se não tiver a sorte de coincidir com o real, será sempre alucinatória. É esse o perigo dentro de um processo do pensamento que é por si só e por sua natureza inconsciente, dado que a vida tem algo a ver com a morte.

Concernente a isso, Hisgail (2006, p. 370) declara:

Com a descoberta do inconsciente, a psicanálise supôs que qualquer que seja a ação do homem, haverá outra atrás, escondida e oculta, e para a qual devemos nos dirigir. Reconhecer que o desejo habita o centro da experiência humana, nos conduz a um juízo ético. Conforme a proposição lacaniana é próprio desse polo do desejo de opor à “ética tradicional” – quando o sujeito está a serviço dos bens e dos costumes.

É necessário compreender que diferentemente do que chega ao indivíduo, dentro da ordem perceptiva, do que permite ao sujeito a adequação de sua ação, nada disso ocorre por aproximação perceptível, mas todo pensamento, por sua natureza, ocorre de forma inconsciente. Por isso, esse pensamento está submetido ao campo do inconsciente, já que são dados à consciência apenas sinais dessa forma de pensar. Desse modo, saber não é ser, pois uma pessoa pode assistir a um filme e, mesmo sabendo que se trata de uma ficção, vir a se emocionar e a se envolver com isso. O acesso ao pensamento, conforme Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 44) diz, com base em Freud, “se dá unicamente na medida em que se produzem palavras, portanto: o conhecido do inconsciente vem ao sujeito, a nível pré-consciente, em função das palavras”.

As questões relacionadas ao ser desejante – para a psicanálise, esse ser é o sujeito – são tangenciadas ao serem nomeadas. Elas encontram uma possível signi-

ficação, ou melhor, um lugar, uma forma de definição, na qual o falar possibilita uma ressignificação, uma outra maneira de estruturar a condição faltante de um indivíduo. Com isso, ele é convidado a refletir sobre seu modo de ser, em outras palavras, a pensar sobre seu modo de atribuir sentido para suas ações e não algo que aborda um juízo negativo ou positivo sobre a ação humana.

O grito de um sujeito diante de algo que se mostra hostil cumpre uma função de descarga, na qual algo, isto é, parte do que ocorre, pode ser pego e identificado conscientemente para o indivíduo, mas se trata apenas de uma parte, pois sempre haverá algo que escapa, algo que o analisante não tem acesso e que permanece obscuro e inconsciente. O grito confere o sinal de valor ao que fora anunciado e, dessa forma, introduz os objetos falantes, que permitem, a partir do discurso do Outro, revelar os processos que habitam o seu inconsciente.

Com relação ao inconsciente, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 45) elucida:

No final das contas, não apreendemos o inconsciente senão em sua explicação, no que dele é articulado que passa em palavras. É daí que temos o direito – e isso, ainda mais porque a continuação da descoberta freudiana no-lo mostra – de nos darmos conta de que esse inconsciente não tem, ele mesmo, afinal, outra estrutura senão uma estrutura de linguagem.

Para o psicanalista francês, o princípio de realidade comanda o pensamento, mas o faz apenas na medida em que do pensamento possa regressar algo que da experiência humana possa ser articulado em palavras e conhecido de maneira consciente. O inconsciente, de forma inversa ao conteúdo consciente, deve ser situado em nível de compostos lógicos da ordem do *logos*, escondido no íntimo do lugar em que, para o

sujeito, são exercidas passagens motivadas pela atração e pela necessidade (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 45).

A ação moral se desenvolve e trata de um conflito, o qual é, desde sua origem, amplamente de ordem moral. É em decorrência disso que o psicanalista francês pontua a importância de se realizarem reflexões teóricas acerca da experiência moral, de modo a proporcionar a consideração da significação central dos impasses tal como são colocados desde o início e tal como são sustentados com certa perenidade.

Conforme Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 45) diz:

[...] a psicanálise procede por um retorno ao sentido da ação. Eis o que justifica, por si só, que estejamos na dimensão moral. A hipótese freudiana do inconsciente supõe que a ação do homem, seja ele são ou doente, seja ela normal ou mórbida, tem um sentido escondido para o qual se pode dirigir. Nessa dimensão, a noção concebida, de início, a partir de uma catarse que é purificação, decantação, isolamento de planos.

Os éticos que seguem o viés normativo acabam por voltar a conflitivas obscuras da relação do prazer com o bem final quanto à ação humana enquanto moral. Para Lacan, o questionamento sobre a exigência interna que compele o ético, de certa forma, a instigar e, assim, reduzir as contradições humanas a respeito do prazer e do bem provém, em grande parte, do fato de o prazer aparecer, em muitos casos, como tema antagônico ao esforço moral e de ser dogmático. Porém, isso desde que ele encontre aí a referência última, melhor dizendo, que o bem que orienta a ação humana reduza-se no fim das contas (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 46).

Quanto a isso, Cabrera (2011, p. 105) diz:

Chegar à moralidade de uma ação pode implicar na montagem de um mosaico de decisões muito particulares e irreconstituíveis, entretanto, é impossível

impor isso mediante legislação universal. Se as categorias da ética afirmativa são universalizadas, elas devem levar a uma condenação ética da vida: ao oposto do que a ética propõe.

É essencial e próprio do ser humano refletir sobre seu pensar, falar, agir e estar no mundo. A ética é um campo que oportuniza a abertura para a ponderação e a análise reflexiva no que concerne às questões morais para, assim, estabelecer os pontos convergentes e divergentes. É essa a grande incitação ética que se revela como um paradigma em constante transformação e não a algo cristalizado e completo.

Para Agosto (2008, p. 22):

Através de caminhos díspares como a ciência e a religião, pode-se verificar a existência de critérios essenciais a toda e qualquer cultura, estruturas que permanecerão as mesmas, seja na relação homem – meio, seja na relação homem – ele mesmo. E como analisar estes componentes, extraíndo o que há em comum em todas as sociedades? Em resumo, o que é essencial, próprio do ser humano? Aí é que entra a ética, como uma reflexão sobre as várias morais que são os referenciais para as atitudes, ideias e valores inerentes a todos os povos enquanto demonstradores dos padrões estáveis e de mudança. A ética colhe-os em dados e, nesta coleta, faz a decantação para que se possa separar, juntar, arquivar a várias correntes, estabelecendo os pontos em comum. Estas mudanças são os desafios para a ética. Por isto, dizíamos, ética não rima com tédio. Nunca. Como apassivá-la se em sua relação com o mundo vital participa efetivamente dos questionamentos do Direito, da Psicologia, da Sociologia e outras áreas? A ética insere-se numa configuração platônica ao buscar a perfeição através de modelos ideais, portanto, é o mundo real que importa. Colher dados a partir da realidade, sem, no entanto tirar os olhos de um mundo solidário, já é uma atitude ética de extremo desafio e esperança.

Embora, sob o viés da filosofia, os conceitos ética e *moral* sejam distintos, é comum que as pessoas os

tomem, muitas vezes, como sinônimos. Cabe diferenciá-los. Segundo Rios (2008, p. 84):

A moral é definida como um conjunto de valores, de princípios, de regras que norteiam o comportamento humano. No espaço da moralidade aprovamos ou reprovamos o comportamento dos indivíduos e o designamos como certo ou errado, correto ou incorreto. Há sempre uma expectativa da sociedade em relação ao desempenho dos papéis e nossa conduta é sempre aceita ou rejeitada à medida que corresponda ou não a essa expectativa.

Já a ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Não tem a pretensão de definir normas, mas indicar princípios. Quando se faz uma reflexão ética, o sujeito se pergunta sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam as suas ações de caráter moral; busca, ainda, a sua fundamentação para que as ações tenham significado autêntico em suas relações sociais. A ética reflete sobre os valores que comandam a ação e a fazem ir além do nível imediato da situação, criando um horizonte em cuja direção a ação projeta-se, na busca de seu dever ser (Pessanha, 1993, p. 3 *apud* Rios, 2008, p. 84-85).

A psicanálise não tem a intenção de se tornar normativa, no que se refere a um modelo de como vir a agir para resolver as inquietudes humanas de forma prescritiva, tampouco de se situar em uma abordagem de vir a ser modelo antagônico para as tradições morais. Há, na verdade, outra dimensão que lhe interessa: a do desejo. O fato de se haver com o desejo não exclui o sujeito das questões morais, todavia, propõe que se abra um espaço para que ele se interrogue sobre seu desejo.

Em seu Seminário, livro sete, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 57) aborda o termo *das ding* – o qual já tinha sido abordado por Freud –, que é definido por ele

como *coisa*, uma determinada oposição ao princípio de prazer e ao princípio de realidade. Lacan ressalta que é importante compreender o sentido desse conceito para que se possa compreender a prática psicanalítica enquanto ética, uma vez que algumas ambiguidades, com relação ao princípio do prazer e princípio da realidade, resultam da ordem do significante e, até mesmo, da ordem linguística. Segundo Freud já dizia, o aprofundamento linguístico é o veículo mais seguro da transmissão de uma elaboração que marca a realidade psíquica.

Ao abordar os estudos que antecederam seu trabalho, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 59) mostra que há uma relação entre coisa e palavra, pois as coisas do mundo humano são coisas de um universo estruturado em palavras, em que a linguagem e os processos simbólicos dominam e governam. Nas palavras do autor:

Quando nos esforçamos em sondar no limite entre o mundo animal e o mundo humano aparece – e esse fenômeno não pode deixar de ser para nós um motivo de espanto – o quanto o processo simbólico como tal é inoperante no mundo animal. Uma diferença de inteligência, de flexibilidade e de complexidade dos aparelhos não poderia ser o único móvel que nos permitiria designar essa ausência. O fato de o homem estar envolvido nos processos simbólicos de uma maneira à qual nenhum animal tem igualmente acesso não poderia ser resolvido em termos de psicologia, mas implica que tenhamos primeiro um conhecimento completo, estrito, do que o processo simbólico quer dizer (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 59).

Lacan mostra que a palavra se explica com a coisa, articulando-se com ela de maneira recíproca, pois uma ação dominada pela linguagem, ou até mesmo pelo mandamento, terá feito o objeto surgir. Assim sendo,

coisa e *palavra* formam um par e estão estritamente correlacionadas, fundidas, ligadas.

A dimensão da ética da psicanálise é trágica do ponto de vista do desejo: não ceder de seu desejo, em termos da sua determinação, independentemente de seus seguimentos. O ato suicida se coloca no ato de suspensão da vida, ou seja, simbolicamente o sujeito já estava morto, dado que renunciou à sua condição de desejo diante da falta que o habitava, que se revelava na passagem ao ato, sendo esta o lugar do real por excelência.

Consoante a isso, para Fleig (2018, p. 7):

Vemos que tanto Freud quanto Lacan teceram árduos confrontos com a tradição ocidental em três frentes: as discussões com os filósofos, com as tradições religiosas e com as tragédias antigas e modernas. Um ponto inicial precisa ser ressaltado: a ética da psicanálise reconhece que a distância entre o gozo e o desejo somente se sustenta pela referência à Lei. Dessa forma, o apagamento da Lei e do lugar onde ela é operada resultaria em uma confusão entre o gozo e o desejo que seria determinante da ilusão de que não haveria limite para a vontade de tudo usufruir. A recusa de tal perspectiva transparece no posicionamento radical de Freud de não ceder nas palavras, pois, se assim o fizermos, estaremos em seguida cedendo nas coisas. Em outras palavras, a ética do desejo não coincide com um imperativo de tudo gozar, mas sim com o confronto do sujeito com o julgamento de seu compromisso com seu dizer e seu agir.

O termo *das ding* é distinto da palavra e da coisa, sendo algo que se situa em outro lugar, algo que não se situa na relação entre palavra e coisa, na medida em que é explicitável. É alguma coisa que faz com que o sujeito coloque em questão suas palavras como se referindo às coisas que, ainda assim, elas criaram. Com isso, há no termo *das ding* um verdadeiro segredo, um segredo

desse princípio de realidade, já mencionado por Freud como algo sempre em fracasso (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 60).

O princípio de realidade que é invocado, sob a maneira de um acontecimento de necessidade (*necessite*), coloca o sujeito na via do segredo. É algo que funciona como se o isolasse da realidade. Para o analista, só se tem a noção de uma profunda subjetivação do mundo exterior, alguma coisa que transpassa de tal forma que a realidade só é entrevista pelo indivíduo do ponto de vista natural, de uma forma intimamente escolhida, ou seja, o homem lida com peças escolhidas da realidade (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 61-62).

As peças escolhidas da realidade são vistas, pela psicanálise, como um signo que avisa o sujeito quanto à presença de alguma coisa que se refere ao mundo exterior, sinalizando a consciência de que é com esse mundo externo que ela se defronta e opera. Esse mundo externalizado é a coisa com a qual a consciência tem de lidar e para a qual, desde que existam homens que pensem e que tentem uma teoria do conhecimento, ela tentou voltar-se.

Ao abordar o princípio de prazer e da realidade, o psicanalista estabelece uma distinção fundamental no que se refere à abordagem psicanalítica e assegura que o primeiro está ligado ao inconsciente, enquanto o segundo às questões predominantemente conscientes ou pré-conscientes. O princípio de prazer domina questões relacionadas ao pensamento, e o princípio de realidade relaciona-se ao que é da ordem do discurso articulável, acessível, que tem origem no pré-consciente.

O sujeito de uma maneira, de certa forma incerta, chega a apreender as astúcias, às quais suas ideias vêm se agenciando no pensamento; ideias que surgem com

frequência de forma enigmática, sendo que a necessidade de as falar e as encadear inaugura entre elas uma ordem frequentemente artificial, pois nada confirma que o verdadeiro móvel seja dado. É isso o que a análise fornece (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 63).

O processo analítico possibilita ao sujeito, por meio da fala, operar simbolicamente seus significantes e situar-se frente ao seu desejo. Ou seja, o indivíduo em análise irá nomear e escutar a importância e a dimensão do que diz. Isso só é possível porque houve uma perda inaugural do bebê que inaugura a lei simbólica com a ausência da plenitude que está ligada ao nascimento do desejo. Quanto a essa lei, não se trata das leis inscritas na constituição brasileira, portanto não são prescritivas, mas da lei universal do incesto, a qual inaugura a condição de seres pensantes e de cultura que se mostra conflitiva na contemporaneidade.

De acordo com Kehl (2002, p. 13):

Ao aludir ao aspecto da crise ética contemporânea ligado ao *reconhecimento da lei*, não me refiro à letra das leis impressas na constituição de cada país, mas a única lei universal que funda nossa própria condição de seres de cultura: a que impõem uma renúncia do excesso do gozo, presente em todas as sociedades humanas na forma de interdição do incesto. Essa lei não está inscrita em lugar nenhum, e não é autorizada por nada além de si mesma. Ela se impõe aos agrupamentos humanos como vinda de Outro lugar, que delimita e legitima a existência social. Sua origem, ao contrário dos códigos legais e morais inventados pelas diferentes culturas e nações, não se situa na história e não tem autoria. É uma origem mítica. A tradição, a educação, as religiões, as grandes mitologias são formações da cultura que tentam garantir uma certa estabilidade (simbólica) e uma credibilidade de base imaginária no que concerne à transmissão da lei de geração em geração. A transmissão, assim, como a origem da lei, se inscreve no inconsciente; sua inscrição subjetiva, se dá por

meio da linguagem, mas sua consistência imaginária é preservada pelas grandes formações da cultura. A incidência da lei sobre sujeitos rouba-lhes uma parcela de gozo que é tributada a linguagem e à vida em sociedade.

Nesse sentido, a possível crise do reconhecimento da lei declara-se na dificuldade de reconhecimento da questão simbólica que humaniza o ser humano. O sujeito, ao mesmo tempo em que se identifica, tem horror ao seu próprio desejo, já que se depara com ele e com o que fora perdido diante da impossibilidade de completude. Dessa maneira, há a impossibilidade da totalidade do desejo, bem como do gozo pleno. Com isso, a angústia é o que, de certa forma, manifesta-se para o sujeito como uma espécie de impedição entre o desejo e o gozo.

Há inúmeras razões que fazem com que se acredite em alguma racionalidade, no entanto, na maior parte dos casos, é em outro local que sua relação pode ser conhecida, dado que o pensamento conduz o acesso à realidade. Esse acesso encontra-se no campo do inconsciente e é franqueável pela fala articulada. Logo, articular o desvio do gozo é articular a instituição da lei que inaugura a ordem de socialização do ser que, sincronicamente, assegura que a possibilidade de satisfação do funcionamento psíquico inconsciente do ser humano é intercedida pela linguagem.

A elaboração é o que faz o sujeito progredir de uma significação do mundo a uma fala que pode se formular; a cadeia que vai do mais arcaico que se situa no inconsciente à fala articulada da fala no sujeito. Tudo isso acontece entre percepção e consciência, portanto, é na medida em que a estrutura significante se insere entre a percepção e a consciência que o inconsciente intervém, que o princípio de prazer intervém, não

como mantenedor de um investimento, mas concernindo facilitações. É a partir disso que a estrutura da experiência acumulada reside permanecendo inscrita. O *eu* torna-se o suporte de quantidade e de energia que compõe o cerne do aparelho (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 66).

O indivíduo pode ter apreensões de realidade, sendo que o *das ding* é o elemento isolado pelo sujeito em sua experiência humana e, assim, algo estranho, podendo, inclusive, esse estranho ser algo hostil, é nisso que se organiza e/ou se orienta todo o encaminhamento do sujeito. Dessa maneira, é um encaminhamento de controle, de referência em referência ao mundo de seus desejos, algo que trata de se encontrar e que não pode ser reencontrado; logo, o objeto perdido como tal (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 67-68).

O sujeito que se suicida seria o indivíduo que se precipita e que, incitado por uma cultura social, visa à cura do sofrimento e à renúncia das incertezas acerca de seu pensar, falar e agir. Essa cultura inferiu a possibilidade de se ter uma vida plena e feliz em uma espécie de totalidade do ser. Nada lhe falta, e isso acaba por retirar sua condição de flexibilidade e movimento e, dessa maneira, coloca-o em uma condição alienante de ajustamento linear que impossibilita a indagação do desejo. Logo, há a renúncia ao desejo, bem como o encontro com o vazio e a falta de sentido da vida.

Sob esse viés, Kehl (2002, p. 8) enuncia:

O homem contemporâneo quer ser despojado não apenas da angústia de viver, mas também da responsabilidade de arcar com ela; quer delegar à competência médica e às intervenções químicas a questão fundamental dos destinos das pulsões; quer, enfim, eliminar a inquietação que o habita em vez de indagar seu sentido. Mas não percebe que é por isso

mesmo que a vida lhe parece cada vez mais vazia, mais insignificante.

O sentido da existência humana precisa ser construído de forma discursiva. É isso que possibilita a construção de sentido, pois o ato suicida envolve uma intencionalidade com face simbólica, na qual algo se revela e se faz representar. Assim sendo, o suicídio, em Lacan, surge com a insuportabilidade do sinal de angústia. O sujeito já não a sustenta e passa ao ato de renunciar à vida ao se deparar com a não resposta do Outro. O indivíduo escolhe se livrar dessa angústia da vida e renuncia à sua condição desejante e, portanto, à vida que aciona o sujeito no risco de sua integridade.

O sujeito sofre porque o desejo que o habita não pode comparecer em sua vida, dado que na moral convencional ele é condenável, as questões normativas se impõem e a demanda se estabelece no ponto em que o indivíduo responda ao que o Outro lhe solicita. Com isso, há uma tendência de criar um aprisionamento do próprio sujeito. Para a psicanálise, na interface da demanda há algo que escapa e que vai oportunizar o imergir como desejo.

Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 70-71) diz que o filósofo Kant abordou o termo *das ding* pelas vias da filosofia da ciência. O psicanalista francês relata isso como sendo algo da trama significativa pura, uma máxima universal, um ponto de convergência segundo o qual uma ação, qualificada como moral, apresentar-se-á como regra de certo *Gute* (bom). Ainda, para o referido autor, a coisa só se apresenta ao sujeito à medida que acerta na palavra.

Para a psicanálise, o desejo não se submete à normalidade universal, mas se manifesta de forma singular. Na análise, olha-se o sujeito, e o que importa é

seu ato de fala e, por mais que o caos se aproxime, cada caso é um caso; é único. O que importa é como o universal incide de modo singular na formulação de cada sujeito. A ética não está em contraposição com a moral, porque prescreve o que é comum para o convívio com o Outro, porém isso não corresponde ao que é de cada ser humano. Desse modo, a psicanálise não parte de um trabalho coletivo, visto que a ética da psicanálise e o referente do trabalho do analista é o singular. A ética psicanalítica visa a, pela fala, analisar como, apesar do universal ao qual todos estão submetidos, ocorre o elemento singular.

Isto é, ela busca especificar a condição de ser falante, pois o que se passa com o sujeito sempre tem relação com a sua condição de ser falante. Por causa disso, Lacan resgata o suporte que atravessa o campo da linguagem, ou seja, o ato de fala está como suporte de toda ética, tanto a prescritiva como a do desejo. No ato ético, o sujeito se implica no que diz e empenha a palavra. A psicanálise não tem a prosápia de anular a tensão constante entre o universal e o singular, mas é nesse retesamento que todo trabalho analítico incorre.

Ao abordar a questão relacionada à moralidade, Lacan sinaliza que Freud verificou que se for levado em consideração que a psicanálise pôde levantar a inquietação de certas pessoas, promovendo abastadamente o reino dos instintos, ela não deixou de propagar a importância e a relevância da instância moral.

Dessa maneira, a busca do sujeito encontra profundas satisfações vinculadas à relação com o objeto, reunidas por ela. Então, a lei invisível ultrapassa sem transpassar o limite do conflito “prazer e desprazer”, sendo essas as duas maneiras sob as quais o princípio do prazer revela-se. Tal movimento mostra que a

impulsão psíquica transforma quantidade em complexidade. O limite disso tem nome diferente de prazer e desprazer, uma vez que os processos de pensamento regulam, por intermédio do princípio do prazer, o investimento das representações e a estrutura na qual o inconsciente se organiza, sendo o ponto do significante.

O mundo das ideias está organizado pelas possibilidades do significante como tal. Esse mundo das representações é algo decomposto em sua substância, produzido a partir da coisa, algo organizado segundo leis que não são forçosas, mas de metáfora e metonímia. É assim que surge a importância do discurso, ou melhor, da palavra (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 77-78).

Nesse viés, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 78) diz que:

É a partir do momento em que falamos de nossa vontade, ou de nosso entendimento, como de faculdades distintas que temos uma pré-consciência, e que somos capazes, com efeito, de articular num discurso algo desse palavrório pelo qual nos articulamos em nós mesmos, justificamo-nos, racionalizamos para nós mesmos, em tal ou tal circunstância, o encaminhamento do nosso desejo. Trata-se, com efeito, justamente de um discurso.

As representações, para o mestre francês, gravitam, isto é, articulam-se segundo as leis do funcionamento da cadeia significante. É por isso que a *das ding* tem uma função primordial que se situa no nível da instauração da gravitação das representações inconscientes, no nível das representações. O termo *das ding* é, literalmente, o não é, em outras palavras, é algo que se distingue como ausente, alheio. Dessa maneira, vem a ser algo que se articula como bom e mau e, com isso,

divide o sujeito com respeito a ela. Logo, há bom e mau e, em seguida, existe a Coisa ou a *das ding*.

No que concerne às representações, o psicanalista afirma que o bom e o mau estão presentes para o sujeito. As representações são índices que orientam a posição do indivíduo, segundo o princípio do prazer, em relação ao que nunca deixará de ser apenas representação; é a busca de um estado eleito, de um anseio. É algo que sempre está a certa distância da Coisa, ainda que seja regulado por essa Coisa que o transpassa, ou seja, algo que está além, chamado de desejo.

O que constitui a condição humana é uma incompletude. Há elementos que o sujeito não tem como, unicamente por meio da razão, dar conta. Desse modo, há coisas que são da ordem de um não linear. A psicanálise apresenta para o filósofo a possibilidade de haver coisas de que a razão não dá conta, como o desejo do ponto de vista psicanalítico. Para ele, a noção de lei inclui o sujeito que se confronta com o impossível.

Lacan considera o fato de Freud ter colocado em palavras a sua descoberta, ou seja, ter pontuado o desejo essencial do sujeito, como o desejo de incesto, o grande achado de Freud, pois essa interdição designa o princípio da lei primordial da qual todos os desenvolvimentos culturais são apenas as suas consequências e as ramificações. O incesto é o desejo fundamental. A interdição dele confere o caráter primordial da lei como tal, visto que há a introdução do significante e da sua combinatória na natureza do sujeito, dado que é fundamental, pois é na ordem da cultura que a lei se exerce.

Nas palavras de Lacan ([1959–1960] 2008b, p. 85):

O que encontramos na lei do incesto situa-se como tal no nível da relação inconsciente com *das ding*, a

Coisa. O desejo pela mãe não poderia ser satisfeito, pois ele é o fim, o término, a abolição do mundo inteiro da demanda, que é o que estrutura mais profundamente o inconsciente do homem. É na própria medida em que a função do princípio do prazer é fazer com que o homem busque sempre aquilo que ele deve reencontrar, mas que não poderá atingir, que nesse ponto reside o essencial, esse móvel, essa relação que se chama a lei da interdição do incesto. Essa inspeção metafísica só merece mesmo ser retida se pudermos confirmá-la no nível do discurso efetivo que pode vir para o homem ao alcance de seu saber, do discurso pré-consciente ou consciente, isto é, da lei efetiva.

Para explicitar o que seria a lei efetiva, o psicanalista francês utiliza os dez mandamentos bíblicos, os quais são vistos funcionar ou no sujeito ou nas coisas de forma singularmente arrojadas, algo que sofreu inúmeras articulações significantes ao longo dos tempos que, por mais negativas que se mostrem, revelam que não há apenas o lado negativo da lei moral, mas também o positivo, visto que ela revela aquilo sem o que não existe fala possível.

Para o referido autor, a importância e o sentido dos Dez Mandamentos estão no fato de exporem as ações do indivíduo como devidamente humanas. Logo, usufrui-se de tempo violando-os, o que permite a formação da sociedade. Não se trata de as inclinações privadas se tornarem públicas, mas, pelo contrário, de ver a que responde o caráter de imanência pré-consciente desses mandamentos.

A grande crise revolucionária da moral, ou seja, o questionamento dos princípios imperativos, teve seu ápice no período kantiano e sadista da Coisa, o que tornou a moral, por um lado, pura e simples aplicação do real, quer dizer, genuína aplicação da máxima universal; por outro lado, puro e simples objeto, colo-

cando-a em uma condição de bem supremo, de acordo com Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 87).

Sobre isso, o autor declara:

Pois bem, o passo dado por Freud, no nível do princípio do prazer, é o de mostrar-nos que não há Bem Supremo – que o Bem Supremo, que é *das ding*, que é a mãe, o objeto do incesto, é um bem proibido e que não há outro bem. Tal é o fundamento, derrubado, invertido, em Freud, da lei moral (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 87-88).

Para Lacan, o termo *das ding* refere-se a um mundo subjetivo que é enaltecido no nível inconsciente, algo que mistura referências com possibilidades de orientação na organização das relações significantes. Desse modo, é alheio ao sujeito, que é onde está o núcleo do eu; é, ainda, algo que no nível do inconsciente só pode ser representado por meio de um signo, por uma representação com função de apreensão de um bem que *das ding* traz consigo metaforicamente. Esse bem é algo perdido, interditado e, ao mesmo tempo, impossível, pois um Outro materno pleno só existe como estado perdido.

O termo *das ding* tem a ver com a interdição do Outro materno fundada pela interdição do incesto, enquanto lei simbólica. Sem esta não é possível a ramificação de novas leis. No que se refere aos dez mandamentos, o psicanalista reitera que isso é tão fundamental que não é dito, com isso, a *das ding* vem a ser o objeto causa do desejo que institui a falta: é a perda inaugural que o bebê sofre, ou seja, a perda da plenitude que o Outro materno lhe oferecia e que está ligada ao nascimento do desejo.

Ao mencionar a importância da linguagem, o psicanalista francês mostra que quando algo é signo, vem a ser uma representação de algo para o sujeito; é uma

linguagem comum que possui um referente sobre o que está sendo colocado em palavras. Ou seja, há um código comum aos falantes; e há um Outro que decifra o que é dito porque tem presente o referente. Mas Lacan diz que o significante surge quando o sujeito diz algo e o referente descola-se, pois assim presenteia-se o sujeito do inconsciente com uma fala livre e desprendida da racionalização.

Sob esse viés, o representante da representação da coisa perdida é o significante, o qual vem na fala e que coincide com o *das ding*, isto é, há uma operação de castração que opera na fala. O sujeito diz o que lhe escapa, que é impossível de ser apreendido. Com isso, o inconsciente torna-se presente. E em decorrência disso que o real é algo impossível de ser alcançado pelo simbólico, justamente por ser algo que o “eu” pode dizer, enquanto o campo do inconsciente é algo relativo.

Sendo assim, o que move o sujeito, para a psicanálise não é a deliberação: é o fazer cessar a angústia. O suicídio deliberado não encerra o ato suicida, pois o sujeito pode deliberar e não executar, sendo, para Lacan, a passagem ao ato o insuportável da angústia. O sujeito que se mata não o faz para morrer, fá-lo para fazer cessar a angústia. Dessa maneira, a função do analista é fazer com que o analisando escute a importância e a dimensão do que ele, enquanto sujeito, está colocando em palavras, de modo a amplificar essa dimensão para o próprio indivíduo. Busca-se isso, a fim de que ele perceba que o que é dito não é feito de forma despretensiosa, à toa, pelo contrário, que o dito está implicado em seu modo de ser e agir. Ele é responsável por ambos.

Freud ([1900-1901] 1996, p. 636), em *A interpretação dos sonhos II*, declarou que a definição do termo

inconsciente se difere da definição filosófica e, até mesmo, do termo na perspectiva de Theodor Lipps. A filosofia aborda o tema como antagônico à consciência, enquanto Freud pontua a existência de duas formas de *inconsciente*: a primeira inacessível à consciência; a segunda, de certa forma, acessível, porém somente após passar por uma censura (pré-consciente). No entanto, ambas determinam os atos do ser humano, sejam eles da vida normal, sejam patológicos.

A análise é uma forma de estabelecer compromisso com a palavra enunciada, e o que o analisando demanda é a felicidade. Entretanto, tal afirmação pode ter sido um tanto sentenciosa, visto que recentrar a análise na dialética acaba por presentificar uma meta que aparece indefinidamente recuada, já que a psicanálise não é uma disciplina da felicidade que assegura não ser possível haver satisfação de ninguém sem a satisfação de todos (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 342-343).

O psicanalista francês propõe que o sujeito se interrogue, melhor dizendo, que ele se confronte com sua incompletude, e afirma ser indispensável que se possa se deter no que há de sempre velado, no que se pode chamar de as metas morais da análise. Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 354) diz:

Promover na ordenação da análise a normalização psicológica inclui o que podemos chamar de uma moralização racionalizante. Igualmente, visar ao acabamento do que se chama de estágio genital, a maturação da tendência e do objeto, que daria a medida de uma relação justa com o real, comporta certamente uma certa implicação moral. A perspectiva teórica e prática de nossa ação deve reduzir-se ao ideal da harmonização psicológica [...]?

Em *A ética da psicanálise*, o autor (Lacan, [1959-1960] 2008b, p. 354-355), ao retomar Freud, diz que

pensar em uma felicidade, sem sombras de dúvida, seria reduzir a antinomia do sujeito a uma instância que se inscreve concretamente no homem, algo absolutamente racional sem sua abordagem introduzida por Freud com o Supereu, sendo de uma economia tal que se torna mais exigente conforme mais sacrifícios lhe são oferecidos.

Na visão lacaniana, a análise articula-se no que se refere às exigências morais tradicionais. É mais cômodo sujeitar-se ao interdito do que incorrer na castração. Isso é revelado por Lacan por meio dos mitos. Nesse sentido, ele apresenta que o sujeito acaba por deparar-se com aquilo que evita, ou seja, quando algo surge na sua fala, na posição de significante, essa coisa evitada tem que coincidir com *das ding*. Em outras palavras, é com a operação de castração que isso é colocado na fala, uma vez que o indivíduo diz o que lhe escapa, que é impossível de ser apreendido, por isso *das ding* é o objeto causa do desejo. Para Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 362), é sempre por meio de alguma transposição do limite benéfico que o indivíduo faz a experiência de seu desejo.

No último capítulo do seminário de *A ética da psicanálise*, Lacan ([1959-1960] 2008b, p. 364) realiza algumas observações conclusivas e algumas sugestivas quanto ao sujeito agir em conformidade com seu desejo. Ele retoma o conceito de ética relacionado a um juízo sobre as ações do indivíduo, na medida em que a ação comporta ou lhe é reputada um juízo, mesmo que implícito.

Um ser desejante, para a psicanálise, é um ser que reconhece a impossibilidade de sua plenitude, ou seja, é aquele que reconhece sua condição faltante e se depara com ela e com os traços de angústia. Assim sendo, a

análise seria um caminho para o sujeito se escutar e se implicar com sua fala, não de forma punitiva, ou melhor, não de maneira a punir a instância psíquica, mas nomeá-la. Com isso, o sujeito passa a se submeter às leis da linguagem, pois, para conversar com o Outro, é necessário que possa se endereçar a ele. Isso só é feito adequadamente quando o sujeito reconhece que esse Outro é outro sujeito.

3

Suicídio e ética lacaniana

A morte voluntária é vista como um tabu na atualidade. No que tange às formas documentais e aos espaços de fala, o tema suicídio é visto, muitas vezes, como algo vedado, interditado, censurado, julgado, o qual, ao ser estudado, apresenta diferentes linhas e visões do ponto de vista psicanalítico, filosófico, sociológico, psicológico, entre tantos outros. Há consonâncias e dissonâncias acerca de tal temática, no entanto há uma linha congênere que reconhece o suicídio como uma questão multifatorial. Sob esse viés, não se pode estudar o suicídio com a mesma visão que se estuda uma enfermidade, isto é, com uma abordagem de ordem exclusivamente demográfica, mas, sim, com um olhar reflexivo voltado para o coletivo e para o individual, sob o ponto de vista da experiência humana, daí sua importância no que tange aos aspectos éticos.

Consoante a isso, Minois (2018, p. 02) afirma que:

[...] não podemos estudar os suicídios como podemos fazê-lo em relação à destruição provocada pela peste ou pela tuberculose, pois a morte voluntária é um tipo de óbito cujo significado não é de ordem demográfica, mas filosófica, religiosa, moral, cultural. O silêncio e a dissimulação que a rodearam durante muito tempo, instauraram um clima de mal-estar em torno dela [...].

Apenas o ser humano tem a capacidade de pensar e refletir sobre o sentido de sua existência, ou seja, sobre o sentido da vida, para, assim, ponderar sobre a continuidade ou o fim dela. É importante compreender

os questionamentos humanos e os impasses entre continuar ou não a viver, bem como os aspectos éticos que envolvem o suicídio, que é um tópico que incita para várias áreas do entendimento humano. Albert Camus (2008, p. 13) afirma que “O suicídio é a grande questão filosófica de nosso tempo; decidir se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma pergunta fundamental da Filosofia”.

Pode-se afirmar que, desde a Antiguidade, o ser humano segue, por vezes, escolhendo a morte voluntária, a qual é vista, na maioria das vezes, de forma condenável e com desaprovação social. Considerando isso, o enfoque ético abordado ao longo deste capítulo faz alusão a delineamentos elaborados pelo psicanalista francês Jacques Lacan acerca da ética da psicanálise no que se refere ao suicídio com interface filosófica, de forma a apresentar proposições e motivações éticas para uma pessoa vir ou não a cometer o suicídio.

Se o julgamento sobre as ações, ao longo dos tempos, tornou-se algo que funda e inaugura a ética, como isso se relaciona ao suicídio sob o ponto de vista ético com uma abordagem lacaniana e filosófica? Se há um sujeito que deve se implicar com o seu dizer e que é responsável por sua forma de ser e agir, conforme diz Lacan (2008b) – o sujeito desejante surge enquanto alguém que é constituído pela falta, a partir da *lei primordial* que interdita o incesto e que torna possível todas as outras ramificações, no que se refere ao surgimento de novas leis, mas que também é singular tal qual a unicidade do *desejo* –, o que acontece quando esse sujeito atenta contra a própria vida e decide não mais viver, ou melhor, quando comete o suicídio?

Há de se considerar um ponto fundamental abordado por Freud e retomado por Lacan em relação ao

determinismo *inconsciente* relacionado aos atos de cada indivíduo: como um sujeito seria capaz de se responsabilizar por um ato praticado sem que tivesse consciência das consequências de seu agir no que se refere ao ato de atentar contra a própria vida?

Lacan ([1959-1960] 1991, p. 365) diz que:

[...] digamos que a psicanálise procede por um retorno ao sentido da ação. Eis o que justifica, por si só, que estejamos na dimensão moral. A hipótese freudiana do inconsciente supõe que a ação do homem, seja ele são ou doente, seja ela normal ou mórbida, tem um sentido escondido para o qual se pode dirigir. Nessa dimensão, a noção é concebida, de início, a partir de uma catarse que é a purificação, decantação, isolamento de planos.

Tais questionamentos tornam possível retomar o que propõe a psicanálise, a qual se difere de uma abordagem moral clássica – esta visa ao julgamento e à reflexão da ação, caracterizando-se como uma abordagem voltada para questões mais prescritivas. A psicanálise, por sua vez, propõe-se a criar um espaço no qual o sujeito possa falar sem nenhuma restrição, porque entende que essa é a maneira de ele fazer algo com o conflito que vive, pois o que está por trás na vida psíquica é uma contradição com proposições inconciliáveis. Sob esse viés, a abordagem psicanalítica não quer resolver adversidades sociais, não tem uma prescrição educativa e não quer substituir o filósofo. Busca, na verdade, possibilitar que o indivíduo se defronte com suas angústias por meio da fala que o mobiliza e o constitui, logo é a condição faltante do sujeito que possibilita, pela fala, um caminho de relações entre o desejo e o real, na construção do sujeito ético, inaugurando o limiar constitutivo do ser humano, enquanto ser faltante, ou seja, o sujeito que entra na linguagem

e se constitui humano, pela falta, sendo que tal movimento só se torna possível por meio da renúncia à condição de ser completo e inaugura o sujeito na sua condição faltante, portanto, desejante.

Conforme Lebrun (2010, p. 32-33),

Com efeito, entre os animais, nós somos os únicos seres falantes, quer dizer, submetidos à lei do significante, e os benefícios que tiramos disso nós devemos pagá-los com um preço, a saber, perder esta relação de imediatismo, de ligação direta com as coisas. Assim, nós podemos afirmar que a linguagem não é nada mais do que a colocação em ato do interdito do incesto. Ou melhor, linguagem e interdito são quase sinônimos.

Sendo assim, é possível conceber que a universalidade do interdito do incesto constitui o humano, não por meio de um valor único e real, mas da demonstração de uma impossibilidade de sinonímia entre a ação e a palavra, visto que o indivíduo não pode ser visto apenas como uma construção natural.

Diante de situações de urgência subjetiva, o psicanalista está defronte de um indivíduo que tem uma falta de sentido para o viver, de um sujeito que está destituído de sua condição desejante, o que é um fator complexo e de uma amplitude na qual o sintoma do indivíduo se revela, por meio de um sentimento insuportável e de algo que se coloca como impossibilidade de vir a ser representado. Cabe considerar que o que se revela na ordem do insuportável escapa à palavra e, assim, a pessoa pode encontrar uma forma de saída no suicídio, sendo que tal questão recai sobre a sua renúncia à condição desejante, portanto da ausência desta na própria vida.

Dessa forma, se o que não é possível ser falado passou a ato, que nem sempre tem o desfecho com a

morte, abre espaço para que, assim, possa ter acesso a uma via de busca e acesso a um significante. Com isso, o psicanalista propõe que o sujeito fale de si, das suas angústias, do seu sofrimento e da ideia e/ou do próprio ato. Com tais implicações e a abertura de um espaço de fala, concebe-se a possibilidade de expansão subjetiva do indivíduo no que tange à singularidade de sua angústia.

Considerando esse viés de possibilitar um lugar para lidar com os conflitos, Lacan fez uso da topologia¹⁶, convidando leitores de suas obras a realizar uma experiência mental (*experimentum mentis*). Eis o que o autor diz:

Convidei-os a entrarem este ano numa experiência mental, *experimentum mentis*, como diz Galileu – contrariamente ao que vocês acreditam, ele tinha muito mais experiência mental do que laboratório e, em todo caso, ele certamente não teria sem isso dado ao passo decisivo. O *experimentum mentis* que lhes propus aqui durante todo este ano está na linha direta daquilo ao qual nossa experiência nos incita

¹⁶ Chemama e Roland (1995, p. 212) afirmam que o termo topologia se refere “essencialmente às elaborações de J. Lacan. A partir de 1962, Lacan desenvolveu, no Seminário ‘A identificação’ a topologia do toro, da fita de Möbius e do *cross-cap*. Esta topologia é resumida no *l’Étourdit*, de 1972. O toro, que é comparável a uma superfície de câmara de ar, representa o encadeamento do desejo ao desejo do Outro. De fato, o significante da demanda repete-se quando se faz, sobre o toro, um corte que gira tanto em torno do seu ‘buraco circular’ quanto em torno do buraco central. Isto é, a demanda parece girar em torno de um objeto, mas erra o verdadeiro objeto do desejo, situado alhures, no buraco central. É preciso então representar o toro do grande Outro encadeado ao primeiro, de tal forma que demanda e desejo fiquem situados de forma inversa. Assim, o desejo do sujeito neurótico, representado nesses toros, tem como objeto a demanda do Outro e, inversamente, o que o sujeito demanda é o objeto do Outro. Em compensação, na fita de Möbius pode ser ilustrada por uma fita que se fechou depois de ter-lhe sido aplicada uma semitorção. Essa curiosa superfície apresenta a propriedade de ter apenas um único lado e uma única borda. Essa fita, na qual o lado direito se prende ao lado do avesso, representa a relação do inconsciente com o discurso consciente. Isso significa que o inconsciente está do avesso, mas pode surgir no consciente em qualquer ponto do discurso. É possível representar a interpretação como um corte mediano dessa fita, que a transformaria em uma outra fita, dotada de duas faces e duas bordas. Isto é, a interpretação analítica evidencia o inconsciente como o avesso do discurso, ao mesmo tempo que esse inconsciente desistiria de sê-lo”.

quando, ao invés de trazê-la para um denominador comum, para uma medida comum, ao invés de fazê-la entrar nas categorias já estabelecidas, tentamos articulá-la em sua topologia, em sua estrutura própria. Ela consistiu em tomar o que chamei de perspectiva do Juízo final, quero dizer de escolher como padrão de revisão da ética, à qual a psicanálise nos leva, a relação da ação com o desejo que a habita (Lacan, [1959-1960] 1991, p. 366).

Com tais afirmações, o referido autor nos mostra que a ética da psicanálise não se trata de algo que tende a ordenar leis, de forma racional e cronológica, em uma espécie de bem comum para a humanidade; tampouco se trata de julgar atitudes tidas como prescritivas em prol de um bem comum; na verdade, ela busca convocar o sujeito a se posicionar – por meio da fala – diante dessa forma universalizante que o contorna, mas que não o define em sua singularidade, uma vez que essa forma o incita a buscar uma forma de sancionar o desejo.

Nas palavras de Lacan ([1959-1960] 1991, p. 366):

A ética da análise não é uma especulação que incide sobre a ordenação, a arrumação, do que chamo de serviço dos bens. Ela implica, propriamente falando, a dimensão que se expressa no que se chama de experiência trágica da vida. É na dimensão trágica que as ações se inscrevem, e que somos solicitados a nos orientar em relação aos valores. Aliás, é também na dimensão cômica, e quando comecei a lhes falar das formações do inconsciente era, como sabem, o cômico que eu tinha no horizonte. Digamos, numa primeira aproximação, que a relação da ação com o desejo que a habita na dimensão trágica se exerce no sentido de um triunfo da morte. [...] é preciso simplesmente lembrar que o que nos satisfaz na comédia, nos faz rir, nos faz apreciá-la em sua dimensão humana, não excetuando o inconsciente, não é tanto o triunfo da vida quanto sua escapada, o fato de a vida escorregar, furtar-se, fugir, escapar a tudo o que lhe é oposto como barreira, e precisamente as mais

essenciais, as que são construídas pela instância do significante. [...] O patético dessa dimensão é, como estão vendo, exatamente o oposto, a contrapartida do trágico. Eles não são incompatíveis, já que o trágico existe. É aí que reside a experiência da ação humana, e é por sabermos, melhor do que aqueles que nos precederam, reconhecer a natureza do desejo que está no âmago dessa experiência, que uma revisão ética é possível, que um juízo ético é possível, o qual representa essa questão com seu valor de Juízo final – Agiste conforme o desejo que te habita? Isso não é uma questão fácil de sustentar. Pretendo que ela jamais foi colocada de maneira mais pura em outro lugar, e que não pode ser colocada senão no contexto analítico.

Com base no que foi apresentado, é possível perceber que a ética da psicanálise lacaniana apresenta uma visão voltada à ética do desejo, sendo algo diferente das visões de Aristóteles, com a ética das virtudes, e de Kant, com a ética do sujeito autônomo. A ética lacaniana caracteriza que há uma distância entre o gozo e o desejo: este somente se assegura pela menção à Lei; e é no intervalo entre o gozo e o desejo que o instinto de morte se revela, podendo levar o sujeito a sucumbir diante da vida e buscar a morte autoinfligida. Quanto a isso, nas palavras de Fleig (2018, p. 7), “a ética do desejo não coincide com um imperativo de tudo gozar, mas sim com o confronto do sujeito com o julgamento de seu compromisso com seu dizer e agir”.

O desejo de morte por parte do sujeito que comete o suicídio seria a renúncia ao desejo, como a amputação da condição desejante; isto é, esse indivíduo, ao se deparar com a falta de sua completude, não é capaz de simbolizar sua condição faltante e renuncia à vida no momento em que não encontra seus significantes. Estes não acontecem no deslizamento metonímico e, assim, incidem sobre o sujeito questões relacionadas ao

contexto social que o atravessam e o colocam diante da impossibilidade de desejar, portanto, a renúncia à sua condição faltante e desejante e, conseqüentemente, de sujeito que se compromete com seu falar e seu agir, que sucumbe à sua condição desejante.

Para Lacan, o ato suicida está atrelado a uma contingência do *gozo*, pois, de acordo com essa perspectiva, pode-se afirmar que um ato suicida é concluído ou não, ou seja, pode levar à morte por suicídio ou a uma tentativa de morte. E é a angústia do sujeito falante o combustível para o ato, visto que é algo aniquilador e indecomponível ao processo metonímico da cadeia significante, algo impossível de ser nomeado, simbolizado e imaginado. Logo, vem a ser algo que se revela de forma impulsionadora, no momento do ato de atentar contra a própria vida. Contudo, diante da tentativa de suicídio que não acaba em morte, surge um espaço que advém da falha como uma maneira que possibilita a abertura do deslizamento, que ocorre por meio da possibilidade do ato deslizar para a fala e, com isso, para a formação do significante, pois há a oportunidade de simbolização na medida em que surge o espaço de fala capaz de tangenciar o ato de atentar contra a própria vida.

Quanto a isso, todo ato é tido como fracassado, mesmo o suicídio sendo o único ato idôneo ao completo êxito. Nas palavras de Lacan ([1971] 2011 p. 30-31):

Em vez de falarmos ninharias acerca do instinto de morte primitivo, proveniente do exterior ou do interior, ou nos voltando do exterior para o interior e, no fim da vida, nos relançando sobre a agressividade e o tumulto, talvez pudéssemos ler no instinto de morte freudiano o que levaria a dizer, quem sabe, que o único ato, se houvesse um que fosse um ato consumado, seria, se ele fosse possível, o suicídio. Entendam bem que estou falando de um ato que seria consu-

mado tal como falei, no ano passado, num discurso que não fosse semblante. Em ambos os casos, não existem nem esse discurso nem esse ato como tais. Isso é o que Freud nos diz. Não o diz dessa maneira, cruamente, claramente, como podemos dizer agora, uma vez que a doutrina trilhou um pouquinho o seu caminho e sabemos que não existe ato que não seja fracassado, e que essa é, inclusive, a única condição de um semblante de sucesso. E justamente nisso que o suicídio merece objeção. Não é preciso que ele se mantenha como tentativa para que seja um fiasco de qualquer modo, um completo fiasco do ponto de vista do gozo. Talvez não para os budistas, com seus galões de gasolina, pois estão na moda. Não sabemos nada sobre isso, porque eles não voltam para dar seu testemunho.

Ao referir o desejo como metonímia do discurso da demanda do sujeito faltante, o psicanalista francês declara que há satisfações de manifestações desejantes que não se apagam com recalque, mas com formas de sublimação, isto é, não se trata da mudança de objeto de desejo propriamente dita, tampouco de um objeto anterior, e sim da própria mudança de objeto em si. Com tal explanação, Lacan alega que realizar o próprio desejo é sempre uma perspectiva de condição absoluta para o ser humano.

No que tange à psicanálise lacaniana, o que torna possível o ato suicida é a impossibilidade de simbolização do que poderia ser chamado de fatores de risco que tomam o sujeito, sendo que tais fatores não encontram possibilidade de nomeação, ficando silenciados e enigmáticos, incitando, com isso, o sujeito à impossibilidade de abertura significante. Assim, incidem-no a uma passagem ao ato, e, dessa maneira, o sujeito renuncia à sua condição faltante e desejante. Só que é preciso considerar que a operação que constitui o sujeito é a faltante, que o introduz no desejo.

Para Stein (2018, p. 54):

Na ética da psicanálise, em que a fala introduz o sujeito na ordem do desejo, ela convoca para a liberdade. Não aquela da qual emanaria o universo das decisões da cena do manifesto. A liberdade, na outra cena, consiste simplesmente em deixar que aconteça, no “quando falas”, o sintoma do desejo. Somente quando vem da outra cena, o falar resulta do enunciado de um comando. É dele que falamos, ao escutá-lo na frase: “Não cedas de teu desejo”. Esse comando é, portanto, uma abertura trazida pelo “quando falas”. A ética da psicanálise não espera submissão. Ela pretende, justamente a espontaneidade, que acontece na ordem do desejo. Se foi utilizada a palavra “ética”, o que a diferencia da ética filosófica, que trata da ética como âmbito do caráter, que os gregos indicam com a palavra *etos* com épsilon? A ética da psicanálise encontra lugar no *ethos* com *eta*, onde o desejo encontra sua morada. Não podemos sistematizar o morar do desejo no “quando falas”, pois, no enunciado comando. “Não cedas de teu desejo”, atravessado pelo “quando falas”, acontece um falar que é sempre da ordem do sintoma, portanto de algo que vem da outra margem, e então atravessa o abismo do “quando falas” para desafiar a quem escuta na primeira margem, a encontrar o retorno do recalçado. Está, portanto, instaurada uma ambiguidade que nos tira da certeza porque subverte a ordem das coisas. O desejo, ao passar pelo “quando falas”, e para isso ele é liberado do enunciado de um comando, se oculta na linguagem na primeira margem. Assim, falamos em ética da psicanálise apenas para apontar para morada do desejo que constitui pelo acontecer, no “quando falas”, da outra cena. Temos, assim, o elemento que produz a diferença entre as duas éticas, constituído pelo do “quando falas”. Falar na outra margem, na outra cena, se constitui como o movimento em que se desvela a verdade do sujeito na ordem do desejo. Restou-nos, desse modo, uma dimensão capaz de abrigar, ao mesmo tempo, um enigma que sempre nos convida para ser aberto com as chaves que ele mesmo traz consigo. Basta seguirmos a estratégia que sugerimos quando produzimos a diferença das duas margens, entre as quais se estende o caminho de mão dupla entre o comando de um enunciado e o enunciado de um comando.

O “não ceder de seu desejo” vem a ser um preceito que assenta não ceder ao gozo e à pulsão de morte, manter uma continência de gozo que se dá, pelo falar, para manter uma possibilidade de abertura que o falar possibilita, para que assim o sujeito possa exercer sua condição desejante e faltante, permanecendo vivo e desejante.

A psicanálise trabalha com a singularidade e a implicação do sujeito com seu falar e com seu agir, logo sua abordagem se difere das éticas normativas que pressupõem haver um bem absoluto. Cabe, então, perguntar: *mas o suicídio seria uma forma autorizada de morrer no que tange ao viés psicanalítico? Como ficaria o sujeito diante de seu encontro com o insuportável, que faz com que sinta que deve renunciar à sua vida e, portanto, a si próprio?*

Para Lacan, ao se confrontar com questionamentos relacionados a *Quem sou eu? Que queres tu?*, o sujeito acaba por se deparar com a angústia de que algo lhe escapa, de que há algo incompleto, uma vez que a condição plena lhe é retirada com a interdição do incesto e com a entrada do sujeito no mundo da linguagem; quanto à linguagem, esta possibilita a entrada do indivíduo no mundo social, sendo que o ser humano se constitui na e pela linguagem.

Dessa relação de falta e de angústia que acomete o sujeito, que pode levá-lo a cometer atos em busca de acabar com esse sofrimento, como o suicídio, surge, então, a necessidade de pensar a ética pelo viés psicanalítico. Lacan reconhece que a ética consiste “num juízo sobre nossa ação”, para mostrar que ela também se refere a uma ação que “comporta um juízo”. Nesse sentido, o psicanalista francês afirma que o juízo da ação é *implícito*, sendo tal termo definido como algo

que ainda está oculto, mas que sustenta o juízo sobre a ação e se endereça a uma dimensão na qual a *ação de um juízo* corresponde a um concretizar-se, um comportar-se, um falar que não vem a ser a gerência de um enunciado, mas o enunciado de uma gerência; esse *juízo* é tido como uma forma do sentido da ação, por parte da psicanálise; assim sendo, ela “procede por um retorno ao sentido da ação” (Lacan, 2008, p. 364), ou seja, ela busca explicar o sentido da ação.

O sujeito que se suicida se depara com uma vida na qual sente não existir e haver nada, ou seja, sua vida é desprovida de desejo; com isso, ela se torna o último objeto a ser entregue para que o indivíduo finalmente se torne “nada” e, assim, renuncie à sua condição desejante. No entanto, quando há a tentativa de morte, mas que não acaba em morte, algo é realocado e surge a abertura para a possibilidade de que pode haver algo a se perder, então há algo valioso. Para Brunhari (2017, p. 112): “Quando há um encontro com o insuportável em que tudo se coloca a perder, situação definida como ‘surto’, o ato suicida emerge; a falha do ato reinaugura um início em que ter o que perder é novamente recolocado”.

No primor do desespero, na condição de nada – que é a ausência de desejo por parte do sujeito – é irrompida a certeza de que o suicídio é o alívio do insuportável, que é antagônica à incerteza de sua completude e do que virá depois. Entretanto, na ausência de desejo há, para o sujeito, a certeza de que nada lhe resta, uma vez que tudo foi perdido. Sendo assim, o ato suicida é irrepresentável para o indivíduo e no qual a passagem ao ato se faz representar. Nas palavras de Brunhari (2017, p. 115), “o suicídio que não se reduz a mero movimento já que sua maquinaria envolve uma intencionalidade

que tem uma face simbólica desde a qual algo se faz representar”.

O ser humano que, ao questionar o Outro, não encontra resposta e acaba por sucumbir à angústia, escolhendo a morte, ou melhor, escolhe-a como tentativa de livrar-se da angústia da vida, revela um sofrimento que não desliza na cadeia significante para encontrar significantes; sendo assim, sua ação se reduz a um ato impulsivo, a uma renúncia à sua condição de sujeito desejante, de ser humano, que, diante do insuportável e irrepresentável da vida, perde tudo e se projeta para fora da vida, na tentativa de suicídio, sendo tal ato algo que escapa à possibilidade de simbolização.

Segundo Brunhara (2018, p. 160), “a passagem ao ato tem, entre o sujeito e o Outro, uma ruptura marcada por um impossível de ser simbolizado que não é destinado à interpretação. Permanece como um irrecuperável no momento do ato”. A impossibilidade de plenitude do ser humano inaugura a *lei simbólica*, ou seja, a interdição; com isso, surge um elemento significativo que instaura o indivíduo em sua condição faltante e desejante, e assim o sujeito sustenta sua condição diante de seu próprio ato. Porém, diante da angústia da sua falta de plenitude e da não resposta, o sujeito pode escolher se livrar dessa angústia da vida por meio do suicídio, pois rege a forma imperiosa que ele tem de perder a si próprio.

Diante da demanda – que pode ser qualquer coisa, pois é o desejar – do sujeito faltante, esse algo que lhe escapa se coloca na interface do desejo, inaugurando a condição de sujeito desejante. No início da vida, cada ser humano está na condição de *ser de necessidade* e de *ser na relação com o Outro*, e é por meio de trocas que a demanda irá se instaurar. A demanda estabelece que

o Outro responda ao que lhe é endereçado e isso tende a criar um aprisionamento que visa a receber o amor do Outro, instaurando o círculo infernal da demanda, sendo este infernal, porque não cessa e, logo, não oportuniza o conforto, mas a implicação do sujeito com seu falar e agir.

A garantia do conforto individual com a denotação de racionalização moralizante no processo de análise vinculada ao processo dos bens implica, para Lacan ([1959-1960] 1991, p. 355-356),

Qualquer regularização que trouxermos à situação daqueles que concretamente recorrem a nós em nossa sociedade, é por demais evidente que sua aspiração à felicidade implicará sempre um lugar aberto para um milagre, uma promessa, uma miragem de gênio original ou de excursão para a liberdade, caricaturemos, de possessão de todas as mulheres para um homem, do homem ideal para uma mulher. Constituir-se como garantia de que o sujeito possa de qualquer maneira encontrar seu bem, mesmo em análise, é uma espécie de trapaça. Não há razão alguma para que nos constituamos como garantia do devaneio burguês. Um pouco mais de rigor e de firmeza é exigível em nossa confrontação com a condição humana, e é por isso que relembrei, da última vez, que o serviço dos bens tem exigências, que a passagem da exigência de felicidade para o plano político tem consequências. O movimento no qual o mundo em que vivemos é arrastado promovendo até suas últimas consequências o ordenamento universal do serviço dos bens implica uma amputação, sacrifícios, ou seja, esse estilo de puritanismo na relação com o desejo que se instaurou historicamente. O ordenamento do serviço dos bens no plano universal não resolve, no entanto, o problema da relação atual de cada homem, nesse curto espaço de tempo entre seu nascimento e sua morte, com seu próprio desejo – não se trata da felicidade das futuras gerações.

Dessa maneira, o sujeito sofre porque o desejo que o habita não pode ser manifestado em palavras, uma

vez que se torna condenável interna e socialmente; com isso, devido a algo prescritivo, o sujeito acaba se submetendo à razão e abre mão de seu desejo. Mas haveria, então, um gozo pleno sem interdição? Não, porque um gozo sem limites é mortífero e uma das causas do suicídio, dado que um imperativo pode ser tão maciço que, se o sujeito não o obedece, a culpa se torna insuportável, e o indivíduo age impulsivamente para aplacar a angústia que o imperativo produz e está diretamente ligada à vontade.

O sujeito, ao se deparar com o outro e questioná-lo, está implicado em se colocar como alguém que não sabe tudo, pois algo lhe falta, e é essa falta que move o desejo. Com isso, surge o pensamento: o outro tem algo que eu não tenho, o outro tem valor. Mas como isso se aplica ao ato suicida relacionado à ética psicanalítica?

O ato de atentar contra a própria vida denuncia que o sujeito sucumbiu a uma angústia que não fora suportada, algo que o coloca na posição de alguém que não deseja; o sujeito age porque não encontra um lugar, há um sem saída no que tange à vida, no qual a única saída é pular fora desta; e isso seria a passagem ao ato impulsivo, à saída para algo que não encontrou lugar dentro da vida do sujeito, ou espaço de fala que poderia possibilitar a simbolização de algo que é da ordem de um mortífero. Para a psicanálise, importa que o sujeito possa falar sobre seus pensamentos suicidas, colocar em palavras suas contradições com proposições inconciliáveis. Falar permite que haja um movimento nessa forma impulsiva de saída e abre uma possibilidade na cadeia significante, mas não é garantia de que o sujeito não atentarà contra a própria vida.

Assim sendo, não se trata de resolver a vida, mas de se pensar em seu sentido enquanto sujeito desejante. Conforme Lacan ([1959-1960] 1991, p. 366):

A ética da psicanálise não é uma especulação que incide sobre a ordenação, a arrumação, do que chamo de serviço dos bens. Ela implica, propriamente falando, a dimensão que se expressa no que se chama de experiência trágica da vida. É na dimensão trágica que as ações se inscrevem, e que somos solicitados a nos orientar em relação aos valores. Aliás, é também na dimensão cômica, e quando comecei a lhes falar das formações do inconsciente era, como sabem, o cômico que eu tinha no horizonte.

Ao mencionar o trágico e o cômico, citando tragédias gregas e mitos, Lacan mostra-nos que tais formas têm relação com a ação do desejo e do seu fracasso fundamental em alcançá-lo, uma vez que a dimensão trágica inscreve nossas ações e nos solicita relacioná-las com os valores éticos e morais de sua época histórica. Com isso, a dimensão cômica é criada pela presença de um significante escondido que revela as ambiguidades e as escorregadas da vida diante do que se coloca em forma de ordenamento e mandamento.

Ainda, Lacan ([1959-1960] 1991, p. 367) enfatiza que nessas dimensões – trágico e cômico – reside a experiência da ação humana e que é a natureza do desejo que está no núcleo dessa experiência. Desse modo, é isso que torna possível uma revisão ética, ou melhor, um juízo ético, o qual representa essa questão com seu valor de juízo final, no que toca agir conforme o desejo que habita o ser; no entanto, isso não é uma questão fácil de sustentar. Sob esse viés, para Lebrun (2010, p. 48-49),

Abandonar o ponto fixo exógeno, a autoridade transcendente, a função patriarcal, liberar a política da religião, confiar antes na Razão que em Deus, todas

as características da modernidade, na qual confluem [...] democracia, progresso da ciência e liberalismo econômico; tudo isso pode tomar duas orientações muito diferentes. Seja em direção a uma sociedade liberada de qualquer norma, seja em direção a uma norma endógena, imanente. Ao dizer desse modo, é evidente que ninguém tendo vontade de retornar ao caos, cada um poderá se declarar convencido de querer evoluir em direção a uma autônoma, mas norma ainda assim, sabendo perfeitamente que nenhuma sociedade é viável sem normas.

A abordagem analítica acaba por se opor à ética tradicional, não em sua totalidade, uma vez que Lacan ([1959-1960] 1991, p. 367) alega que nada é novo, mas que tudo o é na articulação humana. Não se trata do serviço dos bens da ética tradicional, nem de uma posição anarquista, pois a ordem dos poderes não deve ser absolutamente desprezada; trata-se de conhecer o limite disso no que se refere ao campo aberto da investigação analítica quanto ao desejo, ao seu desenvolvimento, pois a posição do poder, em sua incidência histórica ou não, sempre foi a mesma.

A ética da psicanálise não se opõe às questões normativas, porque o que está em pauta e nos move é algo obscuro que nos falta e nos torna desejantes. Na iminência de faltar a falta há a angústia. O ato suicida, mesmo que causado com o intuito de desarvorar a angústia, não exime o sujeito de sua responsabilidade com seu desejo, ao qual ele não deve ceder, sendo que, para a psicanálise, o desafio maior do ser humano é a vida que nos angustia; e é essa vida angustiante o desafio a ser buscado pelo sujeito faltante.

Com suas colocações, Lacan ([1959-1960] 1991, p. 370) nos mostra que, historicamente ou não, não há um espaço para que o desejo possa ser manifestado na visão ética tradicional, a qual retrata a moral do poder,

do serviço dos bens antes de Kant que a inaugura, com a imortalidade da alma, retratando que não haveria algo na terra que poderia satisfazer as exigências da ação moral, pois é na medida em que a alma fica insatisfeita que é preciso uma vida no Além, a fim de que esse acordo inacabado possa encontrar sua resolução universalizante.

A respeito disso, de acordo com Hans (2006, p. 162),

[...] se não há dúvida de que uma universalidade maior é uma virtude dos enunciados teóricos em um sistema da verdade, e é óbvia a sua validade para qualquer outro entendimento, no caso de decisão individual sobre como agir; a presença coadjuvante dessa certeza (de que todo Ser pensante concordaria com ela em virtude da sua universalidade) poderia funcionar, no máximo, como uma confirmação bem-vinda (talvez como um critério da sua correção), mas jamais como razão primeira da minha escolha, e certamente de forma nenhuma como a fonte do sentimento – seja o respeito ou não, que sela o meu vínculo com o objeto no aqui e agora. Esse sentimento só pode ser causado pelo objeto – não pela ideia de universalidade –, e efetivamente em virtude do seu valor próprio e singular. É possível que esse objeto esteja submetido a princípios abrangentes, mas nesse caso tais princípios seriam ontológicos. Se influenciam os sentimentos, o fazem em virtude do seu conteúdo, em não em função do seu grau de universalidade.

Antes de prosseguir, ainda assim, esclarece-se que não abordaremos, aqui, a questão da relação entre o conceito de universalidade kantiano e hanseriano, porque não é o objetivo deste trabalho, no entanto, tais apontamentos e construções filosóficas nos permitem entender o princípio universal da abordagem filosófica de tais autores para o conceito de suicídio. Nas palavras de Nodari (2016, p. 117):

Kant condena os sistemas que pretendem explicar a moralidade pela constituição essencial, ou por qualquer propriedade especial da natureza humana, ou, ainda, pelas circunstâncias de fato, nas quais o ser humano se encontra posto no mundo, não podendo fornecer senão regras gerais e subjetivas no lugar das leis universais, verdadeiramente objetivas da vontade.

Por hora, retomemos a questão ética no que diz respeito à postura psicanalítica e ao suicídio. Lacan afirma ([1959-1960] 1991, p. 371) que é na medida em que o sujeito se situa e se constitui em relação ao significante que nele é produzido um corte (castração e saída da onipotência do ser); desse corte surge uma divisão ambivalente na qual se situa o desejo.

Além disso, o psicanalista alega que, na neurose¹⁷, o termo regulador – aquele que visa ao fim da ação específica, isto é, da experiência de satisfação – é o de reproduzir o estado inicial, de reencontrar o *das ding*¹⁸, o objeto; assim sendo, esse *das ding* seria originalmente algo fora do significado. Para Lacan, é em relação a esse *das ding* original que é feita a primeira escolha, o primeiro assento da orientação subjetiva, que se trata da escolha da neurose (*Neurosenwahl*); e é esta que regulará toda a função do princípio do prazer.

O psicanalista propõe que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo. Logo, a renúncia ao desejo apresenta a culpa para o sujeito, que pode ter cedido ao seu desejo por um bom motivo, frequentemente o melhor; mas isso traz tranquilidade para si? (Lacan, [1959-1960] 1991, p. 373).

¹⁷ Chemama e Roland (1995, p. 140), sobre *neurose*, dizem: “modo de defesa contra a castração, pela fixação em um argumento edípico”.

¹⁸ Ver o subcapítulo 2.2 deste estudo, no qual é trazida a definição desse conceito.

Segundo Lacan ([1959-1960] 1991, p. 373-374), eis o que está longe de nos abrigar não somente da culpa, mas de toda variedade de devastações interiores, especialmente porque isso não nos acomoda da neurose e das suas consequências: fazer as coisas em nome do bem, ainda mais em nome do bem do outro. Desse modo, se a análise tem um sentido, o desejo é o que suporta o tema inconsciente, sendo a articulação do que nos arraiga no destino singular, o que exige que a dívida seja quitada e ela retorna e nos envereda para certo caminho; o caminho do que é nosso compromisso. Este é o de comparecer na vida enquanto sujeito desejante e faltante. A topologia lacaniana relata a zona *entre-duas-mortes*, algo que poderia ser compreendido como a questão de se haver com seu desejo para que o sujeito não passe apenas a existir. Não se trata de viver o desejo com um gozo pleno, mas de articulá-lo na singularidade de cada um, para que possa deslizar na cadeia significante.

O sujeito que atenta contra a própria vida e comete o suicídio seria, para a psicanálise, aquele que renuncia à sua condição desejante. O ato suicida, então, envolveria uma intencionalidade com face simbólica, na qual algo se faz representar, algo se coloca de forma implícita, algo se revela, mas não é colocado em palavras e, por isso, acaba por se situar no ato impulsivo.

Se a ética psicanalítica diz para o sujeito se comprometer com seu dizer e suspender o juízo com relação às éticas tradicionais, ela entende que o sujeito necessita se haver com sua condição faltante para que possa reconhecer que não é pleno, que não sabe tudo, que algo lhe falta e que é essa falta que move o desejo e coloca o outro e o próprio sujeito em uma posição de valor.

Não obstante, não se trata de a posição analítica ser contra ou a favor do suicídio por isso implicar uma dimensão de juízo de valor, mas, sim, de a psicanálise não concordar com tal postura, algo que se difere de afirmar que se trata de algo proibido, pois o que está implicado é que seja possível falar de sua posição humana faltosa; desse modo, um analista pode não concordar com a desistência do sujeito, pois o suicídio revela um ato de desistência, no qual o sujeito pula fora e renuncia ao seu desejo, a esse algo que o constitui.

Ao abordar o tema *ceder de seu desejo*, Lacan ([1959-1960] 1991, p. 375) enfatiza que, quando algo é tolerado, impelido pela ideia do bem – e para exemplificar cita a traição, relacionando-a ao bem daquele que traiu –, o sujeito acaba por ceder de seu desejo a ponto de diminuir suas próprias pretensões e seu dizer-se; logo, é nesse ponto que se reencontra a estrutura que renuncia à condição desejante.

Quanto a isso, diz:

Transposto esse limite, em que com um termo vinculei para vocês o desprezo pelo outro e por si mesmo, não há retorno. Pode-se tratar de reparar, mas não de desfazer. Não é esse um fato da experiência que nos mostra que a psicanálise é capaz de nos fornecer uma bússola eficaz no campo da direção ética? (Lacan, [1959-1960] 1991, p. 375).

O psicanalista reitera que não se trata de negar a existência do campo dos bens, mas propõe que não há outro bem senão o que pode servir para pagar o preço do acesso ao desejo. Quanto ao desejo, é definido alhures como metonímia de nosso ser, melhor dizendo, como algo que compreende o que somos e o que não somos, pois o que no ato é significado – ou seja, desliza pela cadeia significante, encontrando um léxico – passa

sob todas as significações, e assim há a mudança não do objeto, mas do seu alvo.

Portanto, o suicídio, do ponto de vista psicanalítico, é visto como algo com o que a psicanálise não concorda, mas não quer dizer que condena. Não concordar com o autocídio significa que no ato suicida está implicada uma desistência, uma renúncia ao desejo; há, portanto, uma não concordância com a desistência ao mesmo tempo em que o julgamento é destituído, uma vez que não há condenação do ato, e sim a busca de apreender algo da motivação dessa passagem ao ato suicida. Diante da vida e de todas suas incompletudes e faltas, a psicanálise postula que não podemos desistir nem renunciar ao desejo. O psicanalista francês, de certa forma, convoca o sujeito a escutar o seu desejo, e não a educá-lo, o que não significa viver o desejo, mas não o negar.

No ato suicida, no que tange à psicanálise, não há um simples movimento racional ou até mesmo dito patológico, pois esse ato envolve uma intencionalidade simbólica em que algo da ordem do ato se fez representar e em que o sujeito renuncia à sua condição desejante em uma espécie de incapacidade de sustentação de sua subjetividade e de seu desejo, tornando o viver algo irrepresentável, logo, algo impossível de se recuperar. No momento da passagem ao ato há uma anulação do sujeito, pois este não sustentou sua condição desejante. Sendo assim, uma ética que não leve em conta o desejo do inconsciente não pode ser compreendida como ética da psicanálise.

4 Considerações finais

Esta apresentação teve como objetivo apresentar o tema do suicídio no que tange às questões filosóficas e psicanalíticas, mais especificamente no que se refere à ética psicanalítica lacaniana, sendo que esta reflexão buscou apresentar apontamentos sobre os fundamentos das ações humanas no que concerne à morte por suicídio e ao posicionamento ético de Lacan.

Este estudo surgiu a partir de minha inquietude e de diversos questionamentos suscitados em investigar questões que dizem respeito ao sujeito, relacionadas a uma possível autorização para a morte por suicídio, no que se refere à responsabilidade humana e ao fundamento das ações humanas, uma vez que tal questionamento acaba por surgir da leitura de alguns dados estatísticos e técnicos, mas também da indagação acerca da relação no que concerne à racionalidade e à subjetividade, que envolve os encontros e desencontros sociais da humanidade, bem como os campos da filosofia, da ética e da psicanálise quanto ao ato suicida.

Tratando-se do tema *suicídio*, ele requer que se pense não apenas sobre o individual, mas também sobre o coletivo, visto que é uma declaração singular que revela uma crise coletiva. Desse modo, isso mostra que há um conjunto complexo de ações que subjaz a ação suicida e requer um aprofundamento ético e psicanalítico.

Assim sendo, no primeiro capítulo foi realizada a apresentação de um conceito fundamental para a psicanálise – tendo como base os *Seminários* seis e sete, de

Jacques Lacan –, o de *desejo* e sua forma estruturante para o sujeito, o qual oportuniza a ele se haver com o que lhe falta e que surge na sua fala de maneira enigmática e inapreensível. O *desejo*, em Lacan, é a forma que possibilita o questionamento do sujeito e a escuta, sendo um heterônimo e uma unidade absoluta do pensamento do indivíduo que se constitui na linguagem. Algo que o próprio ser humano desconhece, portanto, é obscuro e se desvela de modo contraditório e ambíguo.

Dito isso, foi possível verificar que, para Lacan, a psicanálise nos proporciona estabelecer uma forma de colocar em palavras as delineações das nossas ações e do desejo que habita cada sujeito, devido à sua condição faltante, em que o imperativo ético, se assim é possível dizer, se constitui em “não ceder de seu desejo”, mesmo que este não possa ser totalmente conhecido, há de ser tangenciado, pois o desejo permite a existência humana, mesmo em meio às incompletudes. No entanto, algo que parece ser um imperativo, ao ser dissociado em duas partes – “não ceder” e “de seu desejo” –, acaba por abrir um espaço, no qual se implica que há algo que causa o desejo, no entanto não há domínio do que causa o desejo, uma vez que se está fora da possibilidade de representações e do que pode ser plenamente nomeado, ao mesmo tempo em que possibilita a instância constitutiva do modo humano de ser. Logo, o espaço entre as partes inaugura uma possibilidade de lugar que, para a psicanálise, pode receber o socorro do ato de nomeação, ou seja, da colocação em palavras e não da passagem ao ato daquele sujeito que renuncia à sua condição desejante e se projeta para fora da cena do viver e comete o suicídio.

O desejo, para Lacan, não se trata de um gozo pleno ou de uma ordem imperativa, mas de uma fide-

dignidade do sujeito desejante em se haver com suas questões faltantes. Entretanto, não como busca de uma forma de cura psicanalítica, e sim de se haver com suas proposições e ausências de totalidades, sendo que são elas que lhe conferem a possibilidade de movimento, enquanto sujeito de desejo. O desejo lacaniano não tem um caráter universal, mas sim de uma lei subjetiva particular, mesmo que esta contenha a universalidade de estar em cada ser humano.

Cabe a cada ser humano se implicar no que diz e com o que diz, e essa é a ética psicanalítica: o sujeito se haver com o que diz e, com isso, assumir sua condição de ser de desejo, para a qual não há um modelo prescritivo, uma vez que o desejo é causado por algo que não se revela. Para realizar tal apresentação, Lacan utilizou uma variável, a qual chamou de objeto *a*, sendo esse o objeto causa de desejo, o qual incide para o sujeito de forma singular, dado que se trata de uma representação, e não da coisa em si, pois está perdida e dela só é possível conhecer uma forma representativa. É no ato da fala que o movimento acontece e, assim, o desejo revela que não circunscreve garantias; é por isso que o sujeito deseja.

O humano constrói barreiras para acobertar o desejo, as quais são o bem e todas as éticas de realizar o bem, já que o desejo é algo assustador, algo que o sujeito busca e, ao mesmo tempo, algo do qual quer se distanciar. Se o desejo fosse vivido na plenitude, seria um gozo pleno de ordem mortífera para o sujeito. Assim, reconhecer o desejo é se deparar com o que o habita, e isso implica o desejo de destruição, que, ao não ser reconhecido, opera de maneira silenciosa, inominável e descontrolada, tornando-se aniquilador por interdi-

tar o sujeito, que renuncia à sua condição desejante e realiza o ato suicida.

No segundo capítulo foi apresentada a visão ética da psicanálise, abordando os conceitos de *angústia* e de *lei simbólica* a partir de interlocuções entre a filosofia e a psicanálise. Em primeiro lugar, foi apresentada a ética psicanalítica, que se funda na *lei simbólica* e perpassa a condição dos traços de angústia do sujeito diante da impossibilidade de completude; em seguida, apresentou-se a interlocução entre a ética filosófica e a ética lacaniana.

Posto isso, concebeu-se que a lei, para a psicanálise, é fundada na *lei simbólica*, que regula as trocas nas sociedades, funcionando pelo pacto simbólico e não pelo contrato, daí a importância de o sujeito se deparar com suas próprias questões instintivas, isto é, de se haver com o que enuncia. A ética psicanalítica não propõe algo normativo, não são formas que analisam o que seria o modo correto ou errado do agir do sujeito diante de determinada situação, mas, sim, proporciona que o sujeito se confronte com o seu falar e agir para dar outro contorno ao *desejo* e estabelecer outro delineamento.

É no ato de falar que o desejo, de certa forma, manifesta-se, dado que sua realização se dá nas palavras, oportunizando, assim, um deslizamento para que não se transcorra *a passagem ao ato* de forma impulsiva e inominada, na qual o sujeito possa vir a renunciar à sua condição desejante e, por conseguinte, sua condição de sujeito, pois é a fala que introduz o sujeito na ordem de seu desejo; ela convoca o indivíduo a se haver, quando este fala, com o sintoma do desejo que o habita e constitui.

A ética psicanalítica lacaniana não é normativa, porém nela há uma lei, a mais fundamental que é imposta ao sujeito ainda bebê: a linguagem. É a lei que determina que o sujeito esteja dentro da linguagem. Essa entrada denota para o indivíduo sua incompletude. Para que possa seguir as leis da linguagem, o sujeito precisa submeter-se às regras gramaticais, isto é, há uma implicação de normatividade que, dentro do *eu*, ocupa o lugar de tomar a palavra, e isso torna possível receber ordenamentos morais, éticos e jurídicos.

A ética é uma parte tradicional pertencente ao âmbito da filosofia prática e envolve especificações relativas às correções e improbidades no que se refere ao agir humano, nas relações com seus semelhantes e com seu meio. Para fundamentar pensamentos, ideias e comportamentos, a postura ética busca fornecer razões que sustentem as ações do ser humano de forma racional no que se refere às questões normativas que estabelecem o que deve ser.

O fator primordial que Lacan apresenta para as questões éticas, pelo viés da psicanálise, difere da visão aristotélica das virtudes, bem como da visão do indivíduo autônomo de Kant, visto que Lacan pontua uma ética do desejo, na qual o sujeito deve se comprometer com o que profere e com seu agir. No entanto, isso não implica, do ponto de vista intelectual, uma forma rija e precisa, mas algo que considere os elementos afetivos para a construção de um raciocínio que se adeque às normas e/ou às regras.

A ética da psicanálise não quer instituir o declínio da responsabilidade do sujeito com seu falar e agir; mas, sim, calcar sua fundamentação em um processo inaugural e simbólico, no qual há interditos simbólicos que fundam a responsabilidade do sujeito no que se refere

à premência da lei. A psicanálise não tem a pretensão de educar o desejo. Ela quer que o sujeito o escute, uma vez que ele mesmo desconhece o desejo que o habita.

Tampouco procura ser melhor do que outras linhas ou abordagens de estudos. Ela apenas se ocupa de uma dimensão diferente no que se refere ao desejo. O fato de o sujeito se haver com o desejo não o exclui das questões morais, dado que não se trata de um gozo pleno, mas da perda da plenitude da condição humana iniciada com a interdição do incesto. Este inaugura a lei simbólica, portanto, a perda é o que coloca o sujeito na posição humana de sujeito desejante. O gozo total, algo da ordem do mortífero, invalida a condição de sujeito, colocando-o em uma condição de não ser visto como alguém que formula uma teoria sobre o seu desejo.

A ética psicanalítica busca que o sujeito se comprometa com seu dizer. Quanto a isso, o analista pode não concordar com a desistência do analisando diante da vida, mas o analista destitui o julgamento e não condena o ato. Isso torna a análise um processo que visa a apreender algo da motivação da possível passagem ao ato para ressignificá-la.

Desse modo, cabe ao analista reter seu juízo moral sobre o ato colocado em palavras pelo analisando para, assim, escutar o que está sendo dito. É isso que ampara e possibilita que o sujeito possa falar para esse Outro que sustenta a posição e a condição de ouvinte. Isso propicia o espaço no qual a verdade do sujeito, que agora pode ser nomeada, possa deixar de ser algo que se conservava sem nomeação, sem um lugar de reconhecimento por conta dessa possível nomeação. Assim, cria-se e oportuniza-se um espaço no qual o sujeito possa falar sem restrição alguma, de forma a encontrar-se e, assim, conceder-lhe a possibilidade de

fazer algo com o conflito que ele vive, sem julgamentos, por isso a ética.

Os seres humanos muitas vezes comportam-se de forma a se tornarem subservientes a determinadas proposições morais, isto é, subjugados, no que se refere ao *desejo*, ou agem em posição completamente oposta, renunciando a regras que tangenciam e interditam o *gozo* pleno, sendo um e outro nefasto, ou seja, aniquilante. Para isso, a psicanálise propõe uma ação que possibilite que o desejo se revele na fala: ele surge do enunciado de um comando, diferentemente de quaisquer outras éticas, as quais surgem dos comandos de enunciados, demarcando uma fronteira.

A ética psicanalítica não quer que o sujeito assuma seu desejo e o viva conscientemente, porque o próprio indivíduo o desconhece; tem dele apenas uma representação, pois o desejo é algo enigmático para o ser humano. Essa ética convida o ser humano a manifestar certa representação do enigma de seu desejo por meio da fala. A fala possibilita a proximidade com a morada do desejo, mas não é algo que possa revelá-lo claramente, tampouco sistematizá-lo. Ou seja, ela é, para a ética psicanalítica, algo que, de certa forma, sustenta o desejo e, com isso, não pode surgir de forma imperativa, pois acabaria por coibir a toada que movimenta o desejo e configura vida ao ser desejante.

No que se refere à angústia, pode-se afirmar que ela ocupa um lugar central na vida de cada indivíduo, tendo a função de mediar o desejo e o gozo. Entretanto, ela situa-se como o sinal que surge no apagamento entre as bordas de divisão do desejo e do gozo para o sujeito, no qual há uma iminente ameaça de imprecisão entre ambos. Melhor dizendo, a angústia é o afeto que

sinaliza uma possível indefinição de margem entre o desejo e o gozo.

A angústia pode ser entendida como o único afeto que não mente, pois onde o sujeito se angustia há o ponto de insuportabilidade do seu desejo, o qual se revela no medo de se desfragmentar, sendo essa a desfragmentação do próprio ser. Portanto, a angústia é um termo interposto entre o gozo e o desejo: é a realização deles dois, quer dizer, das duas mortes do sujeito para Lacan: uma se refere à morte biológica e a outra à morte simbólica.

No processo analítico, o indivíduo se implica com seu dizer e encontra o caminho de maneira singular, por vezes obscura, mas movimenta-se. Para que o sujeito suporte as incompletudes e adversidades da vida é requerido que ele não abra mão do desejo e que aja com aquilo que faz e fala, sendo a fala produzida em sua análise. Considerando-se o ato suicida, por exemplo, o sujeito não suporta um sinal de angústia enigmático e passa ao ato. Isto é, diante da iminência da angústia, a pessoa se vê sem recursos que possam socorrê-la; ela não sabe o que o Outro quer dela, tampouco o que ela mesma representa para esse Outro, e isso a coloca à mercê dele.

A angústia é colocada em algo de que o sujeito sabe que não dá conta, em algo insuportável, é disso que surgem os *acting outs* e as *passagens ao ato*. No *acting out*, o sujeito endereça uma mensagem a alguém e espera uma interpretação, ou seja, ele endereça uma cena a alguém esperando algo. Ele aposta que do simbólico virá alguma interpretação. Quanto à *passagem ao ato*, trata-se de uma renúncia ao desejo, por parte do sujeito desejante, havendo uma desistência de investimento diante de um traço de angústia. O sujeito,

ao renunciar ao desejo, anula-se diante do interdito e, estando nesse lugar, na cena de sua vida, na qual apenas ele pode conservar, lança-se e, assim, sai de cena. Essa saída é a passagem ao ato, que é, neste estudo, o momento em que o indivíduo atenta contra sua própria vida.

A questão-chave do sujeito de desejo é que há algo insuportável que se chama angústia. Estar na angústia é impossível para o ser humano, do ponto de vista psicanalítico, já que é insustentável apenas o sinal da angústia em si. Lacan, ao abordar a topologia como plano cartesiano, no qual se introduz uma máxima do sujeito se haver com seu desejo, coloca que na passagem ao ato, momento em que o sujeito renuncia ao seu desejo, há a postulação de um sem saída, então o sujeito vê como solução o suicídio.

Diante disso, no processo de análise, a fala poderá permitir que haja um movimento nessa saída. Ao nomear, o sujeito poderá encontrar uma nova solução para seu conflito psíquico. Isso não quer dizer que esteja garantido o processo de resignificação do ato em palavras, mas há a possibilidade de uma nova forma de solucionar o conflito interno, até então insuportável. O que há é a abertura de uma nova possibilidade, certa flexibilidade capaz de resgatar o desejo diante da condição de impossibilidade de plenitude que revela a condição faltante do ser.

É essencial e próprio do ser humano refletir sobre seu pensar, falar, agir e estar no mundo. A ética é um campo que oportuniza a abertura para a ponderação e a análise reflexiva no que concerne às questões morais para, assim, estabelecer os pontos convergentes e divergentes. É essa a grande incitação ética que se revela

como um paradigma em constante transformação e não a algo cristalizado e completo.

A psicanálise não tem a intenção de se tornar normativa, no que se refere a um modelo de como vir a agir para resolver as inquietudes humanas de forma prescritiva, tampouco de se situar em uma abordagem de vir a ser modelo antagônico para as tradições morais. Há, na verdade, outra dimensão que lhe interessa: a do desejo. O fato de se haver com o desejo não exclui o sujeito das questões morais, todavia, propõe que se abra um espaço para que ele se interrogue sobre seu desejo.

A dimensão da ética da psicanálise é trágica do ponto de vista do desejo: não ceder de seu desejo, em termos da sua determinação, independentemente dos seus seguimentos. O ato suicida se coloca no ato de suspensão da vida, ou seja, simbolicamente o sujeito já estava morto, dado que renunciou à sua condição de desejo diante da falta que o habitava, que se revela na passagem ao ato, sendo esta o lugar do real por excelência.

O sujeito que se suicida seria o indivíduo que se precipita e que, incitado por uma cultura social, visa à cura do sofrimento e à renúncia das incertezas acerca de seu pensar, falar e agir. Essa cultura inferiu na possibilidade de se ter uma vida plena e feliz em uma espécie de totalidade do ser. Nada lhe falta, e isso acaba por retirar sua condição de flexibilidade e movimento e, assim, coloca-o em uma condição alienante de ajustamento linear que impossibilita a indagação do desejo. Logo, há a renúncia ao desejo, bem como o encontro com o vazio e a falta de sentido da vida.

A ética psicanalítica não parte de um trabalho coletivo, visto que a ética da psicanálise e o referente do trabalho do analista é o singular. A ética psicanalítica

visa a, pela fala, analisar como, apesar do universal, ao qual todos estão submetidos, ocorre o elemento singular.

Sendo assim, o que move o sujeito, para a psicanálise não é a deliberação: é o fazer cessar a angústia. O suicídio deliberado não encerra o ato suicida, pois o sujeito pode deliberar e não executar, sendo, para Lacan, a passagem ao ato o insuportável da angústia. O sujeito que se mata não o faz para morrer, fá-lo para fazer cessar a angústia. Dessa maneira, a função do analista é fazer com que o analisando escute a importância e a dimensão do que ele, enquanto sujeito, está colocando em palavras, de modo a amplificar essa dimensão para o próprio indivíduo. Busca-se isso para que ele perceba que o que é dito não é feito de forma desprezível, à toa, pelo contrário, que o dito está implicado em seu modo de ser e agir. É ele responsável por ambos.

Já no terceiro capítulo foi abordado o suicídio e sua interface entre a ética lacaniana e a ética filosófica, isto é, dissertou-se sobre o ato de um sujeito atentar contra a própria vida, abordando questões relativas à deliberação e à subjetividade, bem como a importância do sujeito em se implicar e ser responsável por seu falar e agir mesmo que não os conheça. Sendo assim, verificou-se que é inexequível estudar a temática do suicídio de forma a abordar apenas os aspectos quantitativos, ou seja, com uma visão puramente demográfica, pois tal questão envolve conteúdos coletivos e individuais da vida humana e das formas de morrer, o que justifica uma abordagem reflexiva e ética.

Albert Camus (2008, p. 13) afirma que “O suicídio é a grande questão filosófica de nosso tempo; decidir se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma pergunta fundamental da Filosofia”. Diante de tal pro-

posição, no que se refere à ética lacaniana e filosófica, com base nos autores citados, pode-se afirmar que este estudo traz como considerações que a abordagem filosófica clássica tende a abordar questões que se referem à reflexão e ao julgamento das ações humanas, ou seja, há uma abordagem direcionada para questões mais ordenadas e estabelecidas de forma mais prescritiva. Já a ética psicanalítica ocupa-se de oportunizar um espaço de fala no qual o indivíduo possa falar sem ressalvas, pois a fala é um meio de o sujeito se haver com seu pensar e seu agir, sendo ambos de sua responsabilidade mesmo que os desconheça e, assim, se depare com as contradições e as proposições inconciliáveis diante da vida.

Logo, a ética psicanalítica não tem uma prescrição educativa e não quer substituir o filósofo, mas tem o intuito de propiciar que o indivíduo se depare com sua condição faltante, logo, com suas incompletudes e angústias, e, assim, assegure sua condição desejante que lhe coloca na responsabilidade com seu viver e morrer e – por que não? – com seu dizer e agir. Esse movimento é o que constitui o sujeito ético da psicanálise, um indivíduo que não sucumbe à falta atentando contra a própria vida, mas que se defronta, por meio da fala, com seu desejo e com o real que o habita, pois o que dá sentido à vida é a não satisfação plena, sendo o real, para a ética lacaniana, algo indizível, que o indivíduo apenas consegue tangenciar, de forma fragmentada, ao falar.

O prelúdio constitutivo do ser humano faltante é a linguagem que inaugura a condição inconsciente, por meio da instauração da condição faltante, portanto desejante, que é inaugurada no momento em que o indivíduo se submete à lei do significante, então a

linguagem é a realização em ato da inauguração da lei simbólica primordial, ou seja, do interdito da condição de plenitude do ser humano, do interdito do incesto.

Diante da morte por suicídio, a psicanálise afirma que há um sujeito desprovido e destituído de sua condição desejante, na qual seu sintoma se revela em ato, pois há algo que se faz revelar e se coloca como impossível de ser representado. Se há ausência de desejo, em sua renúncia há a ausência do indivíduo em sua própria vida.

No que concerne à ética lacaniana, o ato suicida está atrelado a uma contingência do *gozo*, pois, de acordo com essa perspectiva, pode-se afirmar que um ato suicida é concluído ou não, ou seja, pode levar à morte por suicídio ou a uma tentativa de morte. E é a angústia do sujeito falante o combustível para o ato, visto que é algo aniquilador e indecomponível ao processo metonímico da cadeia significante, algo impossível de ser nomeado, simbolizado e imaginado.

Logo, vem a ser algo que se revela de forma impulsionadora, no momento do ato de atentar contra a própria vida. Contudo, diante da tentativa de suicídio que não acaba em morte, surge um espaço que advém da falha como uma maneira que possibilita a abertura do deslizamento, que ocorre por meio da possibilidade de o ato deslizar para a fala e, com isso, para a formação do significante, pois há a oportunidade de simbolização na medida em que surge o espaço de fala capaz de oportunizar um espaço de possibilidade de resignificação do ato de atentar contra a própria vida.

Todo ato é tido como fracassado, mesmo o suicídio sendo o único ato idôneo ao completo êxito para a psicanálise lacaniana. Dessa forma, é possível perceber que a ética da psicanálise lacaniana apresenta uma

visão voltada à ética do desejo, sendo algo diferente das visões de Aristóteles, com a ética das virtudes, e de Kant, com a ética do sujeito autônomo. A ética lacaniana caracteriza que há uma distância entre o gozo e o desejo e que este somente se assegura pela menção à Lei; e é no intervalo entre o gozo e o desejo que o instinto de morte se revela, podendo levar o sujeito a sucumbir diante da vida e buscar a morte por suicídio.

O “não ceder de seu desejo” vem a ser um princípio que assenta não ceder ao gozo e à pulsão de morte, manter uma continência de gozo que se dá, pelo falar, para manter uma possibilidade de abertura que o falar possibilita, para que assim o sujeito possa exercer sua condição desejante e faltante, permanecendo, desse modo, vivo, incompleto e desejante.

O gozo sem limites, enquanto um dado imperativo de tudo ser possível de ser realizado ou dito, é mortífero e é uma das causas do suicídio, dado que um imperativo pode ser tão maciço que, se o sujeito não o obedece, a culpa se torna insuportável, e o indivíduo age impulsivamente para aplacar a angústia que o imperativo produz.

Para a psicanálise, importa que o sujeito possa falar sobre seus pensamentos suicidas, colocar em palavras suas contradições com proposições inconciliáveis. Falar permite que haja um movimento nessa forma impulsiva de saída e abre uma possibilidade na cadeia significativa, mas não é garantia de que o sujeito não atentará contra a própria vida, apenas uma forma de oportunizar que o que é nomeado não seja colocado em ato. Assim sendo, não se trata de garantir a vida, mas de se pensar em seu sentido enquanto sujeito que pode exercer sua condição desejante.

A ética da psicanálise não se opõe às questões normativas, porque o que está em voga e que move o ser humano é algo obscuro que lhe falta e que o torna desejante. Na premência de faltar a falta há a angústia. O ato suicida, mesmo que causado com o intuito de conter a angústia, não exime o sujeito de sua responsabilidade com seu desejo, do qual ele não deve ceder, sendo que, para a psicanálise, o desafio maior do ser humano é a vida que o angustia; e é essa vida angustiante o desafio a ser buscado pelo sujeito faltante.

O sujeito que comete o suicídio seria, para a psicanálise, aquele que renuncia à sua condição desejante. O ato suicida, portanto, implica uma intencionalidade com face simbólica, na qual algo se faz representar, algo se coloca de forma implícita, algo se revela, mas não é colocado em palavras e, por isso, acaba por se situar no ato impulsivo e na projeção do sujeito para fora de sua condição desejante.

Se a ética psicanalítica diz para o sujeito se comprometer com seu dizer e suspender o juízo com relação às éticas tradicionais, ela entende que o sujeito necessita se haver com sua condição faltante, para que, assim, possa reconhecer que não é pleno, que algo lhe falta e que é essa falta que move o desejo e coloca o outro e si próprio em uma posição valorosa.

Logo, não se trata de a posição analítica ser contra ou a favor do suicídio por isso implicar uma dimensão de juízo de valor, mas, sim, de a psicanálise não compatibilizar com tal postura, algo que se difere de declarar que se trata de algo proibido, pois o que está implicado no ato suicida, ou na morte por suicídio, no que tange à ética psicanalítica, é que o sujeito renuncia ao seu desejo. Um analista pode não concordar com a desistência do sujeito, pois o suicídio revela um ato de

desistência, do qual o sujeito pula fora e renuncia a algo que o constitui no universo da falta, ao seu desejo.

Portanto, o suicídio, do ponto de vista psicanalítico, é visto como algo com o que a psicanálise não concorda, mas não quer dizer que condena. Não concordar com a morte por suicídio significa que no ato suicida está implicada uma desistência, uma renúncia ao desejo; há uma não concordância com a desistência ao mesmo tempo em que o julgamento é deposto, uma vez que não há condenação do ato, e sim a busca de apreender algo da motivação dessa passagem ao ato suicida. Diante da vida e de todas as suas incompletudes e faltas, a psicanálise postula que não podemos desistir e renunciar ao desejo. O psicanalista francês, de certa forma, convoca o sujeito a escutar o seu desejo, não a educá-lo, o que não significa viver o desejo, que seria uma forma de tudo gozar, ou melhor, de gozo pleno, que também é de ordem mortífera, mas não o negar.

No ato suicida, no que tange à psicanálise, não há um simples movimento racional ou até mesmo dito patológico, pois esse ato envolve uma intencionalidade simbólica em que algo da ordem do ato se fez representar e em que o sujeito renuncia à sua condição desejante em uma espécie de incapacidade de sustentação de sua subjetividade e de seu desejo, tornando o viver algo irrepresentável. É algo impossível de se recuperar, no momento da passagem ao ato, no qual há uma anulação do sujeito, pois o sujeito não sustentou sua condição desejante. Sendo assim, uma ética que não leve em conta o desejo do inconsciente não pode ser compreendida como ética da psicanálise.

Não pretendo, com este estudo, findar as discussões sobre o referido tema, tampouco afirmar que os apontamentos, as reflexões e as teorias escolhidas

possam dar por encerradas as questões apresentadas. Em suma, acredito que este estudo contribuiu para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, e espero que contribua para outras discussões, bem como auxilie pessoas interessadas em aprofundar o tema.

Pontuo que, ao desenvolver esta investigação, percebi que há um campo vasto a ser explorado, muito possivelmente em estudos futuros.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTO, Mtac. Ética e relações sociais um enfoque filosófico. *In*: JACQUES, M. G. C. *et al.* (Orgs.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 18-25. *E-book*. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-05.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril, 1980.

BAAS, B. **O desejo puro**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BALBO, G. **Tratamento psicanalítico**: o desejo e sua interpretação. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos, 2017.

BERTOLETE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp, 2012.

BRUNHARI, M. V. **Suicídio**: um enigma para a psicanálise. Curitiba: Juruá, 2017.

CABRERA, Julio. **A Ética e suas negações**: suicídio e pequenos assassinatos. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CABRERA, Julio. Sobre o raciocínio prático moral. *In*: TORRES, J. C. B. (Org.). **Manual de ética**: questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMUS, ALBERT. **O Mito de Sísifo**: ensaio sobre o absurdo: com um estudo sobre Franz Kafka. Lisboa: Livros do Brasil, 2008.

CERQUEIRA, Aurea Chagas. Jacques Lacan: (1901-1981). **Federação Brasileira de Psicanálise**, 2020. Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/publicacoes/biografias/jacques-lacan/>. Acesso em: 15 out. 2020.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FLEIG, M. Sou responsável, mesmo que não soubesse. A ética da psicanálise. **Ética**, Porto Alegre, v. 10-11, p. 45-54, out. 2018.

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HARARI, R. **O seminário A Angústia de Lacan**. Porto Alegre: Artes e ofício, 1997.

HISGAIL, F. A Ética da Psicanálise. **Revista brasileira de direito constitucional (RBDC)**, v. 8, p. 367-373, jul./dez. 2006.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, [1724-1804] 2003.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, [1724-1804] 2009.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro cinco: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008a.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro sete: a ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008b.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro seis: o desejo e sua interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro seis: o desejo e sua interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

LACAN, Jacques. Saber, ignorância, verdade e gozo. *In*: LACAN, J. **Estou falando com as paredes**: conversas na capela de Sainte-Anne. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011 (edição digital). *E-book*.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B.; LAGACHE, D. **Vocabulário da Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LEBRUN, J. P. **O mal-estar na subjetivação**. Porto Alegre: CMC, 2010.

MELMAN, C. **Para introduzir à psicanálise nos dias de hoje**. Porto Alegre: CMC, 2009. Tradução de Sérgio Rezende.

MINOIS, G. **História do suicídio**: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Unesp, 2018.

NODARI, P. **Sobre a ética**: Aristóteles, Kant, Levinas e Jonas. Caxias do Sul: Educs, 2016.

POLLO, V.; CHIABI, S. A angústia: conceito e fenômenos. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 137-154, jan./jun. 2013.

QUINET, A. **Édipo ao pé da letra**: fragmentos de tragédia e psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Organicom**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 78-88, 14 jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138969>. Acesso em: 19 out. 2020.

RODRIGUES, Gilda Vaz. **No começo era ato**: uma leitura do seminário *O ato psicanalítico*, livro 15 de Jacques Lacan. Belo Horizonte: Artesã, 2017.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTUÁRIO, L. C. **A lei do desejo**: epistemologia da psicanálise lacaniana. Caxias do Sul: Educs, 2004.

STEIN, E. Que significa “não cedas de teu desejo?”. **A Ética da Psicanálise**, Porto Alegre, v. 10-11, p. 45-54, out. 2018.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

“ *A Ética lacaniana e o ato suicida* é uma contribuição essencial para os estudos filosóficos e psicanalíticos contemporâneos. Ela nos lembra da importância de olhar além das superfícies e de buscar compreender os profundos movimentos internos que moldam a experiência humana. Através da lente da teoria lacaniana, Soares nos oferece uma visão poderosa e esclarecedora do suicídio, desafiando-nos a considerar novas formas de apoio e compreensão para aqueles que enfrentam a angústia de viver.

– *Evaldo Kuiava*

“ Josiane Borges Soares brinda ao leitor com um desafio provocador: como seria possível uma ética que nada queira prescrever? Como se posicionar frente ao ato suicida de uma forma que não seja condenatória? Seu texto enfrenta de modo decidido dois paradoxos que perduram ao longo da tradição filosófica ocidental.

– *Mário Fleig*

